

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA – ProfEPT  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**VIRGÍNIA MAIA DE ARAÚJO OLIVEIRA**

**DO CÁRCERE À LIBERTAÇÃO: formação em direitos humanos das detentas da unidade  
Maria Júlia Maranhão, João Pessoa/PB**

**João Pessoa – PB  
2020**

**VIRGÍNIA MAIA DE ARAÚJO OLIVEIRA**

**DO CÁRCERE À LIBERTAÇÃO:** formação em direitos humanos das detentas da unidade  
Maria Júlia Maranhão, João Pessoa/PB



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

**Linha de Pesquisa:** Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

**Orientador:**  
Professor Doutor Alysso André Régis  
Oliveira.

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP  
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

S48d

Oliveira, Virgínia Maia de Araújo.

Do cárcere à libertação : formação em direitos humanos das detentas da unidade Maria Júlia Maranhão, João Pessoa/PB / Virgínia Maia de Araújo Oliveira. – 2020.

124 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Orientador: Prof. Dr. Alysson André Régis Oliveira.

1. Sistema penitenciário feminino – Educação para a cidadania. 2. Mulheres encarceradas – Formação humanística. 3. Direitos humanos. I. Título.

CDU 37.017.4:343.81-055.2

## VIRGÍNIA MAIA DE ARAÚJO OLIVEIRA

**DO CÁRCERE À LIBERTAÇÃO:** formação em direitos humanos das detentas da unidade  
Maria Júlia Maranhão, João Pessoa/PB



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 28/08/2020.

### COMISSÃO EXAMINADORA

A handwritten signature in blue ink, reading "Alysson André Régis Oliveira".

---

Prof. Dr. Alysson André Régis Oliveira  
Instituto Federal da Paraíba – IFPB  
(Orientador)

A handwritten signature in blue ink, reading "Airton José Vinholi Júnior".

---

Prof. Dr. Airton José Vinholi Júnior  
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS  
(Examinador interno)

A handwritten signature in blue ink, reading "Marlúcia Menezes de Paiva".

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Marlúcia Menezes de Paiva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
(Examinadora externa)

**João Pessoa – PB**  
**2020**

**VIRGÍNIA MAIA DE ARAÚJO OLIVEIRA**

**OFICINAS EDUCATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM DIREITOS HUMANOS**



Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 28/08/2020.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

A handwritten signature in blue ink, reading 'Alysso André Régis Oliveira', is written over a horizontal line.

---

Prof. Dr. Alysso André Régis Oliveira  
Instituto Federal da Paraíba – IFPB  
(Orientador)

A handwritten signature in blue ink, reading 'Airton José Vinholi Júnior', is written over a horizontal line.

---

Prof. Dr. Airton José Vinholi Júnior  
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS  
(Examinador interno)

A handwritten signature in blue ink, reading 'Marlúcia Menezes de Paiva', is written over a horizontal line.

---

Marlúcia Menezes de Paiva

Prof. Dr.ª Marlúcia Menezes de Paiva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
(Examinadora externa)

**João Pessoa – PB  
2020**

Dedico este trabalho aos meus pais, minha irmã, meu filho e, em especial, ao meu esposo, por ter me incentivado a dar mais esse passo na minha vida profissional.

## AGRADECIMENTOS

Nesse momento, realmente, eu só tenho a agradecer. Primeiramente, a Deus, por ter me dado forças e saúde para realizar o sonho de fazer o Mestrado.

A todos da minha família, que, mesmo de forma indireta, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Ao meu pai e minha mãe, pela confiança, carinho e apoio em todos os momentos em que precisei.

Ao meu esposo, por sempre me incentivar, me apoiar e acreditar no meu potencial mesmo quando eu não acredito.

Ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB) Campus João Pessoa, por proporcionar toda a estrutura necessária para que o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica se desenvolva da melhor forma possível.

Ao Professor Doutor Airton José Vinholi Júnior e à Professora Doutora Marlúcia Menezes de Paiva, pelas contribuições e disponibilidade para participar da banca examinadora.

Aos colegas discentes do ProfEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica), por ser uma turma unida e sempre disposta a ajudar.

A todos os docentes do ProfEPT, minha admiração e agradecimento, em especial, ao meu orientador, Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira, por sua disponibilidade, paciência, apoio, empenho nas orientações, humanidade e compreensão em diversos momentos.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Paulo Freire



OLIVEIRA, Virgínia Maia de Araújo. **DO CÁRCERE À LIBERTAÇÃO**: formação em direitos humanos das detentas da unidade Maria Júlia Maranhão, João Pessoa/PB. \_f. 124. 2020. Dissertação. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

## RESUMO

O sistema penitenciário brasileiro possui diversas áreas que merecem atenção e necessitam ser reformuladas, destacando-se a educação. Desse modo, é patente a necessidade de termos um olhar especial para o nosso sistema prisional, ainda mais se considerarmos que os(as) cidadãos(ãs) ali inseridos(as) retornarão ao convívio social após o devido cumprimento da pena. Assim, a proposta educativa que foi elaborada pela presente pesquisa foi pensada para “atuar” nesse contexto de mulheres encarceradas no sistema penitenciário paraibano, que irão retomar a vida em sociedade após o cumprimento da pena e necessitam entender não só quais são os seus direitos enquanto cidadãs, mas também respeitar os direitos dos outros. O objetivo deste estudo foi contribuir com a formação humanística dessas mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba, por meio do desenvolvimento de oficinas educativas pautadas na aprendizagem dos direitos humanos. Metodologicamente, o trabalho consistiu em uma pesquisa aplicada com enfoque qualitativo, tendo, ainda, um caráter exploratório, sendo realizados levantamentos bibliográficos e documentais. A amostragem caracterizou-se como probabilística por acessibilidade, tendo ocorrido a saturação teórica. No que se refere à coleta de dados, ocorreu pela observação participante e pela entrevista individual semiestruturada. Já o tratamento dos dados foi realizado por meio da análise do discurso, seguindo a linha francesa de Michel Pêcheux. Convém ressaltarmos que a análise dos dados permitiu compreender que há uma carência educativa das detentas com relação aos direitos humanos, sendo necessário e útil implementar ações educativas para a promoção desses direitos, contribuindo, assim, com a formação humana dessas mulheres. Além da necessidade e da utilidade do ensino e aprendizagem dos direitos humanos, constatou-se, por meio do diagnóstico, que as detentas têm interesse em aprender mais sobre a referida temática. Por fim, concluiu-se que é possível contribuir com a formação humana das mulheres encarceradas por meio do ensino e da aprendizagem dos direitos humanos, que abordar a referida temática é útil e necessário, podendo-se desenvolver ações formativas para esse público, melhorando seus conhecimentos educacionais, além do interesse que existe, por parte dessas detentas, em aprender sobre liberdade, cidadania, igualdade, direitos humanos de uma forma geral.

**Palavras-chave:** Sistema Penitenciário. Mulheres Encarceradas. Formação Humana. Educação Emancipatória. Direitos Humanos.

OLIVEIRA, Virgínia Maia de Araújo. **FROM JAIL TO RELEASE**: training in human rights of inmates at the Maria Júlia Maranhão unit, João Pessoa / PB . \_f. 124. 2020. Dissertation. (Master in Professional and Technological Education) – Federal Institute of Paraíba, João Pessoa, 2020.

## ABSTRACT

The Brazilian penitentiary system has several areas that deserve attention and need to be reformulated, especially education. Thus, there is a clear need to have a special look at our prison system, even more so if we consider that the citizens (there) inserted there will return to social life after the due execution of the sentence. Thus, the educational proposal that was elaborated by the present research was thought to "act" in this context of women who are incarcerated in the Paraíba prison system, who will resume life in society after serving their sentence and need to understand not only what their rights are. rights as citizens, but also respect the rights of others. The objective of this study was to contribute to the humanistic training of these women in compliance with a measure of deprivation of liberty in the female prison Maria Júlia Maranhão, located in the city of João Pessoa - PB, through the development of educational workshops based on the learning of human rights. Methodologically, the work consisted of applied research with a qualitative focus. It also has an exploratory character, with bibliographical and documentary surveys being carried out. Sampling was characterized as accessibility probability, with theoretical saturation. With regard to data collection, it occurred through participant observation and individual semi-structured interviews. Data processing was carried out through discourse analysis, following the French line of Michel Pêcheux. It is worth mentioning that the analysis of the data made it possible to understand that there is an educational deficiency of the detainees in relation to human rights, making it necessary and useful to implement educational actions to promote these rights, thus contributing to the human education of these women. In addition to the need and usefulness of teaching and learning about human rights, it was found, through the diagnosis, that the detainees are interested in learning more about the subject. Finally, it was concluded that it is possible to contribute to the human training of women incarcerated through the teaching and learning of human rights, that addressing the aforementioned theme is useful and necessary, and that training actions can be developed for this audience, improving their educational knowledge, in addition to the interest of these inmates to learn about freedom, citizenship, equality and human rights in general.

**Keywords:** Penitentiary system. Imprisoned Women. Human formation. Emancipatory Education. Human rights.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas da Construção de Mensagens Educativas.....	74
Figura 2: Etapas de Desenvolvimento das Oficinas Educativas.....	76

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1:	Kit e pasta com materiais impressos da Oficina Educativa em Direitos Humanos.....	78
Imagem 2:	Kit da Oficina Educativa em Direitos Humanos.....	79
Imagem 3:	Materiais impressos para serem utilizados na Oficina Educativa de Direitos Humanos.....	79
Imagem 4:	Kits da Oficina sobre a Cidadania.....	81
Imagem 5:	Kits e pasta com os materiais da Oficina sobre a Cidadania.....	81
Imagem 6:	Materiais impressos da Oficina sobre a Cidadania.....	82
Imagem 7:	Kits e Pasta com Materiais da Oficina Educativa sobre a Liberdade.....	84
Imagem 8:	Kits da Oficina Educativa sobre a Liberdade.....	84
Imagem 9:	Materiais Impressos da Oficina Educativa sobre a Liberdade.....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Síntese das respostas das entrevistadas quando questionadas se estavam estudando antes de serem presas – dezembro de 2019.....	36
Quadro 2:	Respostas das entrevistadas sobre liberdade, igualdade e solidariedade.....	56
Quadro 3:	Respostas das entrevistadas sobre qual temática gostariam de aprender mais.....	74
Quadro 4:	Estética e Organização do Material Educativo.....	90
Quadro 5:	Divisão do Material Educativo.....	91
Quadro 6:	Estilo de Escrita Apresentado no Material Educativo.....	92
Quadro 7:	Conteúdo do Material Educativo.....	93
Quadro 8:	Atividades Presentes no Material Educativo.....	93
Quadro 9:	Criticidade do Material Educativo.....	94
Quadro 10:	Considerações dos Profissionais.....	95
Quadro 11:	Descrições dos Profissionais no Espaço Aberto.....	95

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	População prisional e <i>deficit</i> de vagas no Brasil e no Estado da Paraíba – abril de 2020.....	29
Tabela 2:	População prisional da penitenciária Maria Júlia Maranhão e regime de cumprimento da pena – abril de 2020.....	29
Tabela 3:	Categorização dos crimes cometidos pelas mulheres em âmbito nacional – abril de 2020.....	30
Tabela 4:	Mulheres encarceradas na penitenciária Maria Júlia Maranhão envolvidas em atividades educativas.....	31
Tabela 5:	Escolaridade das detentas paraibanas – 2018.....	32
Tabela 6:	Atividades laborativas desenvolvidas na penitenciária Maria Julia Maranhão – abril de 2020.....	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Depen – Departamento Penitenciário Nacional

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

Infopen – Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro

Infopen Mulheres – Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro das Mulheres

PE – Produto Educacional

ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PR - Profissional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PASSOS INICIAIS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
1.1	HISTÓRIA DE VIDA.....	15
1.2	APRESENTANDO O TEMA EM DISCUSSÃO .....	17
1.3	PERCURSO METODOLÓGICO: DESCRIVENDO A PESQUISA.....	21
<b>2</b>	<b>SISTEMA PRISIONAL .....</b>	<b>28</b>
2.1	ATUALIDADE, REALIDADE E NECESSIDADES.....	28
<b>3</b>	<b>EXCLUSÃO E SOCIEDADE.....</b>	<b>36</b>
3.1	UMA REFLEXÃO SOBRE EXCLUSÃO E POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL.....	36
3.2	COMO AS DETENTAS ENCARCERADAS NO SISTEMA PRISIONAL PARAIBANO COMPREENDEM OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO?.....	41
<b>4</b>	<b>FORMAÇÃO HUMANA.....</b>	<b>45</b>
4.1	ARTICULAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: POR UMA FORMAÇÃO INTEGRAL PARA A EMANCIPAÇÃO E A LIBERTAÇÃO DO SUJEITO.....	45
<b>5</b>	<b>ENSINO E APRENDIZAGEM DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>52</b>
5.1	EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS.....	52
<b>6</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>65</b>
6.1	ÂMBITO DE APLICAÇÃO: O ESPAÇO NÃO FORMAL DE ENSINO.....	65
6.2	OFICINAS EDUCATIVAS: DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO.....	68
6.3	OFICINAS EDUCATIVAS:DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LIBERDA - DE.....	74
<b>6.3.1</b>	<b>Oficina Educativa em Direitos Humanos: origem e conceitos.....</b>	<b>77</b>
<b>6.3.2</b>	<b>Oficina Educativa sobre a Cidadania.....</b>	<b>80</b>
<b>6.3.3</b>	<b>Oficina Educativa sobre a Liberdade.....</b>	<b>82</b>
<b>7</b>	<b>AVALIAÇÃO DAS OFICINAS EDUCATIVAS PELOS PROFISSIONAIS.....</b>	<b>86</b>
7.1	O INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO APLICADO AOS PROFISSIONAIS.....	87
7.2	AVALIAÇÕES REALIZADAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	90
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>



<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE B – TCLE.....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE D – INSTRUMENTO AVALIATIVO DO PE.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....</b>	<b>118</b>

## 1 PASSOS INICIAIS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo inicial, apresenta-se a pesquisadora, um pouco da sua história de vida e da sua experiência profissional, que, associadas à relevância da temática, contribuíram, sobremaneira, para a delimitação do estudo desta dissertação.

Após as apresentações preambulares, expõe-se o tema discutido neste trabalho, que envolvem a educação no ambiente prisional, assim como o ensino e a aprendizagem dos direitos humanos para os sujeitos que se encontram encarcerados. Desse modo, traça-se o panorama do sistema penitenciário brasileiro na atualidade e identifica-se a carência de pesquisas envolvendo tal tema. Aborda-se também a importância desta pesquisa para o meio acadêmico, para o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – e para o Instituto Federal da Paraíba – IFPB.

Por fim, este capítulo ainda trata do percurso metodológico adotado para essa pesquisa, explicando-se, assim, a forma como o projeto desenvolveu-se. Aborda-se a questão da pesquisa aplicada ou prática, com uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com realização de levantamentos bibliográficos e documentais, utilizando-se, como meio de coleta de dados, da entrevista semiestruturada e individual e da observação participante. Como estratégia para o tratamento dos dados coletados, adotou-se a análise do discurso, seguindo a linha francesa de Michel Pêcheux. Essas classificações serão mais bem detalhadas em seção própria.

### 1.1 HISTÓRIA DE VIDA

Antes de adentrar propriamente no tema de que trata esse projeto, resolvi me apresentar, para que os leitores possam conhecer um pouco mais sobre mim e compreender o caminho que me trouxe até aqui.

Sou Virgínia, tenho trinta e três anos, natural de Areia – Paraíba, casada com Victor e mãe de um “milagrinho” chamado Benjamim. Sou filha de um militar do exército e de uma psicopedagoga, casados há 33 anos. Meus pais sempre foram muito presentes, tanto na minha vida quanto na da minha irmã. Minha mãe, em especial, sempre foi uma mulher do lar e que destinou boa parte da sua vida para cuidar da nossa família. Devido à profissão do meu pai, moramos em diversos Estados brasileiros, como no Rio Grande do Norte, no Acre, em Mato Grosso do Sul, etc.

Morei em diversas cidades durante a minha vida, também mudei bastante de escola, mas isso não chegou a ser um problema, mesmo para uma pessoa tímida como eu. Sempre fui uma menina que gostava de estudar, mas não tinha o sonho de exercer uma determinada profissão. Chegada a época do vestibular, escolhi o Direito e, com o passar do curso, comecei a gostar bastante. Colei grau aos 22 anos e, logo, passei no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, começando a advogar em 2010 com mais duas colegas que tinham cursado a faculdade comigo. Advoguei até o ano de 2015, com ênfase na advocacia cível e consumerista. Nessa época, já havia casado, e meu esposo, até então, era agente penitenciário. Morávamos em João Pessoa, Paraíba. Em seguida, ele foi aprovado no concurso público para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde fomos morar. Logo após, ele passou em outro concurso para o Ministério Público do Rio Grande do Norte, e, para lá, nos mudamos.

Nesse ínterim, engravidei, parei de advogar e fui me especializar na área em que já exercia minha profissão, Direito Civil. Com meu filho já maior, retomei os estudos e fui aprovada no concurso público para agente penitenciária no Rio Grande do Norte. Porém, passei pouco tempo na função, não me adaptei ao trabalho no ambiente prisional. Após sair do sistema penitenciário, participei do processo seletivo para o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, no intuito de me capacitar para poder, quem sabe, tornar-me professora e, graças a Deus, fui aprovada. O mestrado, para mim, tem sido muito importante, pois está me mostrando novos caminhos e novas oportunidades. Também me envolvi em projeto de extensão do Instituto Federal da Paraíba, que buscava contribuir com a formação humana emancipatória de mulheres encarceradas. No decorrer do mestrado, quando fui definir meu campo de pesquisa, logo me lembrei daquele ambiente prisional no qual trabalhei, tão carente de tantas coisas, dentre elas, a educação.

A partir do desenvolvimento dos componentes curriculares, das aulas e das orientações com o Professor Doutor Alysson André Régis de Oliveira, fui conhecendo autores, como Paulo Freire, o qual me inspirou bastante, e seus ensinamentos tornaram-se a principal base teórica desse projeto de pesquisa, que busca contribuir com a formação humana, autônoma e emancipatória das detentas da Penitenciária Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa, Paraíba.

Para compreendermos melhor a seara na qual a pesquisa será desenvolvida, abordaremos, na próxima seção, como se encontra e a forma como está organizado o

sistema prisional brasileiro. Também trataremos sobre a relevância da pesquisa, o problema e os objetivos que se pretende atingir com o desenvolvimento desse trabalho.

## 1.2 APRESENTANDO O TEMA EM DISCUSSÃO

Cotidianamente, assistimos aos noticiários e vemos reportagens sobre o sistema penitenciário brasileiro. Há resistência violenta contra os agentes de segurança, rebeliões, falta de estrutura das penitenciárias, escassez de projetos que, de fato, alcancem a ressocialização dos presos, e as atividades educativas no interior das penitenciárias funcionam de forma precária, com poucos detentos desenvolvendo algum tipo de trabalho. Apesar disso, são poucas as pesquisas destinadas a estudar o sistema penitenciário brasileiro. Entretanto, em um ambiente tão complexo, o que não falta é demanda para o desenvolvimento de projetos que possam contribuir com sua melhoria. Dentre as diversas áreas que merecem atenção e necessitam ser reformuladas e pesquisadas no recinto prisional, destaco a educação.

Apenas com o intuito exemplificativo, foram encontrados 678 resultados para a busca da palavra-chave “educação no sistema prisional” quando realizadas buscas no Google Acadêmico. Se estreitarmos um pouco a pesquisa, aproximando-se do cerne de que este trabalho trata, digitando “educação no sistema prisional feminino”, no mesmo Google Acadêmico, são encontrados 108 resultados. Chegando ao ponto sobre o que, de fato, amplamente, abordamos nessa dissertação e digitando “educação no sistema prisional feminino” + “direitos humanos”, no mesmo buscador citado, retornam 77 resultados. Ainda, ao pesquisarmos, “educação no sistema prisional feminino” + “ensino e aprendizagem de direitos humanos”, que é o centro deste trabalho, no citado Google, não há retorno algum.

É patente a necessidade de termos um olhar especial para o nosso sistema prisional, ainda mais se considerarmos que os cidadãos ali inseridos retornarão ao convívio social após o devido cumprimento da pena.

Outro ponto a ser observado é que ainda são poucas as mulheres que se envolvem com atividades educacionais dentro das prisões, sejam atividades complementares ou mesmo realizando alfabetização, ensino fundamental ou Ensino Médio. Essas informações ainda serão detalhadas ao longo dessa dissertação, entretanto, vale mencionar que tais dados foram atualizadas em recente pesquisa feita pelo Departamento

Penitenciário Nacional (DEPEN), sendo divulgada em 09 de abril de 2020. Também, para dados mais específicos, no que refere ao encarceramento feminino, utilizou-se de pesquisa divulgada pelo Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro das Mulheres (INFOPEN MULHERES, 2018). Na obtenção de informações mais gerais, sobre o sistema prisional brasileiro, acessaram-se os dados do Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN, 2017). Tais sistemas de informações e o próprio DEPEN, apesar de terem realizado e divulgado suas pesquisas em datas diferentes, possuem dados complementares, colaborando, inclusive, para que se possa compreender a problemática do encarceramento de uma forma mais abrangente, escolhendo-se, por isso, utilizar-se de diversos documentos.

Partindo dessa realidade, como podemos contribuir para que as mulheres que se encontram privadas da liberdade melhorem seus conhecimentos educacionais e tenham uma visão crítica da sociedade na qual estão inseridas? Busca-se, a partir do projeto educacional já desenvolvido na unidade prisional Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa, Paraíba, contribuir com o processo educativo das detentas, desenvolvendo um produto educacional pautado na aprendizagem dos direitos humanos, de caráter autônomo e emancipatório. No caso, o ensino dos direitos humanos, a partir da discussão de valores, como dignidade humana, respeito, liberdade, solidariedade, visa a promover cidadania e emancipação do sujeito. Tais princípios serão tratados por meio de oficinas educativas construídas a partir de um diagnóstico realizado junto às mulheres participantes do projeto.

Ainda que seja difícil executar um projeto encaminhado para exames e habilidades básicas, vários estudos demonstram que a educação em direitos humanos apresenta resultados positivos. Sobre alguns desses benefícios:

Em primeiro lugar, podemos ver a educação em direitos humanos como tendo tanto benefícios sociais como individuais. A EDH pode ser vista como um meio de levar pessoas a mudar suas atitudes e comportamentos de uma forma benéfica para toda a sociedade. [...] também pode ser vista como um meio para defesa dos direitos humanos do educando em si; [...] ela pode informar as pessoas sobre elas mesmas; preparar as pessoas para exercitarem seus direitos; inculcar o seu valor; capacitar as pessoas para participar de sua construção. (MCCOWAN, 2015, p. 34, tradução nossa).

Sendo assim, o ensino e a aprendizagem de direitos humanos para mulheres encarceradas no sistema prisional da Paraíba trarão ganhos não só para elas, mas para o desenvolvimento social como um todo. Isso vai ao encontro de uma educação que

valoriza a formação humanística, emancipatória, omnilateral, que gera autonomia e consciência crítica no sujeito. Destaco da citação de McCowan (2015, p. 34, tradução nossa) o seguinte trecho, que trata sobre um dos objetivos do ensino e da aprendizagem dos direitos humanos: “[..] capacitar as pessoas para participar de sua construção” (MCCOWAN, 2015, p. 34, tradução nossa). Esse posicionamento vai ao encontro dos ideais defendidos por Paulo Freire, que, juntamente com outros autores, forma o aporte teórico desta dissertação. Nesse sentido, há um estímulo para que o sujeito exercite o seu pensamento e possa, por seus próprios esforços, desenvolver alternativas para exercer a cidadania e usufruir dela, aspecto importante em um estado democrático de direito. Todavia, para isso, faz-se necessário conhecer os sentidos/significados de tais direitos, esclarecendo-se também que, a cada direito conferido, corresponde um dever, o qual, normalmente, impõe certos limites ao exercício desse mesmo direito. Assuntos de abordagem, aparentemente, imprescindível em ambientes prisionais, onde os sujeitos encontram-se, justamente, por terem ultrapassado os limites impostos pelo ordenamento jurídico.

Sobre o conceito e o sentido da prisão (BUENO; PENNA, 2016, p. 389):

A prisão constitui local diferenciado, eleito pela sociedade para guardar em seu interior o que não deu certo, a sua escória. No mundo moderno, a prisão – cujo significado foi elaborado a partir do momento em que a privação da liberdade se tornou a forma por excelência de punição de criminosos – pretensamente possui uma dupla finalidade, punir e reabilitar para o convívio social indivíduos colocados sob a sua guarda.

Da fala do autor, notabiliza-se a palavra “pretensamente”, que ele usa antes de definir o fim determinado para a prisão: ‘punir e reabilitar’ os sujeitos que estão cumprindo pena privativa da liberdade. Ou seja, a prisão tem essa finalidade de punição e reabilitação do indivíduo a ela submetido, porém o que há é apenas uma intenção. Da forma como se encontra o sistema prisional brasileiro, podemos dizer que há punição dos sujeitos pelos crimes por eles praticados, todavia, não há “espaço” para reabilitação. Dentre as diversas áreas que poderiam ser trabalhadas no recinto prisional para promover a reabilitação dos detentos, evidencia-se a educação.

A partir disso, o objetivo central dessa pesquisa foi contribuir com a formação humana emancipatória das mulheres encarceradas na unidade Maria Júlia Maranhão, por meio do ensino e da aprendizagem dos direitos humanos. Para que essa finalidade fosse atingida, foi preciso definir, preliminarmente, os objetivos específicos: I – levantar as

principais necessidades advindas das mulheres encarceradas na unidade prisional feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa, Paraíba, participantes do projeto, sobre a temática dos direitos humanos; II – formatar oficinas educativas, de caráter emancipatório sobre os direitos humanos, levando em consideração as necessidades das detentas da unidade prisional feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa, Paraíba; III – aplicar as oficinas educativas sobre a temática dos direitos humanos a um conjunto de 5 profissionais, com a finalidade de atestar a viabilidade/potencialidade do recurso educacional.

Nesse contexto, a ideia da pesquisa nasceu a partir da experiência da pesquisadora no sistema prisional quando foi aprovada no concurso para agente penitenciária no Estado do Rio Grande do Norte. Apesar de ter permanecido pouco tempo no ambiente prisional, percebeu a carência educativa dos encarcerados, o que se comprova também a partir dos dados discutidos no decorrer deste trabalho. Já a intenção do ensino de direitos humanos surgiu da formação em Direito e por entender que tal temática pode contribuir para a formação humana das mulheres em cumprimento de medida privativa de liberdade.

Dessa forma, a proposta educativa elaborada pelo presente projeto é pensada para atuar no contexto de pessoas que estão privadas da liberdade, em virtude de condenação criminal, que retornarão ao convívio social após o cumprimento da pena, necessitando entender quais são seus direitos enquanto cidadãs e, ainda, respeitando os direitos dos outros. Buscou-se, assim, discutir temas como, liberdade, dignidade humana, cidadania, etc., por meio de oficinas educativas em direitos humanos. Interessante pontuar que o âmbito de desenvolvimento desse recurso educacional é o sistema penitenciário, caracterizado, para os fins deste trabalho, como espaço educativo não formal, pois situa-se fora do ambiente escolar. Sendo assim, ele objetiva uma forma de abordagem do ensino e da aprendizagem que é raramente desenvolvida no âmbito do espaço formal (ALMEIDA, 2014).

Apesar disso, a formatação com que o produto educacional foi desenvolvido e os conteúdos que serão abordados permitem sua aplicação no Ensino Médio integrado dos Institutos Federais, contribuindo, assim, para a formação omnilateral dos educandos, e não apenas tecnicista. De acordo com a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu artigo 26, §9º, o currículo do Ensino Médio deve ser complementado em cada instituição com:

conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares, [...] observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Sendo assim, tratar o tema direitos humanos (de forma transversal) é um dever do estabelecimento de ensino no âmbito formal, previsto na legislação pátria, podendo, desse modo, o produto educacional elaborado contribuir para o cumprimento dessa obrigação institucional.

A pesquisa corrobora as práticas de ensino desenvolvidas pelo Instituto Federal da Paraíba, já que busca imbuir nos sujeitos valores como ética, desenvolvimento humano e respeito, fortalecendo, desse modo, o viés defendido pela instituição. Ela também vai ao encontro das bases defendidas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o qual se alinha a uma educação omnilateral que leva o sujeito à autonomia e à emancipação. A contribuição da pesquisa para o meio acadêmico é importante, pois temos poucas referências no tema educação/emancipação/autonomia/ensino e aprendizagem de direitos humanos/ no ambiente prisional.

Dessa forma, a pesquisa terá como principal fundamentação teórica o autor Paulo Freire, no que se refere a uma educação humana, emancipadora e realizada de modo dialogada. É certo que há diversos outros autores citados ao longo do texto, que, em conjunto com Paulo Freire, também formam a teorização dessa dissertação. Concebe-se, assim, a educação como um meio de melhorar a vida pessoal e social das detentas participantes do projeto.

Para compreendermos o caminho que a pesquisa percorreu para atingir seu objetivo, passaremos a analisar a metodologia aplicada no desenvolvimento desse projeto.

### 1.3 PERCURSO METODOLÓGICO: DESCREVENDO A PESQUISA

No que se refere à classificação da pesquisa, neste estudo, adotou-se a pesquisa aplicada, pois buscou-se identificar uma forma de resolver uma dificuldade encontrada no caso determinado a partir das revelações percebidas na investigação. Sendo assim, inicialmente, foi preciso aplicar o instrumento adequado para diagnosticar as principais necessidades das detentas em relação ao tema *direitos humanos*, para, posteriormente, realizar a proposta educativa da forma mais adequada. Desse modo, a continuidade da



pesquisa condicionou-se ao levantamento das principais necessidades apontadas pelas mulheres encarceradas.

“Prática, também chamada de aplicada, é a investigação que procura soluções para problemas concretos. Não se preocupa com o abstrato. Deve ter fundamentação na pesquisa teórica ou básica [...], mas tem existência própria” (RODRIGUES, 2007, p. 42). Nesse mesmo sentido, Prodanov e Freitas (2013, p.51) ensinam que a investigação aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”.

Já quanto à forma escolhida para a abordagem da pesquisa, foi a qualitativa, na qual “o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações” (FONSECA, 2012, p.35). O que se pretendeu com a presente investigação foi explicar o fenômeno estudado a partir da análise dos dados “produzidos” na interação.

No que se refere ao método de abordagem qualitativo:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Continuando com a definição de abordagem qualitativa da pesquisa, de acordo com os ensinamentos de (RODRIGUES, 2007, p. 38):

Qualitativa é a pesquisa que – predominantemente – pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa suas razões.

Desse modo, a forma escolhida para a abordagem da pesquisa foi a qualitativa, pois baseou-se em coleta de dados com os sujeitos envolvidos no estudo, assim como nas entrevistas e observação participante. Apesar da “preferência” pela abordagem qualitativa da pesquisa, não houve descarte da utilização de informações quantitativas relativas ao tema objeto de análise.

Como o estudo também almejou identificar quais as carências educativas das detentas, criando mais intimidade com o tema pesquisado, e necessitou de um planejamento mais flexível em virtude do público-alvo da investigação, optou-se pela pesquisa de caráter exploratório. “Exploratória é uma pesquisa cuja finalidade é

descortinar um tema, reunir informações gerais a respeito do objeto. [...] Destina-se a esclarecer do que se trata, a reconhecer a natureza do fenômeno, a inventariar suas manifestações variadas [...]” (RODRIGUES, 2007, p.28). Com relação às pesquisas exploratórias, Gil esclarece que elas:

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (2008, p. 27).

Foram realizados levantamentos bibliográficos (por meio de livros e artigos científicos relacionados com o tema de pesquisa) e documentais, como a utilização de dados de pesquisas realizadas pelo sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (Infopen, 2017), pelo Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro das Mulheres (Infopen Mulheres, 2018) e pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2020). “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado [...]” (GIL, 2008, p.50); já a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (GIL, 2008, p.51).

Sobre o levantamento documental:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. Já no que se refere ao levantamento bibliográfico: [...] é feito a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permita ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (GERHARDT; SILVEIRA, *apud* FONSECA, p. 37, 2012).

No que se refere à delimitação do universo no âmbito da pesquisa:

Em geral, é impossível obter informações de todos os elementos ou indivíduos que pretendemos estudar, seja em função da numerosidade de dados, da relação custo-benefício, da limitação de tempo ou da acessibilidade aos dados. Para isso, a pesquisa científica pode buscar a identificação dessas relações por meio do estudo de apenas uma parte dos elementos que formam o universo. (PRODANOV; FREITAS, p. 97, 2013).

Levando em consideração o que Gil (2002, p. 51) ensina ainda sobre universo da pesquisa:

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos.

O estudo abordou questões educativas relacionadas com o ambiente prisional, especificamente na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa – Paraíba, a qual, de acordo com os dados divulgados pelo Depen (2020), conta com uma população carcerária de 240 detentas. Então, partindo das definições acima sobre o universo da pesquisa, seria bastante difícil trabalhar com um número tão grande de sujeitos, além da complexidade do ambiente em que eles estão inseridos. Sendo assim, o trabalho foi realizado com uma amostra desse universo.

Vejamos o que Prodanov e Freitas (2013, p. 97) ensinam sobre amostra da pesquisa:

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-lo em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais, é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

Sendo uma pesquisa social que foi desenvolvida dentro do sistema penitenciário, trabalhou-se com uma amostra da população carcerária feminina da unidade Maria Júlia Maranhão. Como se investigaram questões educacionais no ambiente prisional, as mulheres que participaram da pesquisa estavam envolvidas em algum processo formativo desenvolvido pela penitenciária feminina. Levando em consideração os dados divulgados pelo Depen (2020), na unidade Maria Júlia Maranhão, são 99 detentas envolvidas em atividades educacionais. Sendo assim, dentre essas 99 mulheres, 8 estão fazendo a alfabetização, 42 cursam o ensino fundamental, 17 desenvolvem atividades complementares, e 32 estão desenvolvendo remição pelo estudo por meio da leitura. Tais

informações serão mais bem detalhadas em capítulo próprio. Dessa forma, como é uma pesquisa social desenvolvida em um ambiente complexo, como é a prisão, realizou-se a pesquisa com uma amostra dessas detentas, 10 mulheres, que se encontravam cumprindo medida privativa de liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba, e que estavam comprometidas com algum tipo de processo educativo. Dessa forma, essas participantes da pesquisa foram escolhidas pela própria administração da unidade prisional, dentre as detentas que estavam envolvidas em algum processo formativo e que desejaram contribuir, não havendo envolvimento da pesquisadora nas etapas de seleção direta das amostras.

Chegou-se à amostra de 10 detentas por meio da amostragem por saturação teórica. Assim, a coleta de dados cessou quando a pesquisadora compreendeu que a continuidade dessa coleta não traria informações novas que fossem trazer alguma diferença. O que era necessário compreender, para os fins dessa pesquisa, já havia sido obtido.

Vejam os a definição de saturação teórica realizada por Fontanella; Ricas; Turato (p. 17, 2008):

é operacionalmente definida como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam, ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados.

No caso do estudo, levando em consideração as características descritas acima, tivemos um tipo de amostragem não probabilística, por acessibilidade, já que o sujeito foi escolhido mediante critérios previamente delineados, reitera-se, mulheres encarceradas na referida unidade prisional e que estivessem participando de quaisquer atividades educativas desenvolvidas no próprio estabelecimento. “Uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa [...]” (GIL, p. 145, 2002).

Na presente pesquisa, a observação e a entrevista foram utilizadas como meio para coletar os dados. Optou-se pela observação do tipo participante, já que houve inserção da pesquisadora no grupo estudado. Quanto à técnica de coleta de dados chamada

observação, “nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (GIL, 2008, p. 100).

Quanto ao tipo de entrevista, neste estudo, optou-se por fazer uso da individual e semiestruturada com um roteiro pré-definido, como consta no Apêndice C, todavia, com abertura para opinião e discussão sobre o tema abordado. Decidiu-se por esse tipo de coleta de dados porque o tamanho da amostra (10 mulheres) viabilizou tal método e por permitir analisar, além das palavras que são ditas, os atos comportamentais dos sujeitos durante o diálogo. No que se refere à conceituação de entrevista, Fonseca (2012, p. 36) ensina que é uma “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. “O objetivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema” (FLICK, 2013, p.115).

É importante enfatizar que todas as entrevistadas foram instruídas sobre a finalidade da pesquisa e convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e apenas as que concordaram e assinaram o referido termo participaram. O TCLE, Apêndice B, e os procedimentos propostos por esse projeto foram aprovados pelo Comitê de Ética do IFPB, como consta no Anexo A.

Na presente pesquisa, realizou-se como estratégia para tratamento dos dados a análise do discurso, seguindo a linha francesa de Michel Pêcheux, pois, nas entrevistas que foram realizadas para a pesquisa, optou-se por uma interpretação qualitativa, “estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia” (OLIVEIRA, 2016, p.32), buscando, assim, mais o sentido existente na fala do sujeito do que seu conteúdo. Desse modo, a análise do discurso “trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o *corpus* da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680).

Por meio da análise da coleta de dados realizada e da observação do ambiente prisional, onde se encontravam as mulheres participantes do projeto, assim como da teorização utilizada na construção desse trabalho, chegou-se ao modelo de oficinas educativas de ensino e aprendizagem em direitos humanos propostas como recurso educacional. Desde o princípio, pensou-se em um produto educativo que abordasse assuntos relacionados aos direitos humanos, mas que a temática específica a ser tratada partisse do interesse das mulheres encarceradas, pois, apesar de a pesquisadora

compreender que o ensino e a aprendizagem desses direitos seriam pertinentes no âmbito do desenvolvimento deste projeto, não se sabia, ainda, se era do desejo das detentas aprender mais sobre o assunto. Por isso é que, previamente, executou-se toda a etapa diagnóstica, por meio das entrevistas individuais e semiestruturadas, e, só em um segundo momento, foram definidos os temas a serem tratados nas oficinas, baseados no diagnóstico realizado. Esclareça-se que cada passo descrito acima será pormenorizado em capítulo próprio.

Como resultado da análise da coleta de dados, em apertada síntese, os 2 temas que as mulheres mais tiveram interesse em aprender foram: liberdade e cidadania. Ainda com as informações provenientes do diagnóstico, restou-se configurada a necessidade de desenvolver-se também uma oficina introdutória com a temática dos direitos humanos, abordando-se conceitos iniciais e origem. Mostra-se pertinente tal introdução, pois não se pode olvidar a inserção da liberdade e da cidadania enquanto direitos humanos e também incluir um pouco da origem da sua construção, além do que, pode-se extrair da fala das entrevistadas que elas apresentam um discurso restrito no que refere a esses direitos.

Sendo assim, foram elaboradas 3 oficinas educativas com as seguintes temáticas: direitos humanos, cidadania e liberdade. A partir disso, as oficinas foram formatadas, elaborados os materiais a serem utilizados e formados os kits de aplicação. Além de esse recurso educacional estar descrito em capítulo próprio, também constará em Apêndice A desta dissertação.

Com a conclusão da elaboração das oficinas educativas, torna-se necessário aplicá-las a um conjunto de 5 profissionais, e, assim, eles podem, a partir da sua vivência em contexto real, atestar a viabilidade/potencialidade do produto educacional, e também analisar diversos outros aspectos do recurso. A descrição detalhada da aplicação será realizada em capítulo próprio deste trabalho.

Vimos o meio metodológico que se utilizou para atingir a finalidade almejada pela pesquisa. Analisou-se o percurso da metodologia desenvolvida, desde a classificação da pesquisa até a aplicação do produto educacional, perpassando pelo diagnóstico e produção das oficinas educativas. A partir do próximo tópico, veremos como se encontra o sistema penitenciário no Brasil, especialmente no Estado da Paraíba, abordando a realidade prisional e quais as necessidades desse sistema.

## 2 SISTEMA PRISIONAL

Abordam-se, neste capítulo, as circunstâncias em que se encontram o Sistema Prisional Brasileiro, em especial, o do Estado da Paraíba, e a Unidade Prisional Maria Júlia Maranhão, que é o lugar em que foi realizada a coleta de dados para a pesquisa.

Desse modo, trataremos dos números da população prisional brasileira e paraibana, assim como do *deficit* de vagas, da faixa etária das detentas, dos crimes mais cometidos, dos dados educacionais, da escolaridade, dos recursos humanos das penitenciárias, dentre outros aspectos que colaboram para compreendermos a forma como se encontra o sistema prisional hodiernamente e as necessidades que o permeiam.

### 2.1 ATUALIDADE, REALIDADE E NECESSIDADES

Para compreendermos melhor esse cenário, convém, de modo sucinto, delinear alguns aspectos da realidade do sistema prisional brasileiro, em particular, do Estado da Paraíba e da penitenciária Maria Júlia Maranhão, local em que foi realizada a coleta de dados da presente pesquisa.

Segundo dados atualizados em 09 de abril de 2020 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), relativos à pesquisa realizada no segundo semestre de 2019, a população prisional brasileira alcançou 748.009 (setecentos e quarenta e oito mil e nove) detentos e detentas, apresentando um *deficit* de 312.925 (trezentos e doze mil, novecentos e vinte e cinco) vagas. Dentre os sujeitos que se encontram no sistema prisional brasileiro, de acordo com o Depen (2020), 36.929 (trinta e seis mil, novecentos e vinte e nove) são mulheres. Ainda de acordo com o Depen (2020), no Brasil, faltam 3.939 (três mil, novecentos e trinta e nove) vagas no sistema penitenciário feminino. No Estado da Paraíba, são 13.326 (treze mil, trezentos e vinte e seis) presos e presas, tendo um *deficit* de 5.414 (cinco mil, quatrocentos e quatorze) vagas. Do total de sujeitos que se encontram no sistema prisional da Paraíba, 680 (seiscentos e oitenta) são mulheres (DEPEN, 2020). Levando em consideração essa mesma pesquisa, faltam 163 (cento e sessenta e três) vagas no sistema penitenciário feminino paraibano.

Em síntese, demonstraremos os dados citados, em forma de Tabela 1, para uma melhor visualização dos dados:

Tabela 1: População prisional e *deficit* de vagas no Brasil e no Estado da Paraíba – abril de 2020

Local	Quantidade da população prisional masculina e feminina	Quantidade da população prisional feminina	Deficit total de vagas	Deficit de vagas femininas
Brasil	748.009	36.929	312.925	3.939
Paraíba	13.326	680	5.414	163

Fonte: Depen, 2020

Na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa (Paraíba), onde foram realizadas as coletas de dados dessa pesquisa, e tendo ainda por base os dados divulgados pelo Depen (2020), há um total de 240 detentas. Dessas mulheres, 95 são presas provisórias, ou seja, 39,58 % das detentas ainda não têm condenação; 96, correspondendo a 40% das presas, estão sentenciadas e cumprindo pena em regime fechado; 49 mulheres, ou seja, 20,42% estão sentenciadas e cumprindo pena no regime semiaberto; por fim, não temos nenhuma detenta em cumprimento de medida de segurança de internação ou de tratamento ambulatorial. Tais dados podem ser mais bem ilustrados na Tabela 2 abaixo. Vejamos:

Tabela 2: População prisional da penitenciária Maria Júlia Maranhão e regime de cumprimento da pena – abril de 2020

Local	Quantidade de detentas	Quantidade/percentual de detentas sem condenação	Quantidade/percentual de detentas sentenciadas em regime fechado	Quantidade/percentual de detentas sentenciadas em regime semiaberto	Quantidade de detentas em medida de segurança de internação	Quantidade de detentas em tratamento ambulatorial
Penitenciária Feminina Maria Júlia Maranhão – PB	240	95 (39,58%)	96 (40%)	49 (20,42%)	0	0

Fonte: Depen, 2020

Da tabela acima, destacamos o dado que, aproximadamente, 40% das mulheres encarceradas na penitenciária Maria Júlia Maranhão sequer possuem uma sentença



condenatória. Esse é um fato que demonstra não uma falha do sistema prisional em si, mas do Poder Judiciário, que, abarrotado de ações, não consegue julgar em tempo hábil.

Outro dado importante para que possamos compreender melhor a população carcerária paraibana feminina é sobre a faixa etária das detentas, mas não há essa informação na pesquisa realizada pelo Depen (2020). Todavia, encontramos tais dados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Mulheres, divulgado em 2018 (INFOPEN MULHERES), podendo-se afirmar que, em linhas gerais, temos uma população carcerária bastante jovem, em idade produtiva e que vai ao encontro da faixa etária de mulheres encarceradas nos demais Estados brasileiros.

Também merecem registro os crimes mais cometidos, de forma tentada ou consumada, pelas mulheres que estão encarceradas no sistema penitenciário nacional. Foram categorizados os crimes cometidos por 34.365 mulheres inseridas nesse sistema. De acordo com os dados divulgados pelo Depen (2020), os crimes de drogas, previstos na Lei nº 11.343/06, despontam como os mais cometidos pelas encarceradas no país, 50,94%, ou seja, 17.506 mulheres; 26,52% praticaram os crimes contra o patrimônio, sendo 9.114 detentas; 13,44% realizaram os crimes contra a pessoa, somando 4.617 encarceradas; 4,23% cometeram os crimes previstos em legislação específica, ou seja, 1.452 mulheres; 2,3% perpetraram os crimes contra a paz pública, sendo 789 detentas; 1,79% cometeram os crimes contra a dignidade sexual, ou seja, 616 presas; 0,51% praticaram os crimes contra a fé pública, somando 176 mulheres; 0,1% realizaram os crimes cometidos por particulares contra a administração pública, ou seja, 35 detentas; por fim, 0,17% perpetraram os crimes contra a administração pública, sendo 60. Esses dados serão mais bem demonstrados na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Categorização dos crimes cometidos pelas mulheres em âmbito nacional – abril de 2020

<b>Crimes</b>	<b>Quantidade de mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Drogas (Lei nº 11.343/06)	17.506	50,94%
Crimes contra o patrimônio	9.114	26,52%
Crimes contra a pessoa	4.617	13,44%
Outros crimes (Legislação específica)	1.452	4,23%
Crimes contra a paz pública	789	2,3%
Crimes contra a dignidade sexual	616	1,79%
Crimes contra a fé pública	176	0,51%

Crimes contra a administração pública	60	0,17%
Crimes praticados por particular contra a administração pública	35	0,1%
Total	34.365	100

Fonte: Depen, 2020

Depreende-se dessas informações que, nos últimos anos, houve uma expansão de mulheres cometendo os crimes de drogas em detrimento dos crimes praticados contra o patrimônio e contra a pessoa, por exemplo. É o que podemos constatar, inclusive, pelo registro de categorização dos crimes mais cometidos pelas mulheres em âmbito nacional, sendo os do grupo Drogas (Lei nº 11343/06) responsáveis por mais da metade do encarceramento feminino.

Já os registros encontrados no Infopen Mulheres (2018) forneceram dados relativos à gestão dos recursos humanos nas unidades prisionais femininas brasileiras. Ao todo, temos 24.122 funcionários, dos quais apenas 3% estão ligados às atividades educativas. Desse resultado, podemos extrair que a educação não é prioridade no ambiente prisional. Vejamos um trecho da entrevista realizada com a EM, questionada se o estudo que desenvolve na unidade prisional em que está cumprindo a pena iria melhorar as chances de ela conseguir um trabalho quando estivesse em liberdade:

Não vai, porque é muito fraco, o ensino é muito fraco. É muito pouco tempo de aula, horas, mesmo assim, que não significa muito, significa assim, alguns por cento, vamos se dizer, você já tem uma noção, pra quem não é alfabetizado.

Analisando algumas informações referentes à questão do envolvimento das detentas paraibanas, especificamente das 240 apenadas que se encontram em atividades educacionais na penitenciária Maria Júlia Maranhão, temos que: oito delas estão sendo alfabetizadas; 42 cursam o Ensino Fundamental; 17 participam de atividades educacionais complementares, como videoteca e cultura; 32 estão remindo a pena pelo estudo por meio da leitura; por fim, não temos nenhuma detenta no nível médio ou nível superior. Dessa forma, temos apenas 99 envolvidas em atividades educacionais na unidade (DEPEN, 2020). Vejamos tais dados em formato de Tabela 4 para que possam ser mais bem ilustrados:

Tabela 4: Mulheres encarceradas na penitenciária Maria Júlia Maranhão envolvidas em atividades educativas

Atividade	Quantidade
-----------	------------

Alfabetização	8
Ensino fundamental	42
Ensino Médio	0
Ensino superior	0
Atividades educacionais complementares	17
Remição pelo estudo por meio da leitura	32
Total	99

Fonte: Depen, 2020

Pelos registros acima, podemos perceber que não há detentas cursando o Ensino Médio, isso em decorrência de a unidade prisional não ofertar tal modalidade. Observemos o trecho da entrevista no qual a entrevistada relata exatamente esse problema:

Muitas pessoas já foi alfabetizadas aqui, mas não tem Ensino Médio, que era o que eu preferia [...]. Aqui **ta faltando o Ensino Médio vim pra cá [...]**. Pelo estudo, mas eu queria que tivesse o Ensino Médio, eu queria aprender química, física, artes. (EM, grifo nosso)

Outra questão relevante é com relação à escolaridade das mulheres encarceradas no sistema prisional paraibano. Temos que 11% das detentas são analfabetas, e 7% são alfabetizadas; no que se refere ao Ensino Fundamental, 54% das detentas não o completaram, enquanto 18% conseguiram terminar; já o Ensino Médio foi completado por 3% das detentas, e 6% o possuem de modo incompleto; apenas 1% das detentas na Paraíba possuem nível superior incompleto, e 1%, nível superior completo, não havendo nenhuma detenta com ensino acima do superior (INFOPEN MULHERES, 2018). Esses dados, especialmente no que se refere ao cerne que esse projeto pretende desenvolver, mostram-nos o quanto o nível de escolaridade é inversamente proporcional ao encarceramento. Dito de outra forma, quanto mais escolaridade tem um sujeito, menor é sua presença nos dados do sistema prisional. Para evidenciar tais registros, segue a Tabela 5 de dados:

Tabela 5: Escolaridade das detentas paraibanas - 2018

Nível de escolaridade	Porcentagem
Analfabetos	11%
Alfabetizados	7%
Ensino fundamental completo	54%
Ensino fundamental incompleto	18%
Ensino Médio completo	3%
Ensino Médio incompleto	6%
Ensino superior completo	1%
Ensino superior incompleto	1%
Ensino acima do superior	0

Fonte: Infopen Mulheres, 2018

Tais dados, quando somados, totalizam 101%. Porém, é desta forma que se encontram no próprio documento do Infopen Mulheres, 2018. Essas informações expressam que o Estado da Paraíba possui um alto índice de analfabetismo entre as mulheres privadas de liberdade, inclusive, “destaca-se” em cenário nacional. Ainda considerando os dados do Infopen Mulheres (2018), a taxa média brasileira de analfabetas em unidades prisionais é de 2%, enquanto, na Paraíba, chega a 11%, de acordo com a Tabela 5.

Conforme exposto anteriormente, há 240 (duzentas e quarenta) apenadas na penitenciária Maria Júlia Maranhão, dentre elas, apenas 32,5% realizam algum tipo de atividade laborativa, ou seja, 78 (setenta e oito) mulheres, sendo 30 (trinta) em trabalho externo e 48 (quarenta e oito) em trabalho interno (DEPEN, 2020). Vejamos, em síntese, a demonstração dessas informações na Tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Atividades laborativas desenvolvidas na penitenciária Maria Júlia Maranhão – abril de 2020

<b>Atividade laborativa</b>	<b>Quantidade</b>
Externa	30
Interna	48
Total	78

Fonte: Depen, 2020

A partir de todos esses dados, durante o encarceramento, poucas detentas têm a oportunidade de estudar, profissionalizar-se e trabalhar. Quando saem da prisão, o estigma de ex-presidiária dificulta a recolocação no mercado de trabalho, e, sem qualificação, conseguir um emprego fica quase impossível. A falta de empregabilidade é um dos fatores geradores da reincidência criminal. Por isso, é de suma importância o desenvolvimento de programas que visem a reinserir as detentas à sociedade por meio de atividades educacionais.

O Infopen Mulheres (2018) ainda analisou a existência de espaços denominados “módulo de oficinas” nos estabelecimentos prisionais. Para esse estudo, considera-se “módulo de oficinas” locais que podem ser utilizados para o desenvolvimento contínuo de oficinas de profissionalização. Proporcionalmente, há mais oficinas de trabalho nos estabelecimentos femininos em detrimento dos masculinos. A presença de locais apropriados para a realização de oficinas profissionalizantes contribui para que os

encarcerados possam usufruir do direito ao trabalho e à educação, preconizado pela Lei de Execução Penal.

Cumprir trazer à baila o artigo 29, §1º, da Lei de Execução Penal, o qual prescreve que o trabalho do preso não se submete aos regramentos da Consolidação das Lei do Trabalho. Todavia, tal atividade laborativa não pode ser remunerada em valor menor que  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do salário mínimo vigente.

A população prisional brasileira está distribuída em três esferas: no sistema penitenciário, nas secretarias de segurança e nas carceragens de delegacias e no sistema penitenciário federal. Os dados do Depen (2020) nos informam que, no Estado da Paraíba, apenas 3 (três) detentas encontram-se presas em carceragens ou secretarias de segurança. Todas as outras apenas estão cumprindo pena no sistema penitenciário. Analisando esses dados, fica fácil entender por que a maioria dos problemas de execução penal (no caso de penas privativas de liberdade) está inserida no sistema prisional, pois quase 100% (cem por cento) das pessoas em cumprimento de tal penalidade estão nele localizadas.

Depreendem-se dessas informações que o sistema penitenciário brasileiro carece de atenção, investimento, políticas públicas e humanização. Quando menciono “investimento”, faço alusão não apenas à parte física do sistema, mas também aos que nele se inserem como cumpridores da pena imposta pelo Estado.

A maioria dos encarcerados apresenta baixíssimo nível de escolaridade, conforme já exposto anteriormente, sendo necessária expandir a realização de atividades educacionais pelas penitenciárias. É preciso o desenvolvimento da instrução escolar e formação profissional no interior das unidades prisionais, pois é um direito legalmente instituído por diversas normas nacionais e internacionais. Também é prevista pela Lei de Execução Penal a articulação entre trabalho e educação no contexto prisional, caso em que a atividade laborativa do condenado terá finalidade educativa e produtiva, mas não é essa a realidade do sistema prisional brasileiro.

A população prisional feminina brasileira, no ano 2000, somava menos de 6.000 (seis mil) mulheres; no ano de 2016, já passava de 42.000 (quarenta e duas) mil detentas, tendo, assim, um aumento de 656 (seiscentos e cinquenta e seis por cento) de mulheres encarceradas nesse intervalo de tempo. Já a população carcerária masculina, nesse mesmo período, cresceu 293%, passando de 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil) detentos no ano 2000 para 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil) homens encarcerados em 2016 (INFOPEN MULHERES, 2018). Esse dado é muito preocupante, visto o

crescimento exponencial da população carcerária feminina brasileira, superando, assim, o aumento do encarceramento masculino.

As carências que envolvem o sistema prisional são muitas, mas, tendo consciência dos limites dessa pesquisa, pretende-se contribuir com a melhoria da educação das detentas, especialmente no que se refere à formação humana dessas mulheres.

Diante desses dados constatados, especificamente os relativos à educação na prisão e à baixa escolaridade das detentas e a partir do conhecimento do roteiro educativo da penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada na cidade de João Pessoa – Paraíba, desenvolveu-se um produto educacional, pautado na aprendizagem dos direitos humanos, de caráter emancipatório, que contribuirá com a formação humana das mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade, aumentando, assim, a quantidade de mulheres que participam de atividades educativas complementares.

A educação nas prisões, sabemos, ainda não é aquela que desejamos para os que ali estão cumprindo sua pena, mas não podemos nos conformar com ela. Ainda que não haja as condições físicas e humanas ideais nas penitenciárias, podemos nos mobilizar para intervir nesse processo educativo e contribuir para a formação humanística das detentas. Esse posicionamento vai ao encontro do que Freire (1983) defende de não nos conformarmos com a realidade posta, de não simplesmente nos adaptarmos a ela, mas sobretudo interferir nessa realidade para poder transformá-la. “Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de atitude” (FREIRE, 1983, p. 93).

Vimos que a situação do sistema penitenciário brasileiro, especificamente no Estado da Paraíba, precisa melhorar, sobretudo na área da educação. Porém, há caminhos que podem ser seguidos e trabalhados para implementar as mudanças necessárias. No próximo tópico, iniciaremos o debate teórico tratando sobre o tema da exclusão e sua conexão com os sujeitos que se encontram em privação da liberdade no sistema penitenciário.

### 3 EXCLUSÃO E SOCIEDADE

Este capítulo trata, inicialmente, sobre a vida estudantil das apenadas antes de elas serem encarceradas, assim como retrata a dificuldade de desenvolver os estudos, ainda que se reconheça a importância da educação. Abordam-se, ainda, as questões sobre os processos de exclusão enfrentados por determinados sujeitos, vislumbrando-se uma possibilidade de intervenção social na tentativa de atuar sobre o referido problema.

Em um segundo momento, trata da temática da exclusão social a partir da visão das próprias detentas, havendo uma análise da forma como essas mulheres se veem, incluídas ou excluídas da sociedade.

#### 3.1 UMA REFLEXÃO SOBRE EXCLUSÃO E POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Quando observamos alguns dados publicados pelo Infopen (2017) e Infopen Mulheres (2018) sobre o perfil da população carcerária brasileira, percebemos que, predominantemente, são pessoas jovens, que não possuem escolaridade adequada e pertencem a uma gama de sujeitos que não tiveram oportunidades de se desenvolver digna e socialmente. No sistema prisional paraibano, por exemplo, dentre as detentas que foram entrevistadas, apenas duas estudavam, e uma já havia “terminado os estudos” ao serem presas. Vejamos no Quadro – 1 abaixo:

Quadro 1: Síntese das respostas das entrevistadas quando questionadas se estavam estudando antes de serem presas – dezembro de 2019

Entrevistadas	Respostas
EB	“Não, eu parei de estudar[...]”.
ED	“Eu vim estudar aqui”, (no presídio), “que eu me interessei”.
EE	“Não”.
EF	“Eu estudei quando tinha vinte e dois anos de idade, eu fazia supletivo”.
EG	“Estudava”.
EH	“[...] não estudava porque o marido não deixava”.
EI	“Eu estudava só que nunca saía da quarta série”.
EJ	“Quando eu parei de estudar, em 2016, no oitavo ano, eu estava com 16 anos”.
EL	“Estudar nunca assim, porque eu já terminei meus estudos [...]”
EM	“Não, eu já cheguei a estudar, mas foi anos atrás. Muitos anos atrás, eu não estava estudando [...]”

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Desse quadro, percebe-se que as mulheres entrevistadas, em sua maioria, não estavam estudando quando ingressaram no sistema penitenciário, umas porque, de fato, não se interessavam, como no caso da (ED), que deu atenção aos estudos após ser presa; outras, porque não tiveram a oportunidade de estudar. Às vezes, o sujeito tem a vontade de estudar e reconhece a importância da educação, mas as circunstâncias sociais em que vive dificultam o desenvolvimento desse estudo. Um exemplo é o trecho retirado da entrevista com a EE. Vejamos o que ela responde quando questionada se a educação é importante:

Com certeza. (EE)

Seguindo com a entrevista, foi perguntado à EE se ela achava que, caso tivesse tido a oportunidade de estudar, teria sido diferente:

Não tenho dúvida, com certeza. (EE)

Pode-se, assim, dizer que algumas pessoas passaram/passam por processos de exclusão e, segundo Martins (2002, p.13):

Em suas consequências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população.

A exclusão é típica das sociedades em que não há uma mobilidade social. Esse tipo de sociedade prevaleceu durante o período colonial e imperial, porém, ainda sofremos essa influência (MARTINS, 2002).

O termo “exclusão social”, de modo amplo, leva em consideração a questão da inclusão no modo de viver hodierno, na “realidade” social existente, e não naquilo que podemos fazer para mudar o cenário atual. Para se sentirem incluídos:

**No limite, podem usar meios ilícitos para obter recursos** de que necessitam para integrar-se: o tráfico, o roubo, a violência, os meios transgressivos de participação. **A deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais**, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência (MARTINS, 2002, p.39, grifo nosso).



Alguns pontos das entrevistas corroboram o entendimento do autor acima descrito:

[...] eu tentava, passava quinze dias fazendo a vida doméstica, dona de casa, mãe, esposa, tudo. **Depois, quando eu via que tava precisando de algo**, eu queria dar aquilo, fazer isso, **eu queria ter** [...]. Aí quando eu via que queria mesmo, nada me segurava, nem marido, ninguém, arrumava uma pessoa, ficava com meus filhos, deixava ele mesmo ia atrás do que eu queria. E conseguia viu! [...] **Tava vivendo mesmo do crime, pra ser sincera.** (EM, grifo nosso)

O trecho citado acima, retirado da entrevista com a (EM), retrata exatamente o entendimento do autor quando ele diz que, no extremo, pessoas podem se utilizar de meios contrários à legislação para conseguir meios de vida. Pois, a entrevistada afirma que estava usando o crime para ter os bens que queria. Há, nesse caso, distintamente, quebra dos valores éticos/morais que, necessariamente, precisariam estar presentes nas interações sociais.

Em determinados momentos da nossa coleta de dados, obtínhamos um determinado posicionamento da entrevistada. Posteriormente, ao longo da conversa, em resposta a uma outra indagação, nascia um “aparente” desencontro com a resposta anteriormente dada. Vamos à resposta da entrevistada quando ela foi questionada se, quando estava fora da prisão, sentia-se incluída na sociedade:

Sim, com certeza. [...] sempre eu me senti uma pessoa da sociedade. [...] Porque a meu ver nunca fazia mal a ninguém. Então, normal. (EJ)

Num outro ponto da entrevista, quando a mesma EJ foi questionada se, de fato, sentia-se uma pessoa livre (antes de ser presa) ela respondeu:

Não, é assim, eu era livre fisicamente, fazia aquilo que eu queria, na hora que eu queria, mas tinha canto que eu tava assim, mas eu não me sentia bem de estar ali, mas eu tinha que estar ali e pronto. Então, assim, muitas vezes eu queria voltar pra ficar mais só, **mas eu tinha que estar ali por causa do status**, digamos assim, em relação ao que eu estava me envolvendo eu tinha que estar sempre presente, certos ambientes que às vezes eu não queria estar, mas eu teria que ficar ali, de certa forma. (grifo nosso)

Então, podemos extrair desses trechos que, apesar de a entrevistada afirmar que se sentia incluída na sociedade, ela (re) produzia comportamentos/atitudes para ter *status* no grupo do qual participava. O que seria isso senão uma tentativa de inclusão? Ainda que não seja, é bem verdade, a moralmente ou/e eticamente correta de acordo com os

parâmetros sociais e legais. O que se percebe é que, nem sempre, os processos de exclusão são percebidos claramente, mas a partir de reflexão.

Na parcela mais pobre da sociedade contemporânea, levando em consideração a economia globalizada atual, “o consumo ostensivo é um meio de afirmação social e de definição de identidade” (MARTINS, 2002, p.37). Por isso, muitas pessoas veem na vida criminosa uma forma totalmente distorcida de se integrar na sociedade globalizada contemporânea.

“O que aconteceu com esse sistema de produção? No meu modo de ver, em grande parte em função da chamada globalização, nós estamos vivendo um momento perverso do mercado. Quem produz não é necessariamente quem compra” (MARTINS, 2002, p.123). A partir disso, várias são as formas de que as pessoas se utilizam para se “incluir” nessa sociedade. Nem sempre, é bem verdade, o caminho dessa inclusão “anda” ao lado da moral e da ética. Alguns dos sujeitos que se encontram nas penitenciárias lá estão porque suas tentativas de inclusão social foram moralmente inadequadas e socialmente aviltantes. “Portanto, ‘exclusão’ situa a possibilidade da mudança e da superação das condições de adversidade, além do imediato, muito além da vida cotidiana” (MARTINS, 2002, p.44).

De acordo com Martins (2002, p.21):

As Ciências Sociais, além de suas funções próprias no âmbito do conhecimento científico, têm cumprido um papel importante no alargamento da consciência social do cidadão, em particular daqueles chamados ao cumprimento da missão de assegurar direitos e, sobretudo, de formar outros cidadãos.

Uma forma para que possamos compreender melhor as contradições da sociedade contemporânea, e até mesmo transformá-la, é intervir sobre ela, e isso pode ser feito por meio de trabalhos sociais.

Segundo Martins (2002, p.9):

Tudo de sensato e fundamentado que se fizer e propuser no sentido de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no processo de desenvolvimento econômico, para com ele compatibilizar o ritmo do desenvolvimento social, será historicamente bem-vindo. Tanto no âmbito do Estado e das políticas públicas quanto no âmbito da sociedade civil.

Todavia, antes dessa ação, precisamos saber qual a visão do sujeito sobre sua posição, qual alternativa percebe nela. “A sociologia não pode ser boa sociologia se não

se incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem na adversidade e de si mesma” (MARTINS, 2002, p.26). “Um ponto de vista é como nós vemos os ‘excluídos’ outro, é a forma como eles se veem. Sendo também importante saber o que eles querem” (MARTINS, 2002). O que precisamos é compreender a sociedade com toda a sua complexidade, diversidade e dotada de alterações no seu processo social e histórico. “Sem ela não é possível construir a esperança como práxis comunitária, pois a práxis depende de consciência social e consciência social que não resulte da crítica social é apenas alienação, instrumento de reiteração do iníquo” (MARTINS, 2002, p.12).

Para Martins (2002, p.27-28):

Os estudos sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista mostraram que essa sociedade *tende* (mas não necessariamente realiza) para um padrão de relações sociais de *tipo contratual e igualitário*. Em oposição à sociedade pré-capitalista e estamental de tipo comunitário (sociedade do *trato* e não sociedade do *contrato*), baseada na desigualdade ‘natural’ das pessoas. A igualdade jurídica é uma característica essencial desta sociedade, a sociedade do contrato. Sem a igualdade, o contrato não é possível.

Sendo assim, se vivemos na era da sociedade contratual, a qual prima pela igualdade dos indivíduos, não deveria haver, desse modo, a exclusão. Entretanto, ela é real e patente.

Devemos, enquanto sociedade, trabalhar para a redução da desigualdade social, da sua conseqüente exclusão, pois, de acordo com Martins (2002, p.21):

a verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou os torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não tem um teto, não tem trabalho e, sobretudo não têm esperança.

Martins (2002, p.18) ainda diz que “[...] muitos suponham que a luta contra a exclusão é necessária e automaticamente uma luta pelo socialismo ou por uma sociedade inteira e profundamente nova”. E o autor segue explicando que tal hipótese é complicada. “[...] São demandas cujo atendimento tem solução no amplo estoque de alternativas práticas e ideológicas de gerenciamento das crises e dos problemas sociais de que o próprio capitalismo dispõe” (MARTINS, 2002, p.19).

Sendo assim, se queremos atuar sobre um determinado problema, é preciso primeiro conhecer a realidade dele para depois mudá-lo. Necessitamos “mergulhar” no

ambiente a ser reformulado e, a partir disso, propor uma forma de intervenção, sem se furtar ao diálogo com os sujeitos. Não sabemos, ainda, se a intervenção trará resultados positivos, mas a tentativa é de suma importância.

Desse modo, compreende-se que a questão do encarceramento está intimamente relacionada com os processos de exclusão social. A partir do próximo tópico, no intuito de entender melhor a realidade das detentas, veremos como essas mulheres que se encontram no sistema penitenciário paraibano percebem (ou não) a exclusão.

### 3.2 COMO AS DETENTAS ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PARAIBANO COMPREENDEM OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO?

Neste momento, para uma melhor percepção, iremos analisar o discurso de algumas entrevistadas que participaram da pesquisa e, assim, compreender como essas detentas que se encontram encarceradas no sistema prisional paraibano vislumbram a questão da exclusão social. Essa etapa é de fundamental importância, pois, como dissemos anteriormente, não basta a nossa opinião sobre a questão da exclusão, é necessário saber o que pensam essas pessoas sobre sua inclusão/exclusão social.

Desse modo, transcreveremos as falas mais representativas de cada entrevistada. Logo após, analisaremos o discurso, em diálogo com a teoria já exposta no tópico antecedente.

Interessante notar que, em cada fala das entrevistadas, percebemos um “tipo” diferente de relato da exclusão. Todavia, há aquelas mulheres que não se sentiam excluídas, mas incluídas no modelo social em que viviam antes do encarceramento.

Vejamos algumas respostas dessas mulheres quando questionadas se fora da prisão elas se sentiam excluídas ou incluídas na sociedade:

Não, eu me sentia incluída. Porque eu tava lá fora no meio da sociedade, não estava fazendo nada de errado. [...] hoje, aqui, a gente tem que fazer o que a polícia quer. Isso aí tem que obedecer elas, porque a gente tamo abaixo delas. Entendeu? (EB)

Nesse caso, a entrevistada relaciona o processo de inclusão social apenas com o fato de estar em liberdade ou encarcerada. Quando se encontrava em liberdade, acreditava encontrar-se em situação de inclusão.

Situação diversa da exclusão pela perda da liberdade, que foi citada anteriormente, podemos perceber no trecho da entrevista abaixo:

Não, eu me sentia, porque eu usava drogas. Excluída, excluída da sociedade. [...] me sentia uma ninguém. Pra mim eu não existia. (EE)

Essa entrevistada, usuária de drogas antes de ser presa, sentia-se excluída da sociedade devido ao uso de entorpecentes. Na verdade, pelas próprias palavras dela, ela se sentia “uma ninguém”, não participando da vida em sociedade:

Eu era neutra, não sabia o que era vida, hoje na prisão eu to temendo que eu, eu não vou voltar mais ao que eu era, por poucos dias que eu to aqui. (EE)

A exclusão pode ocorrer, ainda, no âmbito da própria família e estendendo-se para o círculo social mais amplo. É o que podemos extrair do discurso abaixo. A entrevistada inicia falando da exclusão que sentia dentro do grupo familiar e, posteriormente, da sua exclusão social como um todo.

[...] excluída da minha família, eu sempre fui excluída da minha família [...] uma cidadã excluída, excluída da sociedade. (EF)

Ainda sobre a inclusão/exclusão que se inicia na seara familiar:

Ah sim, eu nunca me senti não, porque eu sempre fui criada com minha vó, minha mãe e meu pai foram morar longe, eu nunca tive contato com minha mãe, eu passei dezoito anos sem falar com minha mãe. Aí, por eu ser criada com minha vó, eu fui criada solta. (EI)

Dessa forma, perguntamos, ainda, se, por isso, ela não se sentia incluída na sociedade:

Não. (EI)

Podemos perceber, no próximo relato, que o fato de ter um trabalho/emprego também foi citado por uma das entrevistadas como fator de inclusão quando ela estava em liberdade. Vejamos:

Me sentia, porque eu trabalhava e eu tinha emprego próprio, então me sentia incluída na sociedade. (EL)

Todavia, EL fala da exclusão após sair do sistema penitenciário:

Eu, quando sair daqui, eu vou ser criticada pela sociedade [...]. eu vou ser um pouco excluída, as pessoas vão me olhar diferente, mas se ela ver minha atitude, minha mudança ela pode já me olhar com olhar diferente, ah, ela mudou, então vou ser excluída sim da sociedade [...].

Nesse mesmo sentido, outra entrevistada relata a exclusão que sofrerá quando estiver em liberdade por ser uma ex-presidiária:

Eu acho assim, que vai ter preconceitos, eu acho que vai ter dificuldades sim, por ser uma ex-presidiária, também não vai ter confiança, por que isso é um fato que a gente vê muito [...]. Vamos ser sincera? Ninguém acredita numa mudança. (EJ)

Vejamos abaixo a descrição que uma entrevistada faz quando questionada sobre o sentimento de inclusão/exclusão antes de ser presa:

Vou dizer, às vezes, quando eu mesmo saía pra algum lugar com meus filhos, pra um shopping, um parque, que eu estava no meio de pessoas de bem, eu me sentia sim parte da sociedade. (EM)

Em virtude desse relato, questionamos à entrevistada qual era o momento em que ela não se sentia incluída:

Quando eu tava no meio, costuma-se dizer, numa favela, cheio de homens errado, pessoas que tão fazendo coisas ilícitas que eu estou lá no meio também. **Mas só que nem sempre eu estava assim, tem horas que eu tinha que cair na realidade, tentava voltar pra o mundo real, aí depois a situação me obrigava** e eu tava lá de novo. Mas eu sempre fiquei assim, na corda bamba, sabe, entre o certo e o errado. Até que um dia, enfim, eu tive que provar o lado duro, que é pra ver que o fácil, depois eu vou me dar mal com ele. Com certeza. (EM, grifo nosso).

É pertinente, no âmbito de pesquisas de cunho social, dedicarmos-nos a ouvir e analisar a fala do outro, tentar compreender o que ele realmente pensa sobre determinado assunto – nesse caso, a exclusão/inclusão social. Na presente pesquisa, em que elaboramos um recurso educativo para aplicação junto às detentas, isso se tornou ainda mais importante, pois é a partir desse saber “colhido” durante as entrevistas semiestruturadas que nos baseamos para que o produto educacional tenha sido o mais adequado possível.

Interessante notar o quanto a questão da inclusão/exclusão social é ampla, indo desde a que ocorre dentro do espaço familiar do indivíduo até as relações sociais externas, perpassando, ainda, pelo âmbito da educação, trabalho, etc.

A educação voltada para a formação humana pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, emancipados e comprometidos com a transformação social. É sobre essa temática que trataremos no próximo tópico.

## 4 FORMAÇÃO HUMANA

Neste capítulo, trata-se das relações entre o trabalho e a educação, dentro e fora do ambiente prisional, visando a uma formação integral do sujeito. Aborda-se também a questão da importância da educação e do trabalho, não apenas no campo teórico, mas também a partir da realidade do público-alvo dessa pesquisa, as detentas, a partir de suas falas, coletadas nas entrevistas realizadas. Faz-se, assim, um paralelo entre os aspectos da educação e do trabalho dentro e fora da prisão.

Apresenta-se também a questão da formação humana integral, apontando para a importância de projetos formativos que contemplem temas como cidadania, liberdade, igualdade, direitos humanos... no intuito de formar sujeitos críticos e mais participantes da vida em sociedade.

### 4.1 ARTICULAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: POR UMA FORMAÇÃO INTEGRAL PARA A EMANCIPAÇÃO E A LIBERTAÇÃO DO SUJEITO

A educação, sabemos, contribui sobremaneira para a inclusão dos sujeitos no mercado de trabalho. Porém, apenas ensinar as técnicas não é suficiente para uma formação ampla do trabalhador. Para uma educação mais completa do educando, é preciso aliar formação técnica com formação humanística. “Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas” (ZABALA, 1998, p. 28).

Vejamos as respostas das mulheres entrevistadas quando questionadas sobre a importância da educação para elas:

[...] a educação, ela é uma coisa muito importante na vida do ser humano. Não é isso? Porque a gente sem educação, a gente não é nada. A gente não é nada e sem educação a gente não consegue nada (EB).

É importante a gente saber ler, saber escrever, até mesmo pra pegar um ônibus, contar um dinheiro, arrumar um serviço, ter uma educação pra poder se expressar com as pessoas (EF).

A educação é coisa boas, é onde a gente chega até onde a gente quer tendo aquela educação (EH).

A educação é importante porque é o começo de tudo, se não tiver educação, então não tem trabalho. **Então, se você terminar seus estudos, tem uma possibilidade de você conseguir um trabalho**, de você se educar, saber falar



com as pessoas, tudo tem um, assim, uma visão, tipo, eu tô estudando, eu sei ler, se eu souber ler **eu vou a qualquer lugar do mundo porque eu sei ler** (EI, grifo nosso).

[...] pra mim, é superimportante (EJ).

Educação é muito importante, é a chave pra mim, a fonte da sabedoria, porque é uma coisa que ninguém vai te roubar (EM).

Percebe-se, de um modo geral, que as detentas reconhecem a importância da educação, não são pessoas que estão indiferentes a essa necessidade dos seres humanos (aprender). Inclusive, podemos destacar da fala da EI sua percepção de ligação entre educação e a possibilidade de conseguir ingressar no mercado de trabalho.

A partir disso, é necessário compreender que diversas modificações vêm ocorrendo nas relações de trabalho, e a reforma trabalhista ocorrida em 2017 flexibilizou diversos direitos dos trabalhadores, modificando diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho. Essa mudança, conseqüentemente, resultou em instabilidade das relações trabalhistas, e os empregados perderam alguns direitos que haviam sido conquistados ao longo do tempo, dentre essas modificações: implantação da modalidade de trabalho intermitente (em que o contrato de trabalho prevê prestação de serviços de forma não contínua); fim da assistência gratuita no momento da rescisão do contrato de trabalho; autorização da dispensa coletiva sem necessidade de intervenção sindical; horas extras sem pagamento em *home office*, entre outras.

Todas essas mudanças corroboram o pensamento de Antunes (2009, p. 119) quando o autor diz que “o capital necessita cada vez menos de um trabalho estável promovendo precarização e degradação das relações de trabalhistas”.

Os futuros trabalhadores que ocuparão as novas vagas no mercado de trabalho precisam entender em que ambiente estão se inserindo, quais as conseqüências disso e, especialmente, qual valor eles representam para o capital. Desse modo, terão uma consciência crítica sobre o sistema. Aqui percebemos a importância de uma formação ser também humanista, abordando questões históricas, sociais, promovendo autonomia e emancipação do educando.

Nessa perspectiva, mas trazendo a questão do trabalho para o âmbito do sistema prisional feminino paraibano, especificamente na penitenciária Maria Júlia Maranhão, pode-se dizer que poucas mulheres, 32,5%, têm a oportunidade de desenvolver essa atividade laboral, chegando a ser um privilégio dentro da unidade prisional (DEPEN, 2020). Essa realidade não é diferente do lado de cá dos muros das prisões, onde o número

de desempregados cresce, e estar no mercado de trabalho é uma “vantagem”. Vejamos algumas falas das entrevistadas quando foram questionadas sobre o trabalho dentro da unidade prisional:

Aqui dentro o trabalho é muito mais importante, porque a gente ocupa a nossa mente, a gente não fica ali parada, com a mente parada. Porque aqui assim, quem trabalha **vevi em outro pavilhão**, não vevi no mesmo pavilhão, trancado. Então, a gente trabalhando a gente evita muitas coisas (EB, grifo nosso).

É muito bom trabalhar aqui, porque as hora se passa, sua mente está ocupada com o trabalho (ED).

Eu trabalho na casa [...], cuido do jardim. [...] E é uma forma assim, porque a gente trabalhando é mais livre, e também **tem uma certa confiança**, elas confiam mais e **a gente come bem, melhor do que lá dentro**. [...] a gente **mora no pavilhão aqui da frente**, é o pavilhão só do pessoal que trabalha (EI, grifo nosso).

Desse modo, o trabalho desenvolvido dentro da unidade prisional assume um “lugar” diferente daquele realizado fora dele. Pode-se dizer que aquele até perde um pouco da característica da remuneração (contrapartida financeira) que essa atividade possui, vai além disso, significando um tratamento diferenciado dentro da unidade prisional, como uma melhor alimentação, viver em um pavilhão distinto das outras presas e usufruir de mais confiança das agentes prisionais. Sendo assim, há uma ressignificação do trabalho. Outra questão envolvendo o trabalho no ambiente prisional é a remição pelos dias trabalhados, preconizada na Lei de Execuções Penais (LEP), no seu artigo 126, § 1º, inciso II, o qual dispõe que o preso em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte da execução da pena (um dia de pena a cada três dias de trabalho). Dentre as entrevistadas, uma citou esse direito da remição pelo trabalho:

[...] o preso tem direito a trabalhar três dias e remir um, e são os direitos que a gente tem [...] (EF).

Da mesma forma que é reduzida a quantidade de mulheres que desenvolvem alguma atividade laboral no interior da unidade prisional, também é pequeno o número de detentas que realizam alguma atividade educativa – 99 (DEPEN, 2020). Apesar disso e das limitações existentes no sistema prisional, pode-se perceber da fala das entrevistadas, de um modo geral, que a educação desenvolvida no interior da unidade gera alguns efeitos positivos:

**Aqui eu vim perceber que se eu não estudar eu não vou ter um emprego digno**, e se eu não tiver um emprego digno talvez eu possa viver numa situação de miséria, a qual que eu não quero, porque eu tenho um filho e esse meu filho depende de mim (EJ, grifo nosso).

[...]quando a pessoa tá estudando você aprende coisas, aqui eu vim aprender, eu vim fazendo o Ler para Crer, fazer redação, eu era péssima em redação. Então eu vim aprender aqui, porque eu nunca me interessei por redação, eu nunca gostei, e quando me encontro **nesse lugar eu vim me interessar muito mais pela leitura**, pegar livro pra ler, redação, aqui eu vim aprender mais. (EL)

Eu vim estudar aqui, que eu me interessei (ED).

Interessante pontuar que o produto educacional desenvolvido por essa pesquisa proporciona a ampliação da participação das mulheres em atividades educativas complementares na penitenciária Maria Júlia Maranhão, pois apenas 17 detentas de um universo de 240 participam desse tipo de atividade. Sendo assim, o desenvolvimento desse recurso educativo na unidade prisional é relevante, também, em virtude da possibilidade da inclusão dessas mulheres em processos educativos.

As entrevistadas também foram questionadas quanto ao interesse em participar da formação (oficinas educativas de ensino e aprendizagem de direitos humanos) e sobre qual assunto gostariam que fosse abordado. Seguem algumas respostas:

Com certeza gostaria (EB).

Queria, pelo menos vou aprendendo mais algumas coisas (EE).

Eu queria saber mais sobre a liberdade (ED).

Solidariedade e igualdade (EF).

Cidadania e liberdade (EG).

Tal temática será melhor mais bem desenvolvida nos próximos capítulos, porém queremos deixar registrado o caminho que seguimos para a produção do recurso educacional, qual seja: a necessidade e interesse das detentas nas tratativas das temáticas das oficinas educativas, o que pode ser demonstrado por meio das respostas das entrevistadas.

Nos dizeres de Nascimento e Favoreto (2018, p. 270):

[...] toda proposta educacional exige a implantação de políticas públicas para que as condições de aprendizagem sejam iguais, bem como o conhecimento escolar, mais do que formar mão de obra para o sistema produtivo, possa oferecer oportunidades para que todos possam analisar criticamente a

sociedade, de modo a pensar estratégias e formas de romper com a desigualdade social.

Por isso, é relevante, em projetos educativos que valorizam a formação humana, tratar de temas como cidadania, liberdade, igualdade, dentre outros, pois esses conhecimentos formarão a base para o desenvolvimento de um pensamento crítico.

O filósofo Marx defendia uma “[...] educação politécnica com o objetivo de formação humana em todos os seus aspectos, físico, mental, intelectual, prático, laboral, estético, político, combinando estudo e trabalho” (CIAVATTA, 2009, p.3).

Assim, ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica, em virtude das próprias referências do autor ao termo, assim como de grande parte dos estudiosos de sua obra (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p.1060).

Gramsci é outro pensador que também aponta para a importância de uma formação humanística dos trabalhadores, aliando a educação ao trabalho:

Ao pensar a organicidade entre trabalho e educação, Gramsci a localiza enquanto processo por meio do qual o homem adquire propriamente as condições de humanização, processo este circunstanciado pela história e pelos modos de produção da existência. Nesse processo, a integração entre trabalho, ciência e cultura comporia o princípio educativo da escola unitária, alternativa à escola tradicional, uma escola “desinteressada”, essencialmente humanista (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p.1060).

Em defesa da Escola Unitária, Gramsci propõe a união entre instrução e trabalho na educação de sujeitos com habilidade de criar, dirigir e governar. Para que isso ocorra, seria preciso saber tanto as leis da natureza como das humanidades e da ordem legal que regula a vida em sociedade (CIAVATTA, 2009, p.4).

Gramsci “[...] destaca que a escola, pelo princípio educativo do trabalho, pode formar indivíduos reflexivos, críticos e capazes de atuar socialmente [...]” (NASCIMENTO; FAVORETO; 2018, p.250). Desse modo, cabe ao educador promover uma educação crítica e reflexiva do sujeito, tornando-o capaz de traduzir o contexto social em que vive e tomar decisões. O citado filósofo italiano considera “a educação um importante instrumento de conscientização, pontua a escola como um dos privilegiados

aparelhos no desenvolvimento da consciência crítica para transformação social” (NASCIMENTO; FAVORETO, 2018, p. 269).

Nesse mesmo sentido, de considerar o humanismo como uma etapa significativa na formação dos educandos, Freire (2011, p.113) explica que:

A desconsideração total pela formação integral do ser humano e sua redução à puro *treino* fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo. Nesse caso, *falar a*, que na perspectiva democrática é um possível momento do *falar com*, nem sequer é ensaiado.

Nós precisamos não só defender uma educação voltada para a libertação do indivíduo, mas praticá-la. Para isso, não podemos chegar com um conteúdo pronto e acabado e apenas explicar para a massa, mas, ao invés disso, primar pelo diálogo (FREIRE, 2018). Eles necessitam pensar em quem são, qual seu papel no mundo e o que podem fazer para transformar a realidade em que vivem, construindo, assim, sua autonomia e sua libertação.

Sobre a verdadeira libertação, autêntica, “[...] é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2018, p. 93).

Não podemos esperar as condições sociais ideais para a implementação de um projeto educativo que leve em consideração o diálogo, a finalidade da libertação e a autonomia dos sujeitos. Isso pode ser realizado por meio dos processos de “ensino-aprendizagem”.

A libertação deve se dar mediante a prática de uma pedagogia humanizada, em que se estabelece com os sujeitos “uma relação dialógica permanente” (FREIRE, 2018, p.77). Essa ininterrupção do diálogo deve ocorrer antes, durante e, ainda, após o processo de ensino e aprendizagem.

“Uma educação que não seja desafiadora, que não se proponha a formar iniciativas, que não prepare para a mobilização, que não instrumente a mudança, que não seja emancipatória, é mera fábrica de repetição das formas de ação já conhecidas” (BITTAR, 2014, p.69). É necessária uma educação que incentive a emancipação e tenha o sujeito como parte da produção do conhecimento, e não apenas receptor de conteúdos prontos e acabados. Essa “pedagogia humanizadora” pode ser desenvolvida a partir da

discussão de valores por meio do ensino e aprendizagem dos direitos humanos. É sobre isso que trataremos no próximo capítulo.

## 5 ENSINO E APRENDIZAGEM DOS DIREITOS HUMANOS

O ensino e a aprendizagem dos direitos humanos é um dos pontos centrais dessa dissertação. Sendo assim, neste capítulo, de modo geral, há um diálogo entre a teoria referente a essa temática e a fala das entrevistadas, obtendo-se um panorama da compreensão dessas mulheres sobre os direitos humanos e temas correlatos a partir do contexto em que vivem (situação de encarceramento).

Abordam-se também os conceitos de direitos humanos, um pouco da sua origem histórico-social, a Resolução nº 1 de 2012, do Conselho Nacional de Educação (a qual trata das Diretrizes Nacionais para a educação em direitos humanos), que, juntamente com outras informações, aponta para a necessidade e a utilidade do ensino e da aprendizagem dos direitos humanos para a formação, por exemplo, de cidadãos mais ativos em relação aos seus direitos e cumpridores de seus deveres.

### 5.1 EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS

Inicialmente, convém esclarecer que direitos humanos são os que pertencem a todos os seres humanos, não dependendo de origem, raça, cor, religião, ou de qualquer outra qualidade.

Nesse sentido, a Resolução nº 1 de 2012, do Conselho Nacional de Educação, artigo 2º, §1º, dispõe que:

Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

Como exemplos de direitos humanos, temos o direito à vida, igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana, educação, alimentação, solidariedade, etc.

Ainda sobre a definição desses direitos:

Os direitos humanos não são um esquema completo da justiça social, eles fornecem proteções fundamentais para indivíduos e grupos, e asseguram as condições para a prosperidade humana, mas nós podemos muito bem ter preocupações que vão além dessas garantias. (MCCOWAN, 2015, p. 26-27, tradução nossa).

No que se refere ao conceito de direitos humanos, vejamos algumas respostas das entrevistadas quando foram indagadas sobre o sentido desses direitos para elas:

Eu não sei nem como explicar, eu sei que direitos humanos eles deve nos defender. Certo? Deles eu não sei nem o que dizer. (EB)

Eles vêm pra saber como é que a gente é tratado, eu nunca vi queixa nenhuma, que a gente tem alguma queixa com os direitos humanos. (ED)

Direitos humanos pra mim é tudo, né, porque ele veio aqui. (EE)

Direitos humanos - como eu posso falar – assim, dá – como que eu vou falar – a gente lutar pelos direitos que a gente tem, como assim, pronto, o preso tem direito a uma visita familiar, o preso tem direito aos higiene pessoais, o preso tem direito a trabalhar três dias e remir um, e são os direitos que a gente tem, nós estamos presos, mas também eles não tem o direito de agredir a gente, a gente tem, muitas vezes, muitas penitenciárias, muitos lugares fazem isso, priva a gente de muitas coisas. (EF)

Eu acho que são as pessoas que defendem nossos direitos, sei lá, eu acho que é isso. (EG)

Direitos humanos são as pessoas que querem ajudar, querem saber o que a gente passa nesse lugar, como é o presídio, como é o movimento, então, eu acho muito legal, acho muito importante. (EH)

Aqui, no espaço onde a gente convive hoje, os direitos humanos eles, pra mim é um tipo de, são pessoas que ajudam. [...] Vê a necessidade da gente, vê se tem higiene na comida que a gente come, vê se no lugar onde a gente, tem estudo, tem educação, tem trabalho, tem limpeza. Porque quando eles vêm eles olham tudo, estando tudo organizado eles sabem que está tudo bem. (EI)

Eu acho assim, eu né, a meu ver, direitos humanos é uma galera, é uma galera que tá ali pra defender. (EJ)

Assim, direitos humanos pra mim, no meu ponto de vista, não sei né, pra assim você ser independente, você poder fazer aquilo que você gosta e não ter pessoas assim, em cima de você lhe indicando o que você faz não faz, eu não sei se é isso, mas pra mim é isso. (EL)

Pra mim, é uma organização, é um órgão que fende a causa do ser humano. Causa do presidiário, não só aqui como lá fora também. (EM)

A partir da fala das apenas participantes da pesquisa, podemos perceber que, de fato, elas não entendem o real sentido dos direitos humanos, apresentando uma versão, muitas vezes, reducionista deles. Em linhas gerais, praticamente todas as respostas descrevem-nos como sendo pessoas, organização, “galera”, que vão até o estabelecimento prisional para averiguar a situação da apenada e das instalações do presídio. Todavia, destaca-se a entrevistada F, que citou, em sua fala, alguns direitos do preso, os quais, inclusive, se encaixam como direitos humanos (por exemplo: de não ser agredido),



afastando-se da ideia exclusiva dos direitos humanos enquanto pessoas que vão até a unidade prisional para a averiguação do ambiente. Considerando esse cenário, nota-se a necessidade de esclarecer a essas mulheres sobre esses direitos, os quais também implicam deveres.

“Defender os Direitos Humanos é exigir que a dignidade humana de todos seja respeitada incondicionalmente” (ASSUNÇÃO, 2014, p.85). Sendo assim, independente da condição em que o ser humano esteja, sua dignidade sempre tem que ser levada em consideração.

Sobre o surgimento deles, em breve síntese, podemos dizer que as regras que protegem os direitos humanos não eram escritas, elas foram sendo construídas ao longo da evolução da sociedade. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por exemplo, é consequência da Revolução Francesa, datada de 1789, que tinha como lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. Todavia, é a partir do século XX que os direitos do homem tomam uma forma mais clara.

O desenvolvimento e a admissão dos direitos humanos ganham

[...] impulso definitivo a partir da Segunda Guerra Mundial. Com mais de 60 milhões de mortos, o conflito é um divisor de águas, tanto em termos históricos, como para o próprio direito, que viu nascer um conjunto de normas de caráter internacional, em resposta às atrocidades e horrores do nazismo, e que eram destinadas a evitar que a catástrofe da guerra se repetisse. Era o novo Direito Internacional dos Direitos Humanos, cujo marco inaugural é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ASSUNÇÃO, 2014, p.86-87).

De acordo com a Resolução nº 1 de 2012, do Conselho Nacional de Educação, no seu artigo 2º:

A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Como temas que podem ser debatidos em educação para os direitos humanos, citamos: ética nas relações humanas, noções de direitos e deveres do cidadão, valorização da diversidade cultural, respeito às diferenças, entre outros.

Trazendo novamente trechos das entrevistas realizadas, dessa vez, foi questionado se elas achavam que ter acesso a uma educação de qualidade e ao trabalho seria um direito humano. Algumas das respostas foram:

Eu não sabia. (EB)

Não. (ED)

Acho que com certeza. (EF)

Eu vejo sim, como um direito humano. (EI)

Com certeza. Seria mais do que digno a pessoa ter esse direito. As coisas seriam mais fáceis, porque às vezes é só a falta de oportunidade. Às vezes o próprio governo tem condições e não faz o projeto. Porque dinheiro tem, com certeza, os cofres públicos estão lotados. (EM).

Nesse aspecto, as respostas variaram bastante: algumas não relacionaram o direito à educação e ao trabalho como direito humano; outras, sim. Porém, pode-se perceber uma aparente contradição entre a resposta ao primeiro quesito (sobre o sentido dos direitos humanos) e ao segundo (se elas achavam que ter acesso a uma educação de qualidade e ao trabalho seria um direito humano). Explica-se, tomando-se como exemplo a entrevistada M. No primeiro quesito, ela respondeu que direitos humanos são “[...] uma organização, é um órgão que defende a causa do ser humano”. No segundo, a mesma entrevistada respondeu que sabia que o direito à educação e ao trabalho eram direitos humanos “Com certeza. Seria mais do que digno a pessoa ter esse direito”. A “aparente contradição” em determinadas entrevistas ocorre devido ao questionamento feito às entrevistadas. A partir do primeiro quesito, elas são instigadas a pensar, começando, assim, a relacionar determinados aspectos aos direitos humanos, ampliando a visão inicial de que seriam “apenas” pessoas que comparecem ao recinto prisional para visitas e avaliar a situação da unidade. Essas mulheres necessitam pensar em quem são, qual seu papel no mundo e o que elas podem fazer para transformar a realidade em que vivem, construindo, desse modo, sua autonomia e sua libertação. Sendo assim, aponta-se como adequado um recurso educacional que estimule o desenvolvimento de tal ação e seja voltado para a formação humana dessas mulheres.

Ainda de acordo com a Resolução nº 1 de 2012, do Conselho Nacional de Educação, ela trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, no seu artigo 4º, incisos I até VII, prevendo que:

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e

práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

O artigo e os incisos citados anteriormente informam-nos sobre a importância do ensino dos direitos humanos para a formação do cidadão, tornando-o sujeito humanizado e político. O educando passa a entender não só os seus direitos, mas a respeitar o dos outros.

Uma das visões da educação voltada para os direitos humanos é a “[...] prevenção de conflitos, de modo a trabalhar com o indivíduo em nível de mentalidade, para que ele reflita e se avalie antes de agir, tomando consciência do impacto e consequência de seus atos, para si mesmo e em relação ao seu entorno” (ASSUNÇÃO, 2014, p. 96).

A partir disso, é imprescindível a compreensão do sentido de palavras, como liberdade, igualdade e solidariedade. Por isso, seguindo com a entrevista, indagou-se sobre o que vinha à mente das entrevistadas quando escutavam tais vocábulos. A partir do Quadro 2, passemos a verificar algumas respostas:

Quadro 2: Respostas das entrevistadas sobre liberdade, igualdade e solidariedade

	Liberdade	Igualdade	Solidariedade
EB	E sobre liberdade é isso né, a liberdade não tem preço, vivo aqui dentro quatro ano e um mês, privada dos meus filhos, da minha família, tenho uma visita uma vez ac mês, privada dos meus filhos, da minha família, eu não sei como é, é uma dor muito grande a gente viver longe da liberdade, porque se pensasse não se fazia coisas erradas ou procurar pessoas erradas para se envolver, pensaria muito antes de fazer, então, esse tempo que eu tô aqui eu tô refletindo		Eu posso ter, um exemplo, um pedaço de pão, eu deixo de comer e dou àquelas pessoas. Porque eu sei que tô fazendo, fazendo e recebo lá em cima de Deus. Então, nisso aí eu faço uma boa parte.
ED		Igualdade eu não sei muito não.	Sobre a solidariedade. (ED) Nem solidariedade? (Entrevistadora) Não. (ED)
EF		Por eu ser uma ex-presidiária, futuramente ser	

		uma ex-presidiária ou ser uma presidiária eu acho que eu tenho o mesmo direito que você.	
EG	Quando fala em liberdade eu penso ir embora desse lugar. Tô sete anos presa aqui dentro.		
EH			Então, quando fala em solidariedade é o que? É ajudar as pessoas. Eu penso nisso.
EI		Assim, eu não sabia o que era igualdade porque eu só pensava em mim né. Mas como eu passei por aqui dentro, aí eu sei agora o que é igualdade, eu sei o que é irmandade [...].	Então como eu não tenho visita, então aqui dentro eu conheci muita gente. E uma dessas pessoas que saiu lá pra fora, hoje em dia vem me visitar, e ela não é nada minha, não é família minha, mas a gente criou um carinho, então ela me chama de filha e eu chamo ela de mãe.
EJ		Igualdade é o que a gente passa aqui, aqui todo mundo é igual independente do seu crime, eu acho que aqui todo mundo é tratado igual, como eu trato você, você me trata. Ele me trata igualmente, não tem essa diferença.	
EL			Então aqui, pra mim eu aprendi a ser uma pessoa humilde, aprendi a escutar mais o próximo, me silenciar quando eu estiver errada e ser companheira, independente da situação.
EM		Igualdade pra mim é que ninguém é melhor do que ninguém, todos têm aquele direito, independente de ser pobre, rico, louro, moreno eu acho que deveria ser igualdade pra todos. Se uns pode, outros também pode.	

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

A partir da fala das entrevistadas, elencadas no Quadro 2, percebe-se que a maioria delas conhece o sentido das palavras que lhes foram perguntadas. Todavia, o conceito dos direitos à igualdade, solidariedade e liberdade estão, predominante e intrinsecamente, ligados à situação carcerária vivenciada por elas (o que é perfeitamente compreensível), não fazendo alusão ao contexto social ou político. Nessa esteira de pensamento e considerando os ensinamentos de Freire (1983), a inserção social do sujeito tem origem

na ampliação da compreensão dessa conjuntura social e política. É preciso compreender que existe “algo” que vai além do ambiente em que se está inserido. Essa ampliação da visão de mundo é essencial, especialmente, quando pensamos na ressocialização dessas mulheres.

Outro assunto abordado foi se uma pessoa que conhece os direitos básicos pode ser útil à comunidade em que vive. Com exceção de duas entrevistadas, as demais sinalizaram para a importância desse conhecimento, conforme veremos abaixo.

É por isso que eu tô aqui agora, aprendendo, e sabendo, você tá me dizendo, com certeza. (EB)

Pra mim é. (EE)

Sim. (EG)

É importante. (EH)

Pode sim, pode. (EI)

Sim, com certeza. (EJ)

É importante sim. (EL)

Com certeza, todo mundo deve saber o que deve ter e o que merece também. (EM)

Considerando as falas acima, percebe-se que as entrevistadas apontam para a importância de ter conhecimento sobre os direitos básicos, sendo que tal informação poderá ser útil à comunidade em que elas vivem. Desse modo, essas mulheres, que, após o cumprimento da pena, retornarão ao convívio social, necessitam entender não só quais são os seus direitos e deveres enquanto cidadãs, mas também respeitar os direitos dos outros.

Gramsci (2000, p.37 *apud* NASCIMENTO; FAVORETO, 2018, p.265-266) explica, no trecho seguinte, um pouco do seu ideal de escola, mais precisamente, sobre a escola unitária, a qual deveria também se voltar para o ensino dos “direitos e deveres”:

A escola unitária deveria corresponder ao período representado hoje pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao método de ensino, mas também no que toca à disposição dos vários graus da carreira escolar. O nível inicial da escola elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções “instrumentais” da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver, sobretudo a parte relativa aos “direitos e deveres”, atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, enquanto elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as

concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas.

### Ainda sobre a importância do ensino e aprendizagem dos direitos e deveres:

O tema dos direitos é fundamental porque ele dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. [...] A ótica dos direitos possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergias e não compensações, que resultam em políticas emancipadoras e não compensatórias” (GOHN, 2006, p.35).

Sentimos cada vez mais a necessidade da formação de cidadãos críticos, não só sujeitos de direito, mas agentes do direito, capazes de saber quais são suas prerrogativas e, sobretudo, respeitar o direito dos outros, contribuindo, assim, com o desenvolvimento social. Para isso, é interessante a compreensão da palavra cidadania, pois como exercê-la se não há entendimento de seu sentido? Sendo assim, tratamos nas entrevistas sobre o que seria a cidadania para elas, se teriam alguma ideia em relação a esse termo. Vejamos algumas respostas:

Na minha mente cidadania é assim, umas pessoas juntas com as outras pra ajudar àquelas que estão precisando. (EB)

Não. (ED)

Cidadania pra mim é assim, é eu fazer um curso, é eu me interessar em alguma coisa, como já fiz, já tentei, mas sempre desistia de tudo pela metade. (EE)

Cidadania, na minha mente, pra mim faz muitos anos que eu perdi. Eu não tenho direito de votar. Eu não tenho direito de falar pelo meu país, eu não tenho direito de muitas coisas [...] (EF)

Sei lá. (EG)

Cidadania é uma cidadã de bem. Eu creio que sim. (EH)

[...] ser cidadã, pra mim, agora, no momento, eu não penso em nada, porque eu tô privada da liberdade, mas quando eu tava lá fora eu sentia falta da minha família, ser cidadã é ter família, pra mim. (EI)

Agora a senhora me pegou, sabe que eu não. Não, isso eu nunca pensei sobre isso não, realmente. (EJ)

Pra mim, cidadania é sociedade né? Sociedade, pra mim ela não significa muito, porque assim, eu já ouvi falar essa palavra cidadania, mas pra mim ela nunca, eu nunca me importei com ela. (EL)

Cidadania é a forma da sociedade em si, você tentar fazer parte daquela sociedade, você respeitar o direito do cidadão, por exemplo, eu infringi o direito do cidadão né, por estar aqui. Então, hoje eu tô pagando isso, porque eu infringi a cidadania. Cidadão pra mim é isso, ter respeito um pelo outro, ao próximo, ser cidadão. (EM)

Analisando as falas das entrevistadas, compreendemos que é relevante e imprescindível informar sobre a constituição do cidadão no Estado Democrático às pessoas que formam esse mesmo Estado, mesmo não havendo relação com a situação em que estejam vivendo, no caso, o encarceramento. Sendo assim, as entrevistadas não compreendem o sentido básico do termo cidadania, havendo uma imprescindibilidade de ação educativa para a conscientização desse direito. Destaca-se, todavia, a fala da entrevistada F, que vai ao encontro do que dispõe a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, inciso III, no sentido da suspensão dos direitos políticos no caso de “condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos”. Sendo assim, *a contrario sensu*, caso o preso ou a presa sejam provisórios, são mantidos seus direitos políticos.

Em continuidade à questão anterior, questionou-se se a entrevistada tinha um sentimento de cidadania ou achava que faltava algo para isso. Passemos a verificar algumas respostas:

Me sinto, não é porque eu estou aqui que eu não me sinto não. (ED)

Não me sentia isso, não me sentia. Hoje em dia eu tô me sentindo. Há meses aqui, agora, depois que eu cheguei aqui eu tô me sentindo. Mas antes pra mim não era, não tava nem aí, nada pra mim era nada. (EE)

Não. Sendo uma cidadã excluída, excluída da sociedade. [...] hoje em dia o mundo está assim, com tanta discriminação com um presidiário, que faz tempos que eu não sei o que é ser uma cidadã. (EF)

Sim, apesar de estar presa, sim. (EG)

Eu me sinto. (EH)

Falta só a liberdade, quando chegar a minha liberdade, agora eu digo, agora sim, agora tá tudo certo. (EI)

Falta. Eu destruí muitas pessoas, muitas famílias. Então, eu acho que não sou uma cidadã boa não. Uma cidadã ruim. [...] eu fui uma cidadã muito ruim, eu não fui nada legal pra sociedade. (EJ)

Assim, pra mim a palavra cidadão, pra eu ser uma pessoa, eu tinha que mudar muitas coisas, porque assim, eu não posso dizer que eu sou uma cidadã. (EL)

Não, já tô fazendo meu papel de cidadã já, entre eu e minhas colegas sabe. Tentando o que? Fazer minha parte, manter meu equilíbrio emocional, ter postura, não dar asas a críticas [...] (EM)

Considerando as falas acima, percebem-se as contradições entre: a definição de cidadania, se a entrevistada se acha uma cidadã, ou, ainda, se falta algo para isso. Foram

relacionadas com cidadania as ideias de liberdade, família e ser uma pessoa boa. Porém, a entrevistada F aludiu ao fato de que, por ser presidiária, é discriminada, excluída da sociedade e, por isso, não se sente uma cidadã.

Necessariamente, a educação para os direitos humanos, na esteira do pensamento freireano, volta-se para a necessidade de dialogar com os vários saberes que circundam o universo de possibilidades de compreensão do mundo. E, nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer e respeitar o saber do outro (DIAS, 2007). “[...] Educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sôbre si mesmo, sôbre seu tempo, sôbre suas responsabilidades [...]” (FREIRE, 1983, p. 59).

Na educação voltada para o ensino dos direitos humanos, é preciso levar em consideração a vivência do educando: sua realidade é uma “via de mão dupla” entre professores e alunos, compartilhando e produzindo conhecimento.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai êle dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que êle mesmo é o fazedor” (FREIRE, 1983, p. 43).

Se a intenção é a educação em direitos humanos, melhor é conversar com os aprendentes e sentir as suas necessidades, dúvidas, curiosidades, etc. sobre o referido tema, formulando, a partir daí, um método de ensino que vá ao encontro dessas especificidades. Assim, “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem vazio” (FREIRE, 1983, p. 35), há sempre que considerar o aprendizado que cada sujeito já traz consigo. Nesse mesmo sentido, Bittar (2014, p.69) ensina que, se um determinado projeto é voltado para os direitos humanos, ele deve, sobretudo:

ser capaz de *sensibilizar e humanizar*, por sua própria metodologia, muito mais que pelo conteúdo daquilo que se aborda através das disciplinas que possam formar o caleidoscópio de referenciais de estudo e que organizam a abordagem de temas os mais variados que convergem para a finalidade última do estudo: o ser humano.

Se levarmos em consideração a importância de termos em nossa sociedade sujeitos mais ativos em relação ao exercício de seus direitos e entendendo sujeito de direitos como alguém que reivindica do Estado, e não apenas recebe um serviço, então, a educação é essencial, uma vez que é impossível desempenhar um papel ativo, sem as informações necessárias, a capacidade de análise da informação, etc. (MCCOWAN,



2015, tradução nossa). A inserção social do sujeito depende do desenvolvimento do raciocínio de sua responsabilidade social e política, reconhecendo que isso é preciso. (FREIRE, 1983). Assim, agindo em todo o contexto ambiental e social do qual faz parte.

Vimos, ao longo do texto, que, de acordo com as teorias, com a legislação e com o conteúdo das respostas dadas pelas detentas nas entrevistas, é necessário, útil e imprescindível educar para os direitos humanos. Constatou-se que é preciso educar para determinados valores e princípios básicos sociais, mas isso seria apenas uma percepção da pesquisadora. Porém, também baseado na teoria, especialmente, considerando a dialogicidade de Freire, sabe-se que, mais do que a necessidade, a utilidade e a imprescindibilidade de se tratar sobre determinada temática com os sujeitos, é preciso saber se eles desejam/se interessam por esse assunto. Será que esse público teria interesse em saber mais sobre esses temas que foram abordados nas entrevistas? Desse modo, em um último momento da entrevista, perguntou-se às entrevistadas se elas teriam vontade de aprender sobre direitos humanos, e, caso tivessem, em que consistiria esse aprendizado. Vejamos as respostas das entrevistadas:

Com certeza gostaria. Cidadania. (EB)

Eu queria aprender muita coisa. Eu queria saber mais sobre a liberdade. (ED)

Queria, pelo menos vou aprendendo mais algumas coisas. Sobre liberdade. (EE)

Solidariedade e Igualdade. (EF)

Cidadania e Liberdade. (EG)

Bom, a liberdade. (EH)

É. Liberdade, porque muitas pessoas que sai daqui, eu acho que elas já tem planos né, pra quando sair dizer assim, vou fazer isso, vou fazer aquilo e eu não, eu não tenho, eu não penso, eu não conto hora, eu não conto data, eu não conto dia, eu não conto nada, pra ver se passa mais rápido. (EI)

A liberdade que eu pretendo é um alvará, né. Mas como não é um alvará, sobre liberdade. (EJ)

O mais interessante pra mim seria liberdade. (EL)

Liberdade todo mundo sonha com ela, né? Mas eu acho que era bom falar mais sobre os direitos de você como cidadão, pra você tentar fazer esse papel. [...] Então, eu acho que a pessoa tem que conhecer o direito do próximo, como cidadão, o seu próprio direito. (EM)

Desse modo, da fala das entrevistadas, percebe-se que há interesse em aprender mais sobre os temas que foram abordados nas entrevistas, sendo a cidadania e a liberdade os de maior interesse. Também convém lembrar que, em um outro momento da entrevista, quando as mulheres foram questionadas sobre a utilidade de a pessoa conhecer os direitos básicos, afirmaram para essa importância. Vale ainda salientar que, conforme preceitos presentes na Resolução nº 1 de 2012, do Conselho Nacional de Educação, educar para os direitos direciona para uma formação integral dos sujeitos.

Educar para os Direitos Humanos pode ser visto como um meio de levar as pessoas a mudarem suas atitudes e comportamentos de uma forma que beneficiará toda a sociedade, também como forma de defesa de direitos do educando em si. Ela envolverá tanto a capacidade para exercer os próprios direitos, como para respeitar e agir em prol do direito dos outros.

A Resolução nº 1 de 2012, do Conselho Nacional de Educação, no artigo 12, prevê: “Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública”. E ainda, no seu artigo 9º, dispõe que: “A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos (as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento”.

Educar para os direitos humanos, tanto no espaço formal como no espaço não formal, está de acordo com o ideal de educação defendido por Freire no sentido de educar em sua totalidade, incluindo-se, ainda, o próprio direito à educação. A educação é de suma importância, pois ela permite nossa ampliação de conhecimento sobre o que é a sociedade na qual estamos inseridos, da compreensão de nós mesmos enquanto sujeitos de direitos e de cidadão capaz de intervir e modificar o ambiente em que vive. A educação, enquanto movimento tipicamente social, pode levar os educandos a incluírem em suas condutas valores solidários, políticos e – por que não? – éticos também (FREIRE, 1983).

Sendo assim, há “espaço” para essa modalidade educativa e para essa temática no sistema prisional, além das necessidades de, “simplesmente”, propagar o conhecimento sobre os direitos humanos, mas, especialmente, da vontade dessas mulheres em aprender, demonstrada nas falas das entrevistas. Demonstra-se, com base na fundamentação teórica e na análise dos dados, que é preciso o desenvolvimento de ações educativas, visando à promoção desses direitos na unidade prisional. A partir dessa necessidade, desenvolveu-

se um produto educacional para suprir tal lacuna. É sobre esse recurso educativo que trataremos no próximo capítulo.

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional vem como consequência de todo o trabalho desenvolvido ao longo desta pesquisa. Alinha-se não somente com a base teórica exposta até aqui, mas, sobretudo, tem origem nas necessidades levantadas junto às detentas e nos seus interesses demonstrados por meio de suas falas.

Desse modo, em um primeiro momento, aborda-se o ambiente em que o recurso educativo foi desenvolvido, qual seja, a prisão, caracterizando-se, para os fins desta dissertação, como espaço não formal de ensino.

Posteriormente, trata-se das etapas de construção e desenvolvimento das oficinas educativas, que são o produto educacional resultante da pesquisa. Nas etapas de construção, abordam-se os pontos conceitual, comunicacional e pedagógico; já nas etapas de desenvolvimento, trata-se do diagnóstico, formatação e aplicação aos profissionais.

Por fim, faz-se a descrição, expondo a sequência pedagógica das três oficinas educativas elaboradas: origem e conceitos dos direitos humanos, cidadania e liberdade.

### 6.1 ÂMBITO DE APLICAÇÃO: O ESPAÇO NÃO FORMAL DE ENSINO

A educação pode ser desenvolvida sob três aspectos/meios diferentes: a educação formal, a não formal e a informal, as quais funcionam, ou, pelo menos, deveriam funcionar de forma integrada, pois são complementares, e um modo não exclui o outro. A sociedade brasileira do século XXI é diversa, complexa e exige múltiplas habilidades dos indivíduos, por isso, uma educação baseada apenas no ensino formal e sistematizado não seria capaz de cumprir o seu papel, formar o ser humano integral. É insuficiente utilizar-se de apenas uma forma de educação:

a escola é uma instituição que desenvolve papel central na formação dos educandos que por ela passam, exercendo principalmente acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados. Porém, a educação vai além do espaço delimitado pelos muros escolares da sala de aula” (RAMOS, p.1).

A partir dessa realidade, é preciso trabalhar, de forma conectada, a educação formal nos ambientes institucionalizados, a educação informal no âmbito das relações sociais dos indivíduos e, ainda, a educação não formal, para atender a interesses específicos de determinados grupos (ALMEIDA, 2014).

Sendo assim, pode-se dizer que a articulação entre esses diversos modelos educacionais contribui para uma formação humana que abarca os diversos aspectos da vida do aprendiz. A educação formal, voltando-se para a expansão dos conhecimentos científicos; a informal, com a perpetuação dos ensinamentos das gerações mais antigas para as mais novas, e a não formal, intencionada para as práticas sociais, todas unidas para formar sujeitos pensantes, autônomos e críticos. Cabe também enfatizar este último tipo mencionado pode vir a suprir uma lacuna existente no enfrentamento das desigualdades e exclusão social por meio da promoção da cidadania.

“A educação não formal constitui a educação fora dos espaços escolares, e tem por finalidade desenvolver o ensino-aprendizagem de forma pouco explorada pela educação formal” (ALMEIDA, 2014, p.2). Para Gohn (2006, p.27), “considera-se [...] como uma área de conhecimento ainda em construção”, sendo tratada, inicialmente, como uma educação de pouco valor.

O ensino não formal enquanto um direito da sociedade:

[...] vai além do assistencialismo. Visa ao desenvolvimento de valores, acreditando que a aprendizagem se dá por meio de práticas sociais, respeitando as diferenças existentes para a absorção dos conteúdos implícitos e explícitos no processo de ensino e aprendizagem” (RAMOS, p. 3).

A educação não formal também é considerada prática educativa, não consistindo em reflexo, apenas, do ensino limitado ao espaço escolar nem permanecendo inalterada diante das mudanças históricas e sociais (BANDEIRA; IBIAPINA, 2014). “A prática educativa é ação social intencional, é parte integrante da vida, do crescimento da sociedade” (BANDEIRA; IBIAPINA, 2014, p.111).

Para Gohn (2006, p. 28):

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

A partir dessas informações, pode-se perceber o quanto tal modelo educacional está voltado para a formação integral do ser humano, do desenvolvimento da sua

cidadania, do entendimento do sujeito na sua forma mais ampla e complexa como um ser que vive em sociedade e precisa compreender esse universo.

“Na educação não-formal, o grande educador é o ‘outro’, aquele com quem interagimos ou nos integramos” (GOHN, 2006, p.29). Sendo assim, o diálogo será a base, especialmente nesse tipo de educação, pois é de suma importância saber o que pensam os indivíduos com os quais estamos lidando, o que eles já trazem de conhecimento prévio, sem nos esquecer de perceber o contexto social em que vivem.

Os espaços educativos destinados à educação não formal “[...] localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais [...]” (GOHN, 2006, p.29). Por isso, é tão importante a conversa com os sujeitos destinatários do processo educativo, sendo imprescindível compreender o ambiente em que vivem e seu contexto social, não sendo os indivíduos, normalmente, obrigados a tomar parte na atividade. Dessa forma, a intervenção precisa estar conectada com a realidade deles e ser criativa para poder gerar interesse em participar. Todavia, apesar de a participação dos sujeitos ser uma opção, há uma intenção no ato de ensinar, de transmitir e de permutar saberes (GOHN, 2006).

“A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. [...] Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc” (GOHN, 2006, p. 29-30). Como se percebe desses ensinamentos, ela ocupa um lugar que a educação formal não consegue alcançar, sendo, por isso, tão importante a articulação entre essas diferentes formas de ensino.

Um destaque do mencionado modelo é sua fundamentação no princípio da solidariedade, contribuindo para o processo de pertencimento coletivo do grupo (GOHN, 2006). A autora segue explicando que tal metodologia pode cooperar para o alcance de determinadas metas, como fazer com o que o grupo aprenda sobre diversidade, respeito, cultura, ética, construção do sentimento de coletividade, etc. (GOHN, 2006).

Sobre o papel humano e transformador que ela pode ter na sociedade do século XXI, Gohn (2006, p.37) afirma:

Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas. Essas agendas devem contemplar projetos

emancipatórios que tenham como prioridade a mudança social, qualifiquem seu sentido e significado, pensem alternativas para um novo modelo econômico não excludente que contemple valores de uma sociedade em que o ser humano é o centro das atenções e não o lucro, o mercado, o status político e social, o poder em suma. A educação não-formal é um campo valioso na construção daquelas agendas, e para dar sentido e significado às próprias lutas no campo da educação visando à transformação da realidade social.

Levando em consideração as definições acima, percebe-se que este estudo, o qual foi desenvolvido no ambiente prisional, mais especificamente, na Penitenciária Maria Júlia Maranhão, do ponto de vista educacional, pode ser considerado um ambiente não formal de ensino.

A partir desse contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, elaborou-se um produto educacional adequado ao público-alvo do projeto, que pode ser aplicado no ambiente prisional, primando pelo diálogo nos momentos de intervenção, tendo relação com o espaço não formal de ensino – por isso, a escolha por oficinas educativas.

## 6.2 OFICINAS EDUCATIVAS: DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO

A elaboração de um produto educativo envolve diversas etapas até chegarmos à sua versão final. São vários fatores que devemos levar em consideração para que o material educativo seja adequado ao público-alvo, de modo que desperte o interesse desse público em relação ao tema a ser abordado, transmitindo-se a mensagem de forma criativa, com base no contexto social do sujeito destinatário desse material, podendo, enfim, atingir o objetivo esperado.

Discorrendo sobre a construção das mensagens educativas, Káplun (2003) cita três pontos principais a serem considerados na sua organização: o ponto conceitual, o pedagógico e o comunicacional. Sendo assim, para que o material educativo que se pretende elaborar possa atingir o objetivo almejado, faz-se necessário que estejamos atentos a esses três eixos citados acima. Mas, antes de tratarmos especificamente de cada um dos pontos elencados de forma individual, é importante esclarecer que material educativo é “um objeto que facilita a experiência do aprendiz; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendiz” (KAPLÚN, 2003, p. 46). “Para produzir um material educativo de qualidade há que integrar diversos campos do conhecimento como os ‘conceituais’, educativos, comunicacionais, artísticos, técnicos” (KAPLÚN, 2003, p. 47).

No que se refere ao campo conceitual na elaboração de materiais educativos, é interessante fazer a definição do tema que será abordado e também preceder ao diagnóstico, sendo necessário ter um profundo conhecimento sobre a matéria a ser abordada (KAPLÚN, 2003). “Será preciso estabelecer os temas principais e os secundários e sua inter-relação, imaginar algum tipo de rede lógica ou mapa conceitual em nível de tentativa”. (KAPLÚN, 2003, p. 48). Percebe-se o quanto o eixo conceitual é importante, assim como conhecer o tema a fundo por meio de leituras e opiniões dos *experts* no assunto. Porém, isso não é suficiente, devendo-se também tomar informações sobre o contexto pedagógico, social e ambiental dos sujeitos da pesquisa aos quais o material educativo será designado (KAPLÚN, 2003).

Seguindo na explicação, sobre o eixo pedagógico, Kaplún (2003, p. 49) ensina que esse é “o articulador principal de um material educativo”. Neste ponto, o cerne da questão é conhecer bem o sujeito destinatário do material educativo, onde ele vive, quais expectativas, o que ele já traz de conhecimento prévio, é saber de onde estamos partindo para chegar ao objetivo final (KAPLÚN, 2003). Neste mesmo sentido:

[...] as aprendizagens dependem das características singulares de cada um dos aprendizes; correspondem, em grande parte, às experiências que cada um viveu desde o nascimento; a forma como se aprende e o ritmo da aprendizagem variam segundo as capacidades, motivações e interesses de cada um dos meninos e meninas; enfim, a maneira e a forma como se produzem as aprendizagens são o resultado de processos que sempre são singulares e pessoais”. (ZABALA, 1998, p. 34).

É de suma importância, antes da elaboração definitiva do conteúdo, dialogar com os indivíduos que utilizarão o material educativo sobre os temas que nele constarão (KAPLÚN, 2003). Nas conversas com os sujeitos que potencialmente utilizarão o material educativo, é interessante estimular o conflito conceitual sobre o tema abordado, ao contrário de expor o conceito de forma pronta e acabada primariamente (KAPLÚN, 2003). “Resumindo, o eixo pedagógico expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas pessoas antes de partir” (KAPLÚN, 2003, p. 54).

Temos ainda o ponto comunicacional, que, em linhas gerais, é identificar qual a melhor forma de transmitir a mensagem desejada ao sujeito que usará o material educativo. É identificar a melhor forma de comunicação com o indivíduo-alvo, sem



esquecer que essa informação está diretamente integrada ao eixo pedagógico (KAPLÚN, 2003).

Desse modo, os três eixos (conceitual, pedagógico e comunicacional) devem “interagir”, para que o material educativo possa atingir a finalidade que se objetiva com ele, “recordando sempre a centralidade do eixo pedagógico, e o ‘fio-terra’ como o destinatário e suas ideias construtoras” (KAPLÚN, 2003, p.56).

A ideia do produto educacional, o qual foi realizado por meio de oficinas educativas a serem implementadas junto aos sujeitos participantes da pesquisa, surgiu a partir do contexto em que tais pessoas estão inseridas. Em virtude de o trabalho ter sido desenvolvido no espaço não formal de ensino, do perfil e da escolaridade dos sujeitos destinatários do material educativo, as oficinas foram o instrumento adequado, pois “muitas entidades e projetos sociais organizam suas atividades enriquecendo seus espaços com atividades comumente denominadas oficinas” (RAMOS, p.4). Ainda sobre o desenvolvimento de oficinas na educação não formal:

No contexto da educação não formal, o trabalho do educador e dos oficineiros, necessitam de muita dedicação, criatividade e amor, pois para os educandos manterem-se participativos diariamente, as atividades devem ser prazerosas e dinâmicas, capazes de deixá-los envolvidos e compreendendo que aquele espaço onde frequentam, é de grande valia para torná-los bons cidadãos (RAMOS, p.6).

O projeto apontou para o sentido de promover a educação como meio de inclusão das mulheres que estão no sistema prisional:

[...] a educação como promotora de mecanismos de inclusão social, [...] formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam algumas ideias já esquecidas pela humanidade, como civilidade, tolerância e respeito ao outro (GOHN, 2006, p. 36).

É preciso tratar a questão dos encarcerados no sistema prisional como um problema importante socialmente e que exige políticas públicas, estudos e intervenções que unam esforços na elaboração de projetos mais eficazes, capazes de proporcionar condições de reintegração social. Sabemos que a execução de tais políticas é dever do Estado, mas nós, enquanto cidadãos, não podemos nos esquecer da questão prisional e das diversas consequências que ela pode causar. Nas palavras de Freire (1983, p. 92), para que o sujeito se tornasse inserido socialmente, “teria [...] de ganhar a sua

responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Participando”. Dessa forma, atuando em toda a circunstância social e ambiental em que vive.

As oficinas educativas foram pensadas para atuar nesse contexto de mulheres encarceradas. Após o cumprimento da pena, retornarão ao convívio social, necessitando, então, entender não só quais são os seus direitos enquanto cidadãs, mas também respeitar os direitos dos outros. Sendo assim, por meio das oficinas educativas, pretendeu-se discutir o tema dos Direitos Humanos, abordando valores como igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana, respeito e direitos básicos do cidadão. Todavia, o conteúdo propriamente dito e a melhor forma de abordá-los serão descritos em tópico posterior, considerando o diálogo com as detentas participantes do projeto, por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Ao realizar esse projeto, cumprimos alguns dos objetivos da educação em espaços não formais elencados por Gohn (2006): educar para a cidadania, para os direitos humanos, para a liberdade, para a democracia, etc. Também suprimos algumas lacunas da educação não formal descritas pela autora: falta de formação específica do educador no tema a ser tratado no processo educativo; falta da definição de objetivos claros e falta de metodologia na elaboração e na avaliação das atividades.

Os temas discutidos nas oficinas foram predominantemente atitudinais, englobando, de acordo com os ensinamentos de Zabala (1998, p. 46), “uma série de conteúdos que por sua vez podemos agrupar em valores, atitudes e normas”. Seguindo com as explicações desse autor, são:

valores os princípios ou as idéias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre as condutas e seu sentido. São valores: a solidariedade, o respeito aos outros, a responsabilidade, a liberdade, etc; [...] atitudes são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuar de certa maneira [...]; as normas são padrões ou regras de comportamento que devemos seguir em determinadas situações que obrigam a todos os membros de um grupo social. As normas constituem a forma pactuada de realizar certos valores compartilhados por uma coletividade e indicam o que pode se fazer e o que não pode se fazer neste grupo (ZABALA, 1998, p. 46-47).

A partir das definições de conteúdos discriminadas acima, pode-se dizer que abordamos, majoritariamente, temas atitudinais de valor e:

consideramos que se adquiriu um valor quando este foi interiorizado e foram elaborados critérios para tomar posição frente àquilo que deve se considerar positivo ou negativo, critérios morais que regem a atuação e

a avaliação de si mesmo e dos outros. Valor que terá um maior ou menor suporte reflexivo, mas cuja peça-chave é o componente cognitivo (ZABALA, 1998, p.47).

Quanto ao desenvolvimento do produto educativo, pode-se dizer que houve o perpasso por três etapas: diagnóstico, formatação e aplicação aos profissionais. Inicialmente, conheceram-se as principais necessidades advindas das mulheres participantes do projeto sobre a temática dos direitos humanos; após esse levantamento, formataram-se as oficinas educativas sobre os direitos humanos, levando em consideração as necessidades diagnosticadas anteriormente. Em seguida, submeteram-se as oficinas a profissionais, para que pudessem avaliar e analisar a aplicabilidade/potencialidade do recurso educacional em contexto real. Então, é importante destacar que, antes de “determinarmos” os assuntos que foram abordados nas oficinas e o modo de desenvolvê-los, fez-se necessário dialogar com as detentas e compreender o que de fato elas têm vontade de saber sobre a temática a ser tratada. Pois, como adverte Freire (1983, p. 96):

Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aula. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura.

Na obra intitulada “Pedagogia da Liberdade”, Freire descreve “[...] duas instituições básicas de educação e de cultura popular: o ‘o Círculo de Cultura’ e o ‘Centro de Cultura’” (FREIRE, 1983, p. 102-103). Sobre o “Círculo de Cultura”: “no Círculo de Cultura instituíramos debates de grupo, ora em busca do esclarecimento de situações, ora em busca de ação mesma, decorrente do esclarecimento das situações” (FREIRE, 1983, p.103). O assunto tratado nesses debates foi sugerido pelos próprios grupos, por meio de entrevistas realizadas com eles, e, assim, as educandas diziam o que gostariam de discutir (FREIRE, 1983).

Utilizando os princípios empregados nesses círculos de cultura, na construção das oficinas educativas, o que fizemos foi abordar os conteúdos inseridos na realidade das detentas e que elas tinham interesse em aprender, no intuito de essas mulheres não apenas memorizarem assuntos e conceitos impostos, mas apreender valores que possam ser

ressignificados. “Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos fórmulas doadas. Sempre creditáramos que tínhamos algo a permutar com êle, nunca exclusivamente a oferecer-lhe” (FREIRE, 1983, p. 102). Tomando por base essa citação, não podemos olvidar que cada sujeito já traz consigo algum conhecimento anterior, isso deve ser considerado pelo educador. “Ninguém ignora tudo. Ninguém tudo sabe” (FREIRE, 1983, p.105). A construção da aula não deve partir somente do planejamento do educador, mas também da interação entre este e o aprendiz.

Na fase de formulação e aplicação das oficinas educativas, os conteúdos foram abordados de forma dialogada, e não expositiva. Ao longo das explanações realizadas por Freire (1983), pudemos perceber a importância da aula realizada no modo dialogado, e não apenas expositivo ou discursivo. Na aula dialogada, há um estímulo ao envolvimento do educando nas discussões. “Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação” (FREIRE, 1983, p. 93). A partir desses debates, o sujeito vai tomando consciência do ambiente em que está inserido, do imbróglio social que o cerca, percebendo que pode contribuir para a solução dessa problemática. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1983, p. 96). É de suma importância que os temas a serem tratados façam parte da realidade do educando e estejam conectados com seu ambiente social, sem deixarmos de lado o fato de que toda essa metodologia é centrada na participação do grupo nos debates realizados.

E se já pensávamos em método ativo que fôsse capaz de criticizar o homem através do debate de situações desafiadoras, postas diante do grupo, estas situações teriam de ser existenciais para os grupos. Fora disso, estaríamos repetindo os erros de uma educação alienada, por isso instrumental (FREIRE, 1983, p.106-107).

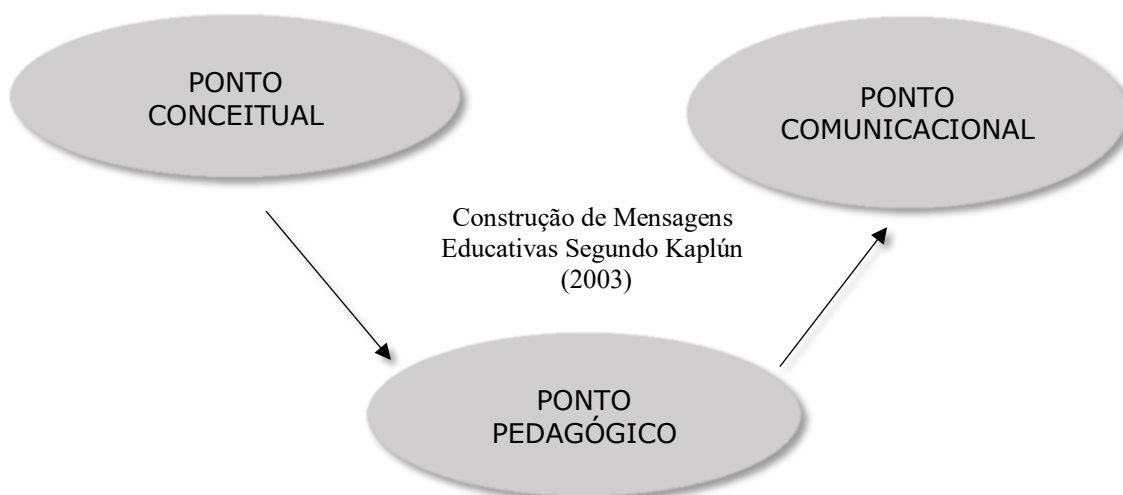
Sendo assim, a criação/elaboração de um material educativo é realizada em diversas etapas, e o recurso educacional ora produzido visou desenvolver a prática educativa como meio de inclusão no ambiente prisional. A partir disso, foram elaboradas as oficinas educativas, com base no diálogo, utilizando-se dos princípios da pedagogia libertadora defendida por Freire. No próximo tópico, de forma individualizada e mais

bem detalhada, trata-se das oficinas educativas em direitos humanos, cidadania e liberdade.

### 6.3 OFICINAS EDUCATIVAS: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LIBERDADE

Reitera-se que, na construção das oficinas educativas em direitos humanos, cidadania e liberdade, foi preciso percorrer um caminho até que se chegasse aos seus modelos finais. Sendo assim, nos tópicos 6.1 e 6.2, abordou-se o âmbito de aplicação do produto educacional e como ocorreu o seu planejamento, respectivamente. Apesar disso, vejamos, em síntese, por meio da Figura 1 – Etapas da Construção de Mensagens Educativas.

Figura 1: Etapas da Construção de Mensagens Educativas



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Desse modo, para responder ao ponto conceitual, foi realizado um diagnóstico junto às mulheres participantes do projeto. A partir disso, definimos o tema das oficinas educativas. Tais temáticas já foram apresentadas, em uma discussão mais ampla, no Capítulo 5 desta dissertação. Contudo, relembra-se apenas a resposta de cada detenta entrevistada, em formato de Quadro 3, logo abaixo.

Quadro 3: Respostas das entrevistadas sobre qual temática gostariam de aprender mais

Entrevistadas	Respostas
EB	[...] Cidadania.
ED	[...] a liberdade.

EE	[...] Sobre liberdade.
EF	Solidariedade e igualdade.
EG	Cidadania e liberdade.
EH	[...] liberdade.
EI	É. Liberdade [...].
EJ	[...] liberdade;
EL	[...] liberdade.
EM	[...] direitos de você como cidadão [...].

Fonte: dados da pesquisa, 2020

Do Quadro 3, depreende-se que os temas mais citados pelas entrevistadas foram: liberdade e cidadania. Conseqüentemente, são os assuntos que elas têm mais interesse em aprender. A partir desse resultado, determinamos as temáticas a serem abordadas nas oficinas educativas. Então, cidadania e liberdade foram os primeiros assuntos incluídos na elaboração do recurso educacional. Todavia, não há como falar desses temas sem antes situá-los enquanto direitos humanos e discutir a luta social para a inclusão desses direitos no ordenamento jurídico, por isso, a decisão de incluir uma oficina introdutória sobre essa temática. E foi desse modo que se chegou à conclusão de quais seriam os temas das oficinas educativas, reitere-se, direitos humanos, cidadania e liberdade.

As oficinas educativas podem contribuir para aumentar o envolvimento das detentas da unidade prisional Maria Júlia Maranhão em atividades educacionais complementares, nas quais há, atualmente, a participação de 17 educandas (DEPEN, 2020). Destaca-se que, se consistia em atividade educativa complementar, as mulheres não eram obrigadas a participar. Dessa forma, como não há obrigatoriedade na participação, o tema precisa gerar interesse das detentas, por isso, realizou-se o diálogo com elas para saber o que deveríamos abordar nessas oficinas educativas. Assim, a tendência é que a temática tratada desperte a atenção.

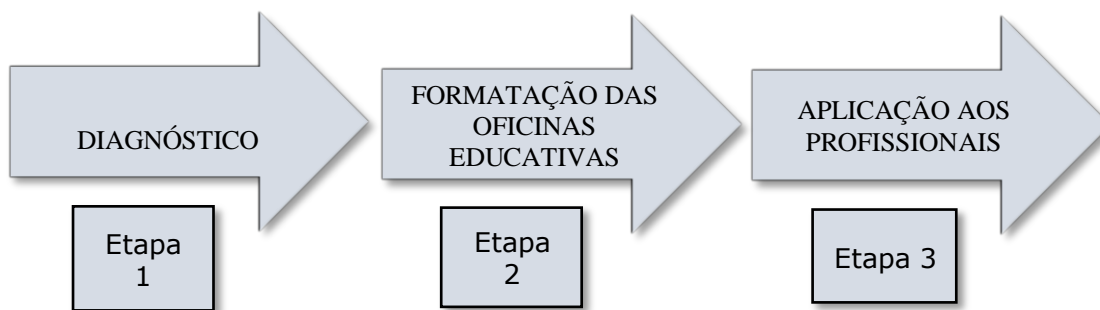
De forma concomitante ao diagnóstico realizado junto às detentas, também foram aprofundados os conceitos e conhecimentos dos temas a serem abordados nas oficinas educativas, fechando, assim, o eixo conceitual.

Sabe-se que, apesar de ser importante o conhecimento acerca do eixo conceitual, ele não é suficiente para a elaboração do produto educativo, sendo necessário atentar para o eixo pedagógico. Para atender a ele, as entrevistas individuais e semiestruturadas foram

de suma importância, pois, assim, pôde-se conhecer melhor as mulheres participantes, perceber o que elas já traziam de conhecimento prévio sobre a temática a ser tratada, quais conceitos lhes eram mais “familiar” e, por fim, também tomar conhecimento do ambiente prisional e de como as atividades educativas são, aí, desenvolvidas. Os fatos de a coleta de dados ter sido realizada em dias distintos e de a pesquisadora já ter trabalhado como agente prisional, também contribuíram para entender o ambiente no qual se desenvolveu a pesquisa.

Por fim, para responder ao eixo comunicacional, fundamentando-se na teoria abordada neste trabalho e na análise dos dados coletados, por meio das entrevistas, o recurso educacional desenvolvido, em formato de “oficina educativa”, foi selecionado como meio facilitador do processo de ensino e aprendizagem em virtude de diversos fatores, destacando-se os seguintes: de estarmos trabalhando no espaço não formal de ensino; do ambiente em que vivem os destinatários do recurso elaborado e de primarmos pela dialogicidade no processo educativo. Sendo assim, acredita-se que tal produto é o mais adequado para atuar no contexto no sistema penitenciário. Dessa forma, o que se considerou, de modo mais intenso, foi que precisava ser um recurso educativo que permitisse o diálogo com os sujeitos da pesquisa de forma mais fluida, mas que, ao mesmo tempo, não estivesse dissociado do espaço não formal de ensino e, especialmente, do contexto no qual as mulheres participantes estavam inseridas. Sendo assim, chegou-se ao modelo de oficinas educativas. Vejamos, em linhas gerais, por meio da Figura 2, as etapas de desenvolvimento das oficinas educativas:

Figura: 2 Etapas de Desenvolvimento das Oficinas Educativas



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Considerando a Figura 2 acima, pode-se dizer que já se descreveu, ao longo deste trabalho, o diagnóstico. Nos próximos tópicos, percorrer-se-á, de modo detalhado, cada

oficina educativa. Em capítulo próprio, será abordada a fase de aplicação aos profissionais. Nesse passo, a seguir, trata-se da Oficina Educativa em Direitos Humanos.

### **6.3.1 Oficina Educativa em Direitos Humanos: origem e conceitos**

A oficina educativa em direitos humanos surge como um recurso que irá introduzir e fundamentar as oficinas seguintes: cidadania e liberdade. Pois, como já dito anteriormente, não há como tratar sobre os temas da cidadania e da liberdade sem abordar o “nascimento” e a luta social pela inserção dos direitos humanos no ordenamento jurídico. Ademais, lembra-se que, durante as entrevistas, constatou-se a necessidade de esclarecer sobre esses direitos.

Nessa oficina, abordaremos: o surgimento dos direitos humanos; quais são esses direitos; a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os principais aspectos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os materiais a serem utilizados no desenvolvimento dessa oficina serão: giz de cera (uma caixa por grupo de três a cinco pessoas); cartolina (uma unidade por grupo de três a cinco pessoas); via impressa da Declaração Universal dos Direitos Humanos (uma via para cada grupo de 3 a 5 pessoas); folha de papel A4 (uma folha para cada educanda) e canetas (uma para cada educanda). Apenas para fins didáticos, dividimos a aplicação dessa oficina em 5 (cinco) passos. Vejamos a sequência pedagógica:

O primeiro passo: de forma dialogada, com as educandas, aborda-se o contexto histórico dos direitos humanos, desde o seu surgimento até o momento atual, discutindo-se os principais aspectos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse primeiro momento poderá durar, em média, 40 minutos.

No segundo passo: divide-se a turma em grupos formados por três a cinco pessoas e solicita-se que as educandas leiam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seguida, deverão os sujeitos participantes escolher qual direito presente na declaração acreditam ser o mais violado no contexto em que vivem. Esse segundo momento poderá durar, em média, 40 minutos.

Já no terceiro passo: após a escolha do direito mais violado no contexto em que vivem, o grupo deverá representar esse direito, que acredita ser o mais violado, por meio de um desenho na cartolina. Cada grupo, depois de fazer o desenho, deverá ser convidado a expor seu ponto de vista. Cola-se a cartolina com fita crepe, em uma parede ou quadro,



enquanto o grupo “se apresenta”. A depender da quantidade de grupos formados, esse terceiro momento poderá durar, em média, 60 minutos.

No quarto passo: com o término da apresentação e das considerações dos grupos sobre os trabalhos apresentados, a educadora deverá realizar as considerações finais, de modo a integrar e relacionar o que foi apresentado com a parte teórica exposta no primeiro passo. Esse quarto momento poderá durar, em média, 15 minutos.

Desse modo, vislumbra-se a necessidade de realizar uma avaliação para que se possa fazer uma análise do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação proposta é que cada educanda deverá elaborar um pequeno texto, em média dez linhas, discorrendo sobre o seguinte tema: A importância dos direitos humanos para a nossa sociedade. Essa avaliação poderá durar, em média, 15 minutos. Esse, é o quinto e último passo dessa oficina.

A seguir, mostram-se as imagens: Imagem – 1, Imagem – 2 e Imagem – 3. São as representações dos kits e materiais que foram montados/elaborados para a aplicação das oficinas educativas em direitos humanos:

Imagem 1: Kit e pasta com materiais impressos da Oficina Educativa em Direitos Humanos



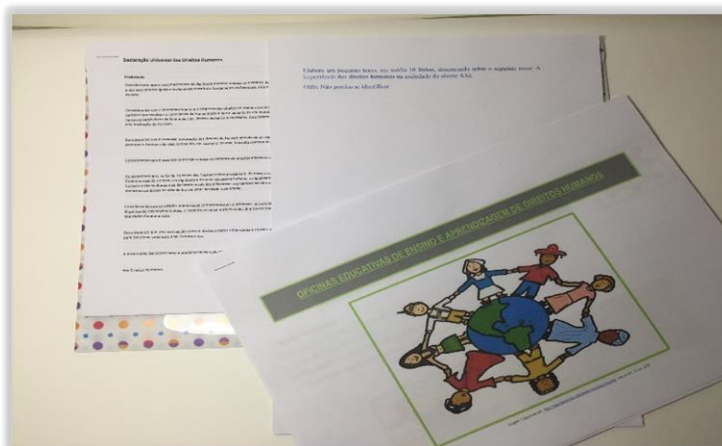
Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Imagem 2: Kit da Oficina Educativa em Direitos Humanos



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Imagem 3: Materiais Impressos para serem Utilizados na Oficina Educativa de Direitos Humanos



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Das imagens acima, destaca-se que todo o material a ser utilizado na oficina educativa em direitos humanos foi anteriormente preparado, inclusive, como pode ser demonstrado na Imagem – 3, imprimem-se também os slides a serem utilizados. Por que todo esse cuidado prévio? Porque não se pode esquecer que esse material é para ser aplicado no espaço não formal de ensino, especificamente, no caso desta pesquisa, no ambiente prisional. Sendo assim, comumente, não há aparatos tecnológicos que possam auxiliar no desenvolvimento do recurso educativo, tudo precisa ser bem planejado com antecedência.

Após essa introdução com a oficina educativa sobre os direitos humanos, que teve um caráter de formar a base do conhecimento, elaborou-se a oficina educativa com a

temática da cidadania, a qual se aborda em seguida.

### **6.3.2 Oficina Educativa sobre a Cidadania**

A oficina educativa sobre cidadania foi elaborada por ser um dos temas de maior interesse das detentas, também porque, durante a coleta de dados, constatou-se essa necessidade. Isso, já foi mais bem detalhado no Capítulo 5.

Nessa oficina, trataremos sobre: conceito e tipos de cidadania, possibilidade de exercício da cidadania e sobre a perda da cidadania.

Os materiais a serem utilizados no desenvolvimento dessa oficina são: um objeto para sorteio (uma caixa de chocolate, por exemplo); folha de papel A4 (uma para cada educanda); canetas (uma para cada educanda); um objeto que possa ser utilizado como urna de votação (um recipiente com tampa ou uma caixa de sapato, por exemplo); folha de papel A4 colorida (uma para cada educanda); cola (uma para cada grupo de cinco educandas). Essa oficina educativa, para fins didáticos, foi dividida em cinco passos. Vejamos a sequência pedagógica:

O primeiro passo: de forma dialogada com as educandas, pegue o objeto para o sorteio e questione se elas preferem que seja realizado no início ou no final da oficina. Esse momento tem um tempo estimado em dois minutos.

No segundo passo: convide as educandas para realizarem uma votação e entregue uma “cédula” de voto para que cada uma possa expressar a sua escolha (se querem que o sorteio ocorra no início ou no final da oficina). Em seguida, elas deverão depositar seu voto na “urna”. Faça a contagem dos votos e proceda conforme o resultado da votação, realizando o sorteio no início ou ao final da oficina. Esse momento tem um tempo médio previsto de 20 minutos.

Já no terceiro passo: a partir da dinâmica, comece a abordar o conceito de cidadania, seus tipos e a importância de participar da vida em sociedade. Sempre de forma dialogada e com exemplos práticos que façam sentido para a realidade em que a educanda encontra-se inserida. O terceiro momento possui tempo estimado em 40 minutos.

No quarto passo: com o término da explanação, pegue frases, já elaboradas, sobre o tema “cidadania” e distribua entre as educandas. Peça para que coletem no papel A4 colorido. De modo dialogado, cada educanda deverá ler a sua frase e, em conjunto, discutir sobre a veracidade, ou não, do que está escrito. Isso incentivará a aprendizagem coletiva e

a criticidade. Esse momento tem um tempo previsto de 30 minutos.

Por fim, realiza-se a avaliação, no quinto passo, para que se possa fazer uma análise do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, a avaliação proposta é que, a partir da relação entre imagens e conceitos, cada educanda descreva o tipo de cidadania constante nas imagens presentes na atividade. O tempo previsto para essa atividade é de 15 minutos.

Mostram-se, em seguida, as imagens: Imagem – 4, Imagem – 5 e Imagem – 6. São representações dos kits e materiais que foram montados/elaborados para a aplicação da oficina educativa sobre a cidadania.

Imagem 4: Kits da Oficina sobre a Cidadania



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Imagem 5: Kits e Pasta com os Materiais da oficina sobre a Cidadania



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Imagem 6: Materiais Impressos da Oficina sobre a Cidadania



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Assim como ocorreu na oficina educativa em direitos humanos, na oficina educativa sobre a cidadania, todos os materiais a serem utilizados na aplicação do produto educacional foram previamente elaborados, preparados e separados.

De acordo com o diagnóstico realizado, ainda houve a necessidade de planejar-se mais uma oficina educativa, dessa vez com o tema da liberdade, é essa oficina que se aborda a seguir.

### 6.3.3 Oficina Educativa sobre a Liberdade

A oficina educativa sobre a liberdade também foi escolhida pelas mulheres participantes das entrevistas. Acredita-se que é um dos temas mais relevantes por ser um direito muito almejado pelas pessoas que se encontram encarceradas.

Nessa oficina, trataremos sobre: os diversos conceitos de liberdade, se liberdade é fazer tudo o que se quer e liberdade *versus* responsabilidade.

Os materiais a serem utilizados no desenvolvimento dessa oficina serão: 2 (duas caixas de chocolate – uma cheia e outra vazia); caixa de lápis colorido (uma para cada duas educandas); folha de papel A4 (uma para cada dupla); canetas (uma para cada educanda). Na aplicação dessa oficina educativa, seguiremos quatro passos. Vejamos a sequência pedagógica:

O primeiro passo: de modo dialogado com as educandas, pegue as duas caixas de chocolate e questione: qual dessas caixas vocês escolheriam? A partir disso, desenvolva o

diálogo sobre a liberdade de escolha e a consequente responsabilidade que dela resulta. Abra a caixa vazia e faça uma analogia com escolhas que, aparentemente, são boas, mas são desprovidas de bons resultados. Depois, abra a segunda caixa cheia dos chocolates, fazendo analogia com as boas escolhas que geram resultados “doços”, satisfatórios. Esse momento tem um tempo estimado em dez minutos.

No segundo passo: distribua os chocolates entre as educandas, gerando, assim, uma maior aproximação com o grupo. Logo após, inicie o diálogo sobre os seguintes pontos a serem abordados nessa oficina: liberdade e seus diversos conceitos e liberdade *versus* responsabilidade. O tempo previsto para esse momento será de 40 minutos.

Já no terceiro passo: separe as educandas em duplas. Distribua uma folha de papel A4 para cada dupla. Solicite que cada dupla pense em uma escolha que já fizeram durante sua vida e a consequente responsabilidade que resultou. Depois, cada dupla deverá representar o que foi definido por meio de um desenho. Após terminarem os desenhos, as duplas devem socializá-los com o restante da turma. Por fim, a educadora deverá fazer, junto com a turma, um resumo sobre o que foi produzido. Esse momento tem um tempo estimado em 50 minutos.

No quarto passo: será realizada a avaliação com as aprendentes. Cada educanda deverá elaborar um pequeno texto (até dez linhas) para responder ao seguinte questionamento: Cada decisão tomada impõe uma responsabilidade: as duas faces do direito humano à liberdade. Essa etapa tem um tempo previsto para sua realização de 15 minutos.

Vejamos, nas imagens abaixo, Imagem – 7, Imagem – 8 e Imagem – 9, os kits e materiais que foram montados/elaborados para a aplicação da oficina educativa sobre a liberdade:

Imagem 7: Kits e Pasta com Materiais da Oficina Educativa sobre a Liberdade



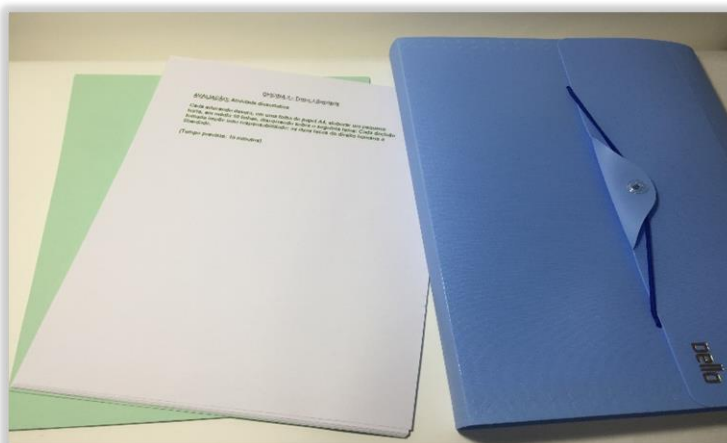
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Imagem 8: Kits da Oficina Educativa sobre a Liberdade



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Imagem 9 - Materiais Impressos da Oficina Educativa sobre a Liberdade



Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Com base nas imagens da oficina educativa sobre a liberdade, percebe-se que também se seguiu o mesmo padrão das oficinas educativas em direitos humanos e cidadania, organizando, preliminarmente, todo o material a ser utilizado para o desenvolvimento da atividade.

Sendo assim, descreveram-se todas as oficinas educativas e a sequência pedagógica de cada uma delas, para que possam ser aplicadas da melhor forma possível e contribuir com a formação humana e cidadã dos sujeitos envolvidos nesse processo educativo.

Lembra-se, nesse momento, das etapas descritas na Figura – 2, sobre o desenvolvimento das oficinas educativas. Inicialmente, descreveu-se todo o modelo de diagnóstico realizado (ao longo desse trabalho); em seguida, formataram-se as oficinas educativas, fundamentando-se no diagnóstico prévio, faltando, assim, a etapa de aplicação aos profissionais, para que eles possam, assim, atestar o potencial de aplicabilidade das oficinas educativas em contexto real.

No próximo capítulo, aborda-se todo o processo de aplicação do produto educacional aos profissionais.



## 7 AVALIAÇÃO DAS OFICINAS EDUCATIVAS PELOS PROFISSIONAIS

Após o diagnóstico realizado, constatou-se a necessidade e a utilidade de discutir com as detentas questões relacionadas aos direitos humanos. Com a coleta dos dados, também foi possível compreender que as mulheres encarceradas na unidade Maria Júlia Maranhão tinham interesse em aprender mais sobre a temática dos direitos humanos.

A partir dessa constatação e fundamentando-se em toda a teoria exposta nessa dissertação, chegou-se ao modelo de Produto Educacional Oficinas Educativas de Ensino e Aprendizagem em Direitos Humanos. Reitere-se que, por meio do diálogo com as encarceradas, foi possível saber quais temas relacionados aos direitos humanos interessavam a elas, e, assim, a partir disso, formataram-se as oficinas educativas. Esses recursos educativos vêm para cooperar com a redução da carência educacional das detentas, falta essa apontada pela pesquisa, contribuindo, desse modo, com a formação humana dessas mulheres.

Com as oficinas educativas elaboradas, formatou-se um instrumento de avaliação que foi aplicado a profissionais que, a partir do seu contexto real de trabalho, analisaram diversos pontos do referido material educativo, os quais serão mais bem discutidos em tópico específico.

Foram convidados cinco profissionais para a aplicação do instrumento avaliativo do produto educacional: uma pedagoga, para termos o olhar educativo em relação aos aspectos pedagógicos em geral (sequências pedagógicas, atividades avaliativas, objetivos e referenciais); uma assistente social, que já desenvolveu seu trabalho no ambiente carcerário; uma professora de português, que já lecionou no sistema prisional paraibano, e dois professores atuantes no Instituto Federal da Paraíba, que têm a vivência na educação profissional e tecnológica. Procurou-se, da maneira mais plural, reunir profissionais que pudessem, de fato, avaliar/analisar o produto educacional da forma mais completa possível, abarcando seus diversos aspectos. Dentre os cinco profissionais convidados, um não retornou a avaliação/análise dentro do prazo cabível, mesmo após alguns contatos da pesquisadora. Contudo, quatro avaliadores, com os seus olhares sobre o recurso educativo, já afirmam a potencialidade da aplicação em contexto real. Sendo assim, a ausência do quinto profissional não comprometeu a análise/avaliação das oficinas educativas.

Dessa forma, neste capítulo, inicialmente, abordam-se as questões relacionadas à elaboração e à constituição do instrumento pelo qual os profissionais avaliaram o produto educacional. Em um segundo momento, trata-se das avaliações que foram realizadas, assim como se faz a análise e a discussão dessa apreciação.

## 7.1 O INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO APLICADO AOS PROFISSIONAIS

Conforme descrito na abertura desse capítulo, foi elaborado um instrumento de avaliação das oficinas educativas (APÊNDICE D), o qual foi aplicado para os cinco profissionais convidados.

Tal instrumento avaliativo foi formatado com fundamento em Leite (2018), artigo no qual a autora propõe uma avaliação coletiva de materiais educativos no âmbito dos Mestrados Profissionais na Área do Ensino, como é o caso do ProfEPT. Vejamos o que diz Leite (2018, p. 331):

Como modo de contribuir com tais discussões, pretendo neste artigo, apresentar uma proposta de avaliação coletiva de produtos educacionais no contexto dos mestrados profissionais na área de Ensino. Não tenho a pretensão de revelar dados quantitativos que confirmem a eficiência dessa proposta. Pretendo compartilhar essa estratégia avaliativa na tentativa de contribuir com abordagens metodológicas a serem utilizadas na avaliação de materiais textuais.

Considerando a fala da autora, percebe-se que, por termos desenvolvido a pesquisa no âmbito de um mestrado profissional na área de Ensino e devido ao fato de o produto educativo resultante ser constituído de um material textual, entende-se que a aplicação de um instrumento de avaliação coletiva aos cinco profissionais é um procedimento válido e adequado para constatar o potencial de aplicabilidade das oficinas educativas em contexto real.

Sendo assim, existem eixos que devem ser considerados na elaboração de um instrumento de avaliação de produto educacional, quais sejam: estética e organização do material educativo, assim como capítulos, estilo de escrita, conteúdo, propostas didáticas e criticidade (LEITE, 2018). Atentando-se para as peculiaridades desse estudo e para as especificidades do material educativo desenvolvido (oficinas educativas), buscou-se contemplar todos os eixos descritos pela autora.

Dessa forma, o instrumento avaliativo contemplou três etapas de análise.

Inicialmente, abordaram-se seis aspectos para a avaliação dos profissionais, tendo sido cada aspecto desenvolvido a partir diversas indagações. Aos questionamentos realizados, o avaliador poderia responder “sim” ou “não”, a depender do seu entendimento sobre a pergunta. Em seguida, considerando as respostas emitidas anteriormente, o avaliador respondeu aos questionamentos relacionados à aplicabilidade/potencialidade do produto educacional. Ao final do instrumento, ainda havia um espaço aberto para que o avaliador fizesse sugestões, considerações e críticas (caso quisesse), mesmo que a sua resposta tivesse sido positiva. Fecham-se, assim, as três etapas de análise, as quais serão mais bem detalhadas: os seis aspectos, os questionamentos acerca da aplicabilidade/potencialidade e o espaço aberto, respectivamente.

O primeiro aspecto foi a estética e a organização do material educativo. Neste ponto, questionou-se sobre: se, no material educativo, havia um diálogo entre o texto verbal e o visual; se o texto era de fácil compreensão; se promovia uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção em que é didático; se, no texto, havia afronta à diversidade ou aos direitos humanos; se um futuro aplicador das oficinas educativas conseguiria compreender facilmente o passo a passo (sequência pedagógica) necessário para desenvolvê-las e, ainda, se achava interessante o *link* presente ao final de cada slide que descreve a atividade avaliativa das oficinas com o endereço eletrônico, direcionando o futuro aplicador dessas oficinas educativas para o modelo de avaliação em formato pronto para impressão.

Questões relacionadas à divisão do material educativo foi o segundo aspecto a ser analisado/avaliado: se as oficinas educativas apresentavam coerência entre si; se explicitava, no diagnóstico do material educativo, sua origem, objetivo e público-alvo; se, no diagnóstico do material educativo, havia o esclarecimento sobre onde se localizava o referencial teórico necessário para a aplicação do recurso; se as abordagens das oficinas educativas poderiam ser adaptadas para serem utilizadas no Ensino Médio, conforme a orientação da Lei nº 9394/96, no seu artigo 26, § 9º, o qual prevê a obrigatoriedade de tratar o tema dos direitos humanos, de forma transversal, no citado nível; por fim, se os materiais selecionados para aplicação em cada oficina educativa possuíam um baixo custo, sendo acessíveis aos futuros aplicadores.

O terceiro aspecto envolveu a análise/avaliação do estilo de escrita apresentado no material educativo: se apresentava uma escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender; se as ideias estavam estruturadas de modo que

ficava fácil o entendimento dos passos (sequência pedagógica) a serem seguidos para a realização da oficina educativa; se os materiais a serem utilizados em cada oficina educativa estavam descritos de modo que pudessem ser compreendidos e, ainda, que se sabe que um dos problemas na educação não formal, âmbito em que este produto educacional foi desenvolvido, é que os educadores não possuem formação específica na área em que atuam. A partir disso, se um futuro aplicador, que não tivesse formação específica na área da educação ou jurídica, sentiria dificuldade de compreender a forma de aplicação das oficinas educativas.

O conteúdo do material educativo foi o quarto aspecto a ser abordado no instrumento avaliativo: se os conteúdos que foram abordados nas oficinas educativas eram adequados ao público-alvo do produto educacional; se a forma como foi apresentado o referencial teórico sugerido para a leitura do futuro aplicador do produto educacional era clara e de fácil entendimento; se o recurso educativo proporcionava ao possível aplicador da oficina uma ideia de como organizar os materiais a serem utilizados e, por fim, se achava interessante a forma como autora organizou o material a ser utilizado na aplicação das oficinas educativas, em formato de Kits, caso o profissional tivesse respondido “sim” ao quesito anterior.

O quinto aspecto tratado foi referente às atividades presentes no material educativo: se as atividades apresentadas no material educativo estavam adequadas ao público-alvo; se as atividades propostas suscitavam reflexão e se as atividades poderiam ser adaptadas para ser utilizadas no Ensino Médio.

A criticidade do material educativo foi o sexto aspecto abordado no instrumento avaliativo: se o material educativo contemplava atividade que estimulava o pensamento social; se as oficinas educativas poderiam contribuir com a formação humana das detentas e, ainda, se o material abordava aspectos históricos, culturais e sociais.

Passando para a segunda etapa de análise constante no instrumento avaliativo, o profissional respondeu, a partir das respostas dadas aos aspectos já descritos anteriormente, “sim” ou “não” às seguintes indagações: se as oficinas educativas eram aplicáveis em contexto real e se havia potencialidade de aplicação das oficinas educativas.

Por fim, chegando a última etapa de análise, havia um espaço aberto no próprio instrumento avaliativo onde o profissional poderia deixar sua contribuição para o aperfeiçoamento das Oficinas Educativas ora avaliadas. Ainda que a resposta do profissional a um determinado quesito tivesse sido “sim”, ele poderia trazer contribuições

e fazer complementações.

Dessa forma, procurou-se elaborar um instrumento de avaliação que pudesse contemplar as diversas circunstâncias que envolvem um produto educacional. Também se buscou convidar um corpo de profissionais com vivências diversas, porém que tivesse relação com o nosso objeto de estudo. Com isso, o próximo tópico trata das avaliações que foram realizadas, assim como da análise e da discussão.

## 7.2 AVALIAÇÕES REALIZADAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após o recebimento das avaliações/análises realizadas pelos profissionais que atuam/atuarão em contexto real, com relação aos aspectos dessa pesquisa, iniciou-se a fase de análise e discussão.

Sendo assim, aborda-se, por meio de quadros, as respostas dadas pelos profissionais aos questionamentos realizados. A sequência da abordagem será a mesma constante no instrumento de avaliação, já descrita na seção 7.1.

Quadro: 4 Estética e Organização do Material Educativo

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
No material educativo, há um diálogo entre o texto verbal e o visual?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
O texto é de fácil compreensão?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Promove uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção em que é didático?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
No texto, há afronta à diversidade ou aos direitos humanos?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Um futuro aplicador das oficinas educativas conseguirá compreender facilmente o passo a passo (sequência pedagógica, slides 6, 11 e 16) para desenvolvê-las?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Acha interessante o <i>link</i> presente ao final de cada slide que descreve a atividade avaliativa das oficinas (slides 7, 12 e 17), com o endereço eletrônico direcionando o futuro aplicador dessas oficinas educativas para o modelo de avaliação em formato pronto para impressão?	SIM	SIM	SIM	NÃO	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Conforme o Quadro 4, acima, pode-se perceber que o aspecto Estética e Organização do Material Educativo foi bem avaliado pelos profissionais. Todos os questionamentos realizados eram importantes para a pesquisa, mas um, em especial, tem uma relevância prática pertinente ao âmbito em que essa pesquisa desenvolveu-se, o espaço não formal de ensino (no caso, a prisão). Dessa forma, quando se questionou sobre

se um futuro aplicador das oficinas educativas conseguiria compreender facilmente o passo a passo (sequência pedagógica, slides 6, 11 e 16) para desenvolvê-las, é porque se sabe que, no contexto não formal, a maioria dos educadores não possuem a formação específica na área em que lecionam, não existindo, muitas vezes, formação alguma (conforme já foi discutido no Capítulo 6). Sendo assim, era imprescindível que as sequências pedagógicas fossem de fácil compreensão, inclusive, por profissionais que não tivessem uma formação específica na área jurídica ou da educação.

No próximo Quadro 5, descreve-se a resposta dos profissionais sobre a Divisão do Material Educativo.

Quadro 5: Divisão do Material Educativo

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
As oficinas educativas apresentam coerência entre si?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Explícita, no diagnóstico do material educativo (slide 2), sua origem, objetivo e público-alvo?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
No diagnóstico do material educativo (slide 3), há o esclarecimento sobre onde se localiza o referencial teórico necessário para a aplicação do recurso?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
As abordagens das oficinas educativas podem ser adaptadas para ser utilizadas no Ensino Médio, conforme a orientação da Lei nº 9394/96, no seu artigo 26 § 9º, o qual prevê a obrigatoriedade de tratar o tema dos direitos humanos, de forma transversal, no citado nível?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Os materiais selecionados (slides 5, 10 e 15) para aplicação em cada oficina educativa possuem um baixo custo, sendo acessível aos futuros aplicadores?	SIM	SIM	SIM	SIM	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Com as avaliações descritas no Quadro 5, tem-se que o aspecto Divisão do Material Educativo foi bem avaliado pelos profissionais. Destacam-se dois pontos que consideramos relevantes para essa pesquisa: primeiro, o fato de as oficinas educativas terem sido avaliadas como possíveis de ser aplicadas aos educandos do Ensino Médio em ambiente formal, pois, apesar de o produto educacional ter sido formulado para ser aplicado em contexto não formal, é pertinente compreender que, a partir da sua disponibilização, também poderá ser utilizado em nível de ensino diverso para o qual foi criado, ampliando, assim, sua possibilidade de utilização. Esse era um ponto que defendíamos no início da dissertação, mas era “apenas” uma pretensão da pesquisadora. Nesse momento, pode-se constatar que essa possibilidade foi visualizada de forma unânime pelos profissionais; segundo, a questão de os materiais selecionados para

utilização no recurso educativo terem sido considerados de baixo custo, sendo acessíveis aos futuros aplicadores – fator importante em um cenário em que os recursos destinados à educação são escassos, ainda mais considerando o contexto não formal.

No Quadro 6, aborda-se o aspecto do estilo de escrita apresentado no material educativo:

Quadro 6: Estilo de Escrita Apresentado no Material Educativo

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
Apresenta uma escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
As ideias estão estruturadas de modo que fica fácil o entendimento dos passos (sequência pedagógica, slides 6, 11 e 16) a serem seguidos para a realização da oficina educativa?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Os materiais a serem utilizados em cada oficina educativa (slides 5, 10 e 15) estão descritos de modo a ser compreendidos?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Sabe-se que um dos problemas na educação não formal, âmbito em que este produto educacional foi desenvolvido, é que os educadores não possuem formação específica na área em que atuam. Um futuro aplicador, que não tenha formação específica na área da educação ou jurídica, sentirá dificuldade de compreender a forma de aplicação das oficinas educativas?	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Do Quadro 6, conclui-se que o aspecto do estilo de escrita apresentado no material educativo foi bem avaliado. Destaca-se dele o fato de a escrita ter sido considerada acessível. Há sempre uma certa inquietação no momento da escrita, de nos fazermos compreender sem palavras em excesso ou desnecessárias, especialmente quando se trata de um recurso educativo que será utilizado por pessoas com diferentes formações e entendimentos. Seguindo com os questionamentos, traz-se novamente a preocupação com o futuro aplicador das oficinas educativas. No Quadro 4, questionou-se a respeito do entendimento desses aplicadores com relação às sequências pedagógicas do recurso educativo, se eles encontrariam dificuldades. Nesse ponto, o Quadro 6 trata da análise da compreensão do futuro aplicador em relação à aplicação da oficina como um todo, em sua forma mais ampla. Novamente, a avaliação foi positiva, no sentido de considerar que os futuros aplicadores não encontrariam obstáculos para entender a forma de aplicação do produto educativo. Ressalva-se a opinião exarada pelo PR 4, considerando que um futuro aplicador, que não tenha formação específica na área jurídica ou da educação,

sentirá dificuldade de compreender a forma de aplicação das oficinas educativas. Em sua justificativa, o PR4 descreve que “os temas das oficinas são complexos e a aplicação didática por educadores sem uma base sólida pode gerar problemas”. Concorde-se com a afirmação de complexidade dos temas, porém a falta de formação específica do educador é uma situação que faz parte do contexto real da educação social, especialmente quando se trata de educandos em situação de vulnerabilidade.

Já no Quadro 7, tratou-se do conteúdo do material educativo. Vejamos:

Quadro 7: Conteúdo do Material Educativo

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
Os conteúdos (slides 5, 10 e 15) a serem abordados nas oficinas educativas é adequado ao público-alvo do produto educacional?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
A forma como é apresentado o referencial teórico sugerido (slides 9, 14 e 19) para a leitura do futuro aplicador do produto educacional é clara e de fácil entendimento?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
O recurso educativo proporciona ao possível aplicador da oficina uma ideia de como organizar os materiais (slides 8, 13 e 18) a serem utilizados?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
Caso você tenha respondido “sim” ao quesito anterior, acha interessante a forma como a autora organizou o material a ser utilizado na aplicação das oficinas educativas, em formato de Kits (slides 8, 13 e 18)?	SIM	SIM	SIM	SIM	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Demonstra-se, a partir do Quadro 7, que o conteúdo constante no produto educacional foi bem avaliado. Apesar de as próprias detentas terem escolhido os temas abordados nas oficinas educativas, seria interessante uma avaliação por profissionais que atuassem em contexto real. Sendo assim, uma avaliação positiva, como a que ocorreu, agrega valor ao recurso educativo. Também foi pertinente perceber que os referenciais teóricos e a forma como foram organizados os materiais educativos a serem utilizados nas oficinas foram avaliados afirmativamente pelos profissionais.

No Quadro 8, avaliaram-se e analisaram-se as atividades presentes no material educativo.

Quadro 8: Atividades Presentes no Material Educativo

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
As atividades apresentadas no material educativo (slides 7, 12 e 17) estão adequadas ao público-alvo?	SIM	NÃO	SIM	SIM	-
As atividades propostas (slides 7, 12 e 17) suscitam reflexão?	SIM	SIM	SIM	SIM	-



As atividades (slides 7, 12 e 17) podem ser adaptadas para ser utilizadas no Ensino Médio?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
--	-----	-----	-----	-----	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

A partir do Quadro 8, nota-se que as atividades construídas para aplicação nas oficinas educativas foram, de maneira geral, avaliadas positivamente. É interessante perceber que os profissionais alegaram que as atividades elaboradas suscitam reflexão, pois, em um processo educativo, como são as oficinas, que almejam contribuir com a formação humana de sujeitos, para que passem a desenvolver um pensamento crítico, sendo sujeitos mais ativos socialmente, é de extrema relevância que as atividades sejam “caminhos” que fomentem essas mentalidade e atitude. Outro ponto importante é que também foi considerado que as atividades educativas, com as devidas adaptações, podem ser utilizadas no Ensino Médio, pois reitera-se que, apesar de esse produto ter sido elaborado para ser aplicado no espaço não formal de ensino, especificamente em presídio, ele também pode ser empregado no espaço formal (nível médio), para cumprir o mandamento da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no seu artigo 26, §9º, no sentido da obrigatoriedade de tratar a temática dos direitos humanos, de forma transversal, no citado nível de ensino.

Já no Quadro 9, abordou-se a criticidade do material educativo, conforme está descrito abaixo.

Quadro 9: Criticidade do Material Educativo

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
O material educativo contempla atividade (slides 7, 12 e 17) que estimula o pensamento social?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
As oficinas educativas podem contribuir com a formação humana das detentas?	SIM	SIM	SIM	SIM	-
O material aborda aspectos históricos, culturais e sociais?	SIM	SIM	SIM	SIM	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Diante das respostas dadas aos questionamentos constantes no Quadro 9, conclui-se que as oficinas educativas podem ser classificadas como um material educativo que, a partir da sua aplicação, estimula o pensamento social, pode contribuir com a formação humana das detentas e, ainda, aborda aspectos históricos, culturais e sociais. Todos esses pontos são relevantes para essa pesquisa, cujo objetivo geral foi formatar um material que pudesse contribuir com a formação humana das detentas, e, considerando as avaliações dos profissionais, o produto educacional está apto a produzir tal efeito.

Ainda na parte objetiva do instrumento avaliativo, foi questionado se, a partir das respostas dadas anteriormente, as oficinas educativas eram aplicáveis em contexto real e se haveria potencial de aplicabilidade. Vejamos as respostas dadas no Quadro 10.

Quadro 10: Considerações dos Profissionais

QUESTIONAMENTO REALIZADO	PR 1	PR 2	PR 3	PR 4	PR 5
As oficinas educativas são aplicáveis em contexto real?	SIM	_____	SIM	SIM	-
Há potencialidade de aplicabilidade das oficinas educativas?	SIM	SIM	SIM	SIM	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Por fim, constata-se, no Quadro 10, a partir da avaliação e da análise dos profissionais, que as oficinas educativas de ensino e aprendizagem em direitos humanos são aplicáveis em contexto real e têm potencialidade de aplicabilidade.

Chegando à parte final do instrumento avaliativo dos profissionais, na sua etapa subjetiva, havia um espaço aberto para que eles pudessem fazer suas considerações finais, trazer sugestões e críticas. No Quadro 11, abordam-se as descrições realizadas por eles.

Quadro 11: Descrições dos Profissionais no Espaço Aberto

PROFISSIONAIS	DESCRIÇÕES
PR 1	As oficinas foram bem elaboradas e estão aptas a serem aplicadas de maneira bem sucedida. Sugiro, porém, que as avaliações que envolvem elaboração de texto sejam feitas em grupo, pois, mesmo que a maioria das detentas tenha ensino fundamental completo, é possível que haja alguma detenta que não o tenha completado ou que o tenha de maneira precária, de modo a comprometer sua capacidade de elaboração individual de um texto.
PR 2	Cara Virginia, no intuito de contribuir com o seu trabalho, faço as seguintes observações:  Considerando o nível de ensino das reeducandas e o contexto às quais estão inseridas, sugiro que nas atividades avaliativas, sejam utilizadas revistas com uma diversidade de gravuras/imagens, nas quais possam viabilizar as reeducandas associar aos conteúdos trabalhados nas oficinas, pois a elaboração de texto pode inviabilizar a finalização do processo educativo, tendo em vista que as alunas, na maioria dos casos, relatam dificuldades na elaboração dos textos.
PR 3	Reforço que continue construindo conforme o perfil e realidade das educandas, oficinas com temas enriquecedores, valorizando-as, de forma que ao final da atividade cada uma ressignifique o seu conceito de cidadã e internalize o seu valor como ser humano.
PR 4	No geral, a oficina é coerente com a proposta apresentada. Louvo o público alvo da pesquisa: trabalhar com as pessoas que mais precisam saber sobre cidadania é algo central para melhorar a nossa sociedade.

	<p>Oficina 1: Sinto falta de um maior embasamento teórico/conceitual sobre o tema dos direitos humanos. Existe uma vasta bibliografia que aborda o tema.</p> <p>Oficina 2: Sinto falta de um maior embasamento teórico/conceitual sobre o tema da cidadania. Existem várias obras acadêmicas que tratam da ideia de cidadania. Vou deixar sugestões, já que sou mais afeito a esse tema: Dicionários de filosofia e de sociologia seriam um bom caminho (serve para os outros pontos também). Tem também o livro do historiador José Murilo de Carvalho, Cidadania no Brasil: um longo caminho e a obra de Silvio Gallo, Ética e Cidadania (um livro didático). Essas obras não precisam aparecer de maneira direta no seu material, mas as discussões que elas suscitam seriam importantes para o resultado final.</p> <p>Oficina 3: Sinto falta de um maior embasamento teórico/conceitual sobre o tema da cidadania. Esse é um dos temas mais importantes da humanidade e dos viver em sociedade e largamente estudado, especialmente pela filosofia. Assim como sobre os temas existem várias obras acadêmicas que tratam da liberdade. Exemplo do que eu cito acima: Um dos textos indicados (O que é liberdade? Declarar-se livre é declarar-se autônomo) é muito simplista e pensa a liberdade como uma questão individual. Essa não é a melhor ideia, creio. Existem vários outros textos que poderiam ser usados como indicação para a realização desse trabalho.</p>
<b>PR 5</b>	-----

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Considerando as descrições realizadas pelo PR 1, aderiu-se a sua sugestão, transformando as atividades avaliativas individuais de produção de texto em atividades a serem realizadas em grupo. Sendo assim, as atividades constantes na Oficina Educativa 1 (Oficina Educativa em Direitos Humanos: origem e conceitos) e na Oficina Educativa 3 (Liberdade), que envolvem elaboração de texto, passam a ser realizadas em conjunto.

No que se refere à sugestão realizada pelo PR 2, esclarece-se que, na Oficina Educativa 2 (Cidadania), a atividade avaliativa é realizada com imagens (figuras). Nela, as educandas relacionam os conceitos abordados durante a oficina educativa com as imagens (figuras) existentes. Desse modo, o material educativo já contempla atividade nos moldes sugeridos pela PR2. Todavia, também existem atividades que envolvem a elaboração texto, nesse caso, reconhecendo a importância de desenvolver a escrita. Ainda que saibamos das dificuldades existentes, prefere-se incentivar, dar o suporte necessário e manter esse tipo de prática, pois escrever também é uma forma poderosa de expressão.

Já a PR 3 sugere que, ao final de cada oficina educativa, haja um reforço do que foi abordado durante o processo, visando à ressignificação pelas educandas do conceito de cidadã e à internalização dos valores enquanto seres humanos. Concorde-se com a sugestão dada pela PR3. Desse modo, ao término das oficinas, será determinado um momento para revisão do que foi tratado durante o processo educativo.

O PR4, em linhas gerais, traz sugestões relacionadas ao referencial teórico apresentado pela pesquisadora. Aponta, assim, para uma necessidade de embasamento teórico-conceitual mais profundo. Em virtude do nível de ensino no qual se encontram as detentas (Ensino Fundamental), público-alvo do recurso educativo, optou-se por bases teóricas menos densas, tratando da temática de um modo mais suave. Todavia, considerando-se o ponto de vista do aplicador das oficinas educativas (educador social), adere-se às sugestões teóricas trazidas pelo PR 4, as quais serão apropriadas, pela pesquisadora, em momento oportuno, pois, como o profissional ressaltou, “Essas obras não precisam aparecer de maneira direta no seu material, mas as discussões que elas suscitam seriam importantes para o resultado final”.

Desse modo, levando em consideração as análises realizadas pelos quatro profissionais que atuam/atuaram no âmbito em que essa pesquisa desenvolveu-se, as Oficinas Educativas de Ensino e Aprendizagem em Direitos Humanos foram avaliadas de forma bastante positiva, concluindo-se pelo seu potencial de aplicabilidade e possibilidade de aplicação em contexto real.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se concluir que é possível contribuir com a formação humana das mulheres encarceradas por meio do ensino e da aprendizagem dos direitos humanos, que abordar a referida temática é útil e necessário, podendo-se desenvolver ações formativas para esse público, melhorando seus conhecimentos educacionais, além do que há um interesse dessas detentas em aprender sobre liberdade, cidadania, igualdade, direitos humanos de uma forma geral.

Considerando o público-alvo dessa pesquisa (que são as detentas), o contexto social no qual essas mulheres estão inseridas, o ambiente educativo na prisão (espaço não formal) e, sobretudo, o conteúdo das entrevistas realizadas, chegou-se ao modelo de oficinas educativas como recurso educativo para tratar a temática dos direitos humanos.

Sendo assim, as oficinas foram formatadas de modo a contemplar os temas que mais interessavam às detentas, para que, assim, elas tivessem, de fato, interesse em participar.

Não obstante o fato de o material educativo ter sido construído a partir das perspectivas das detentas, o produto educacional (as três oficinas educativas) foi submetido à apreciação de cinco profissionais que atuam/atuaram em contexto real, em áreas relacionadas a essa pesquisa. Essa análise, realizada por meio de um instrumento avaliativo, resultou em respostas bastante positivas em relação ao material educativo como um todo, tendo a pesquisadora, na medida do possível, aderido às sugestões realizadas pelos profissionais. Ao final, tais avaliações/análises concluíram pelo potencial de aplicabilidade das oficinas educativas, assim como sua aplicação em contexto real de ensino.

Outro ponto a considerar é que, apesar de o material educativo ter sido elaborado para ser aplicado no contexto do espaço não formal de ensino às mulheres encarceradas, os profissionais foram unânimes ao afirmar que, com as devidas adaptações, também pode ser utilizado no ambiente formal de ensino junto aos estudantes do nível médio. Isso é muito pertinente, pois, conforme exposto ao longo desse trabalho, a temática dos direitos humanos deve ser abordada, de forma transversal, no citado nível.

Há que se considerar também as limitações existentes/surgidas durante a pesquisa. O ambiente prisional é complexo, possui regras rígidas, então, desenvolver um estudo que considere as pessoas inseridas nesse contexto tem suas peculiaridades. Inicialmente,

teve-se que pleitear uma autorização perante a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba para o desenvolvimento da pesquisa da Unidade Prisional Maria Júlia Maranhão. Posteriormente, em contato com a Administração do presídio e da psicóloga dessa unidade, foram nos sendo concedidos alguns dias e horários para que pudéssemos realizar as entrevistas com as detentas. A triagem dessas mulheres para participarem do estudo também foi algo bem específico, pois, em virtude do que precisávamos discutir nessa pesquisa, necessitávamos conversar com mulheres que estivessem envolvidas em algum processo formativo dentro da unidade prisional. Mesmo diante de algumas dificuldades, seguimos com a pesquisa, pois nem sempre, no local onde estudo desenvolveu-se, existem as condições ideais para o seu desenlace. Entretanto, ambientes assim também merecem o “pensar” científico, para que, desse modo, possam melhorar.

Acredita-se que a maior limitação deste estudo relaciona-se à pandemia causada pela Covie-19 – chegando-se a afirmar que se trata da maior limitação da humanidade neste ano de 2020. Com a expansão dessa pandemia, pode-se dizer que houve uma paralisação mundial generalizada em todos os setores sociais, econômicos, educacionais, etc. Para ficar apenas na seara da presente pesquisa, os presídios foram fechados para visitas, pesquisas, ações, funcionando apenas com os serviços essenciais. Sabe-se que ficam, nesse período de pandemia, proibidas as aglomerações, e isso é o que não falta nas unidades prisionais por todo o Brasil, com selas superlotadas, e, aqui na Paraíba, não é diferente. Sendo assim, para a proteção da saúde dos próprios detentos, muitas atividades foram interrompidas sem data para retorno. Tudo isso tornou o estudo, de uma certa forma, limitado, pois fomos impedidos de retornar à unidade para desenvolver ações educativas. E, ainda, considerando o dia em que se escrevem essas considerações finais, não há tempo previsto para o regresso do desenvolvimento de atividades educativas dentro das unidades prisionais. Também não se garante que, retornando as atividades da rede pública e particular de ensino, as ações externas que visam atuar dentro dos presídios serão liberadas, muito em virtude, ainda, das medidas de contenção do avanço do Coronavírus.

Ao futuros estudos que envolvam questões relacionadas ao sistema prisional brasileiro, recomenda-se que se considere como fator primordial a questão da flexibilidade. Explico: pesquisas envolvendo o ambiente penitenciário são bastante complexas, e as autorizações para desenvolver pesquisa, adentrar na unidade e coletar

dados podem demorar. Além do que, pelo menos no Estado da Paraíba, são exigidas diversas certidões negativas que, para ser expedidas pelos órgãos públicos, demandam tempo. Sendo assim, o cronograma de execução da pesquisa deve ser pensado de forma a acomodar todas essas particularidades. No mais, consignar que tão importante quanto o método, a técnica, a ciência, é a forma como abordamos o ser humano, devendo ser sempre com humanidade, independentemente da situação jurídica ou social em que se encontre.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **Educação Não Formal, Informal e Formal do Conhecimento Científico nos Diferentes Espaços de Ensino e Aprendizagem**. Cadernos PDE. 2014, vol.2, p.1-18. ISBN 978-85-8015-079-7. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uel\\_bio\\_pdp\\_maria\\_salete\\_bortholazzi\\_almeida.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_salete_bortholazzi_almeida.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Mundo do Trabalho e Teoria do Valor**: as formas de vigência do trabalho material e imaterial. In: Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. cap. VII, p. 119-134.
- ASSUNÇÃO, Thiago. Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antônio Peres; TRAUZYNSKI, Silvia Cristinia (Org). **Direitos Humanos e Políticas Públicas**. Curitiba: Editora Universidade Positivo, 2014.
- BANDEIRA, Hilda Maria Martins; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. Prática Educativa: entre o essencialismo e a práxis. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**. 23. vol., n. 42, p. 107-117, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/1031>. Acesso em: 16 set. 2019.
- BITTAR, Eduardo C. B. Educação e Metodologia para os Direitos Humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antônio Peres; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org). **Direitos Humanos e Políticas Públicas**. Curitiba: Editora Universidade Positivo, 2014.
- BRASIL. Ministério da Segurança Pública. Departamento penitenciário nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, DF, 2016. 65 p. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio\\_2016\\_22-11.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf). Acesso em: 9 out. 2018.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 8 nov. 2018.
- BRASIL, Ministério da segurança Pública. Departamento penitenciário nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Mulheres**. Brasil, DF, 2018. 79 p. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf). Acesso em: 5 ago. 2019.
- BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996)]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 17. set. 2019.



BRASIL. [Lei de Execução Penal (1984)]. **Lei de Execução Penal de 1984**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm). Acesso em: 17. set. 2019.

BRASIL, Ministério da segurança Pública. Departamento penitenciário nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasil, DF, 2019. 32 p. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFiMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BUENO, José Geraldo Silveira; PENNA, Mariêta Gouveia de Oliveira. A Docência no Ambiente Prisional: entre a autonomia e a opressão. **Etnográfica**. 20. vol. [S.l.]. jun. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/4326#quotation>. Acesso em: 04 set. 2018.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis. 15. vol., n. 4, p. 679-684, out/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 5 out. 2019.

ClAVATTA, Maria. Trabalho como Princípio Educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/trabalho\\_principioeducativo\\_joe1.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/trabalho_principioeducativo_joe1.pdf). Acesso em: 30 nov. 2018.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos metodológicos**. 1ªed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007, v. 1, p. 441-456. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/62177281/Da-educacao-como-direito-humano-aos-direitos-humanos-como-principio-educativo>. Acesso em: 1 nov. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia da Pesquisa**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1.ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por Saturação em Pesquisas Qualitativas em Saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. 24. vol., p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 66ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 14<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: aval. pol. púb. Educ.** Rio de Janeiro, vol.20, n.50, p. 27-38, jan/mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação.** São Paulo, vol.27, p.46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://iesc.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/ANAIS-SNIJC-2017-27-07-ok.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área do ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In.* 7<sup>o</sup> CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 2018, Fortaleza. **Atas.** Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 21 jun. 2020

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe social.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCCOWAN Tristan. O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos. **Educar em revista.** Tradução: Sônia Fátima Schwendler. Curitiba, n.55, p. 25-46, jan/mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00025.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro; Politécnica e Formação Integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira em Educação.** Rio de Janeiro, v.20, n.63, p. 1057-1080, out./dez. 2015. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

NASCIMENTO, Lorivaldo do; FAVORETO, Aparecida; Émile Durkheim, John Dewey e Antônio Gramsci: em debate a teoria da educação transformadora. **Revista Educação**

**em Questão.** Natal, v.56, n.49, p. 250-273, jul./set. 2018. Disponível:  
file:///C:/Users/virgi/Downloads/14010-Texto%20do%20artigo-49861-1-10-  
20181019%20(1).pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

OLIVEIRA, Alysson André Régis. **As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB:** sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para emancipação. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.


RAMOS, Marcela Fernanda. Educação Não Formal: pedagogia social transformadora e motivadora. [21- -] Disponível em:  
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/%20educacao-nao-formal.htm>.  
Acesso em: 17 set. 2019.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa.** Santana: Artmed Editora S.A, 1998.

## APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

PARA ACESSAR AS OFICINAS EDUCATIVAS (PRODUTO EDUCATIVO) ACESSE  
O LINK ABAIXO!

 <https://drive.google.com/file/d/1N1JOvrUc8P3J7M3rFAM2IFCmZVppFQ95/view?usp=sharing>

## APÊNDICE B - TCLE

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

**TÍTULO DO PROJETO: DO CÁRCERE À LIBERTAÇÃO (?):** uma contribuição com a formação humanística das mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa/PB

**Pesquisadora Responsável:** Virgínia Maia de Araújo Oliveira, com endereço na Rua Julieta Marinho Marcicano, nº 71, ap 303, CEP: 58035310, bairro Bessa, João Pessoa – PB

**Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar):** 83 996432774 **e-mail:** virginia\_maia\_@hotmail.com

**Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.**

O principal objetivo da pesquisa será: Contribuir com a formação humanística das detentas encarceradas na penitenciária Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação. Você receberá uma **via** deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal e do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP/IFPB, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.

Sua participação nesta pesquisa será com as respostas de um guia de entrevista investigativo que nos ajudará a responder algumas questões relacionadas à educação para uma formação autônoma e emancipatória do sujeito. O risco para participar da pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento por parte da detenta para responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-los, os participantes serão informados sobre o procedimento da entrevista e sobre os objetivos da pesquisa - de forma a tranquilizá-los. Mais uma vez, ressaltamos o sigilo da identificação do participante a fim de diminuir ou impossibilitar que qualquer dano ou situação constrangedora ocorra de fato. Os benefícios da pesquisa serão de suma importância, uma vez que refere-se às ações que serão realizadas para cooperar com a formação autônoma e emancipatória dos educandos. Para tanto, esclarecemos ainda que você terá a garantia de que o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido e a pesquisa estão de acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde - CNS. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do (CNS).

### **CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA**

**Eu,** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, **RG** \_\_\_\_\_, **abaixo assinado, concordo em**  
**participar do estudo como participante.**

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do participante

---

Virgínia Maia de Araújo Oliveira

Pesquisadora responsável

Orientador: Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo (dúvidas e esclarecimentos), favor entrar em contato com a pesquisadora Virgínia Maia de Araújo Oliveira, com endereço na Rua Julieta Marinho Marcicano, nº 71, ap 303, CEP: 58035310, bairro Bessa, João Pessoa – PB

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 83 996432774 e-mail: virginia\_maia\_@hotmail.com

ou

com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Endereço: Av. João da Mata, nº 256 - Jaguaribe - Edifício Coriolano de Medeiros CEP 58.015-020, João Pessoa, PB, Brasil; Telefone: (83) 3612-9725 Email: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Nome da Pesquisa: DO CÁRCERE À LIBERTAÇÃO (?): uma contribuição com a formação humanística das mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa/PB.

Pesquisadora responsável: Virgínia Maia de Araújo Oliveira

#### **1) SOCIEDADE E EXCLUSÃO**

1.1) Quando você estava fora da prisão você se sentia incluída (se sentia parte da) na sociedade?

1.2) Hoje, que você está na prisão, está sem liberdade, quais outras prisões existiam em você?

1.3) Você se sentia livre antes da perda da liberdade?

1.4) Qual o sentido/significado da liberdade pra você antes de perdê-la?

#### **2) EDUCAÇÃO E TRABALHO**

2.1) Antes da perda da liberdade você estudava e/ou trabalhava?

2.2) O que é educação pra você? É importante?

2.3) E qual significado do trabalho pra você?

2.4) Você acha que se estudar e tiver uma profissão vai melhorar as chances de você conseguir um trabalho quando estiver em liberdade?

#### **3) DIREITOS HUMANOS**

3.1) O que são os direitos humanos pra você?

3.2) O que significa pra você respeitar os direitos humanos?

3.3) Ter acesso a uma educação de qualidade e ao trabalho é um direito humano pra você?

3.4) O que vem à sua mente quando escuta palavras como igualdade, solidariedade e liberdade?

3.5) Você acha que uma pessoa que conhece os direitos básicos pode ser útil à comunidade em que vive?



3.6) O que é cidadania pra você?

3.7) Você se sente um cidadão ou acha que falta algo para isso? O que você espera/o que você teria vontade de aprender sobre direitos humanos?

**APÊNDICE D - INSTRUMENTO AVALIATIVO DO PE****INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL**  
**OFICINAS EDUCATIVAS****Direitos Humanos, Cidadania e Liberdade**

**Mestranda:** Virgínia Maia de Araújo Oliveira

**Orientador:** Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira

Senhor (a) avaliador (a), você foi convidado (a) para analisar e avaliar um recurso educacional denominado: OFICINAS EDUCATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM DIREITOS HUMANOS. Tal material educativo originou-se da dissertação de mestrado da autora, intitulada: ENSINO E APRENDIZAGEM DE DIREITOS HUMANOS: uma contribuição com a formação humanística das detentas da unidade Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa/PB. Cumpre destacar que a pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a esse Comitê. O principal objetivo da pesquisa é contribuir com a formação humanística das detentas encarceradas na penitenciária Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa – PB, por meio das Oficinas Educativas de Ensino e Aprendizagem em Direitos Humanos. Sendo assim, sugere-se que após a análise do material educativo (3 Oficinas Educativas: 1- Direitos Humanos: origem e conceitos; 2- Cidadania; e 3- Liberdade), leia-se os quesitos abaixo e marque um (X) no “sim” ou “não” a depender da sua resposta ao questionamento. Sua participação é muito valiosa, pois nos dará uma dimensão da aplicabilidade em contexto real e da potencialidade de aplicação do produto educacional elaborado. Desde já, agradeço a sua participação!

**A) ESTÉTICA E ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL EDUCATIVO**

- 1) No material educativo há um diálogo entre o texto verbal e o visual?  
Sim ( ) Não ( )

- 2) O texto é de fácil compreensão?  
Sim ( ) Não ( )
- 3) Promove uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção que é didático?  
Sim ( ) Não ( )
- 4) No texto há afronta à diversidade ou aos direitos humanos?  
Sim ( ) Não ( )
- 5) Um futuro aplicador das oficinas educativas conseguirá compreender facilmente o passo a passo (sequência pedagógica) (slides 6, 11 e 16) necessário para desenvolvê-las?  
Sim ( ) Não ( )
- 6) Acha interessante o link presente ao final de cada slide que descreve a atividade avaliativa das oficinas (slides 7, 12, e 17) com o endereço eletrônico, direcionando o futuro aplicador dessas oficinas educativas para o modelo de avaliação em formato pronto para impressão?  
Sim ( ) Não ( )

## **B) DIVISÃO DO MATERIAL EDUCATIVO**

- 1) As oficinas educativas apresentam coerência entre si?  
Sim ( ) Não ( )
- 2) Explicita, no diagnóstico do material educativo (slide 2), sua origem, objetivo e público-alvo?  
Sim ( ) Não ( )
- 3) No diagnóstico do material educativo (slide 3) há o esclarecimento sobre onde localiza-se o referencial teórico necessário para a aplicação do recurso?  
Sim ( ) Não ( )

- 4) As abordagens das oficinas educativas podem ser adaptadas para serem utilizadas no Ensino Médio, conforme a orientação da Lei nº 9394/96, no seu artigo 26, § 9º, o qual prevê a obrigatoriedade de tratar o tema dos direitos humanos, de forma transversal, no citado nível?  
Sim ( ) Não ( )
- 5) Os materiais selecionados (slides 5, 10 e 15) para serem aplicados em cada oficina educativa possuem um baixo custo sendo acessível aos futuros aplicadores?  
Sim ( ) Não ( )

### **C) ESTILO DE ESCRITA APRESENTADO NO MATERIAL EDUCATIVO**

- 1) Apresenta uma escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?  
Sim ( ) Não ( )
- 2) As ideias estão estruturadas de modo que fica fácil o entendimento dos passos (sequência pedagógica) (slides 6, 11 e 16) a serem seguidos para realização da oficina educativa?  
Sim ( ) Não ( )
- 3) Os materiais a serem utilizados em cada oficina educativa (slides 5, 10 e 15) estão descritos de modo que podem ser compreendidos?  
Sim ( ) Não ( )
- 4) Sabe-se que um dos problemas na educação não formal, âmbito em que este produto educacional foi desenvolvido, é que os educadores não possuem formação específica na área que atuam. Um futuro aplicador, que não tenha formação específica na área da educação ou jurídica, sentirá dificuldade de compreender a forma de aplicação das oficinas educativas?  
Sim ( ) Não ( )

**D) O CONTEÚDO DO MATERIAL EDUCATIVO**

- 1) Os conteúdos (slides 5, 10 e 15) a serem abordados nas oficinas educativas é adequado ao público-alvo do produto educacional?

Sim ( ) Não ( )

- 2) A forma como é apresentado o referencial teórico sugerido (slides 9, 14 e 19) para a leitura do futuro aplicador do produto educacional é clara e de fácil entendimento?

Sim ( ) Não ( )

- 3) O recurso educativo proporciona ao possível aplicador da oficina uma ideia de como organizar os materiais (slides 8, 13 e 18) a serem utilizados?

Sim ( ) Não ( )

- 4) Caso você tenha respondido (sim) ao quesito anterior, acha interessante a forma como autora organizou o material a ser utilizado na aplicação das oficinas educativas, em formato de Kits (slides 8, 13 e 18)?

Sim ( ) Não ( )

**E) AS ATIVIDADES PRESENTES NO MATERIAL EDUCATIVO**

- 1) As atividades apresentadas no material educativo (slides 7, 12 e 17) estão adequadas ao público – alvo?

Sim ( ) Não ( )

- 2) As atividades propostas (slides 7, 12 e 17) suscitam reflexão?

Sim ( ) Não ( )

- 3) As atividades (slides 7, 12 e 17) podem ser adaptadas para serem utilizadas no Ensino Médio?

Sim ( ) Não ( )

**F) CRITICIDADE DO MATERIAL EDUCATIVO**

- 1) O material educativo contempla atividade (slides 7, 12 e 17) que estimula o pensamento social?

Sim ( ) Não ( )

2) As oficinas educativas podem contribuir com a formação humana das detentas?

Sim ( ) Não ( )

3) O material aborda aspectos históricos, culturais e sociais?

Sim ( ) Não ( )

**G) A PARTIR DAS RESPOSTAS DADAS ANTERIORMENTE:**

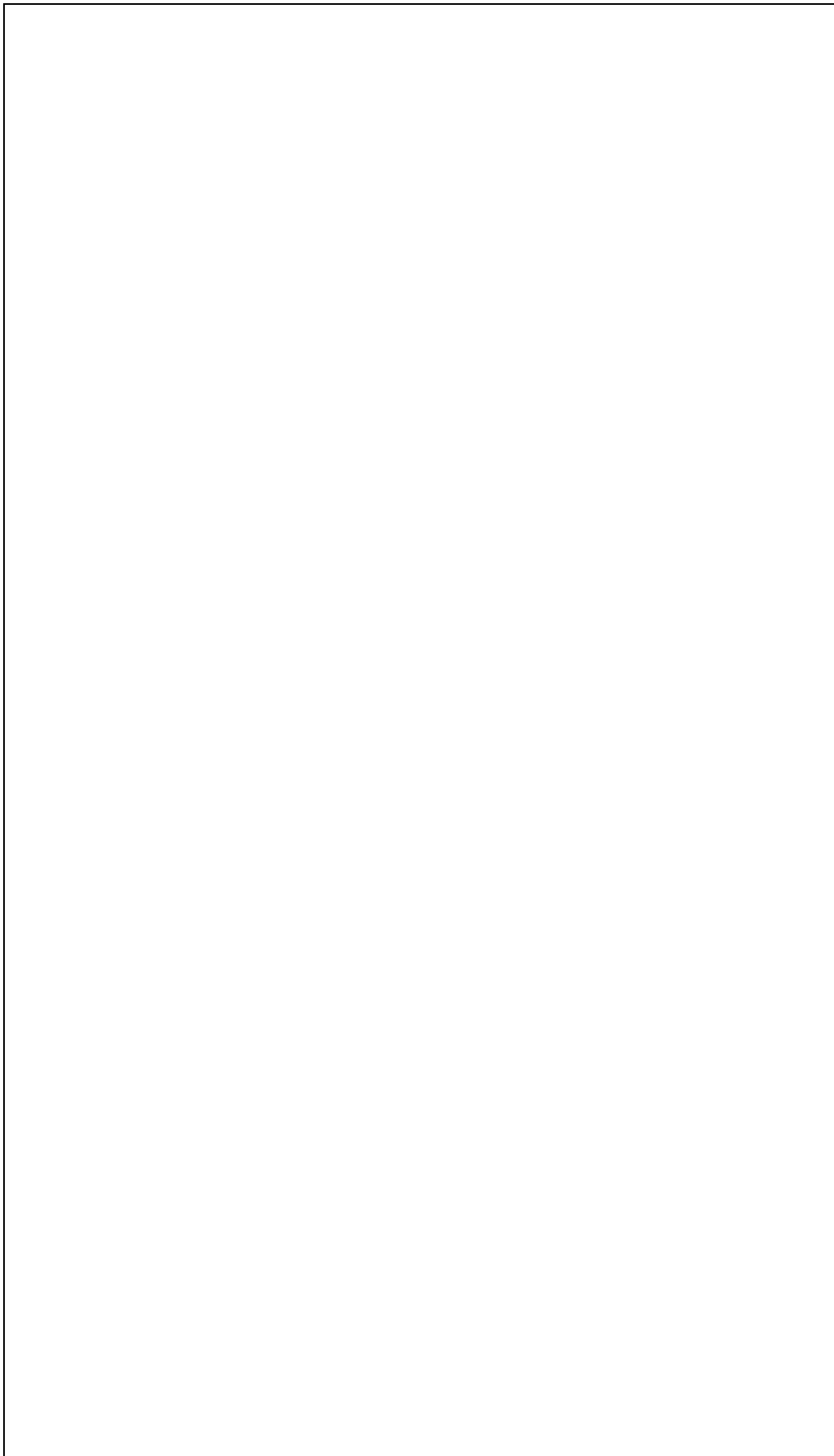
A) As oficinas educativas são aplicáveis em contexto real?

Sim ( ) Não ( )

B) Há potencialidade de aplicabilidade das oficinas educativas?

Sim ( ) Não ( )

- No espaço abaixo, você poderá deixar sua contribuição para o aperfeiçoamento das Oficinas Educativas ora avaliadas. Ainda que sua resposta a um determinado quesito tenha sido “sim”, você poderá trazer contribuições e fazer complementações.



**X**

---

Assinatura  
Avaliador (a)

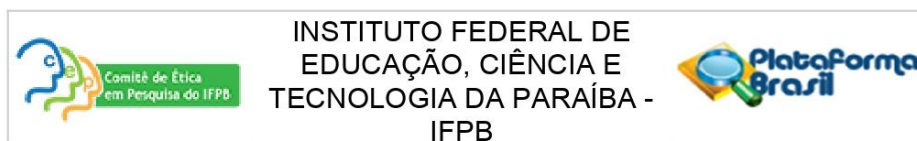
## REFERÊNCIA

**Este instrumento de avaliação de produto educacional, desenvolvido no âmbito de mestrado profissional na área de ensino, foi elaborado com base em:**

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área do ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In.* 7º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 2018, Fortaleza. **Atas**. Disponível em:  
<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>.  
Acesso em: 21 jun. 2020



## ANEXO A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DO CÂRCERE À LIBERTAÇÃO (?): uma contribuição com a formação humanística das mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa/PB

**Pesquisador:** VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 19440919.9.0000.5185

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.737.237

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa oriundo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Caracteriza-se por uma pesquisa do tipo aplicada com abordagem da pesquisa qualitativa e caráter exploratório. Serão realizados levantamentos bibliográficos (através de livros e artigos científicos relacionados com o tema de pesquisa) e documentais (como a utilização de dados de pesquisa realizada pelo sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro – Infopen). "O estudo abordará questões educativas relacionadas com as mulheres que se encontram encarceradas no sistema penitenciário paraibano, o qual conta com uma população de 615 (seiscentas e quinze) detentas. A amostra da pesquisa será realizada com 20 mulheres que se encontram cumprindo medida privativa de liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada na cidade de João Pessoa – PB. Essas participantes da pesquisa serão escolhidas pela própria administração da unidade prisional, dentre as detentas que estão passando por algum processo formativo e por meio de outros critérios definidos por essa administração, não havendo envolvimento dos pesquisadores na seleção das amostras. Na presente pesquisa será utilizado como meio para coletar os dados a observação e a entrevista. Optou-se pela observação do tipo participante, já que haverá inserção da pesquisadora no grupo estudado e sistemática, pois será tomado nota dos fatos ocorridos. Quanto à técnica de coleta de dados chamada observação "nada mais é que o uso

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

**Bairro:** Jaguaribe

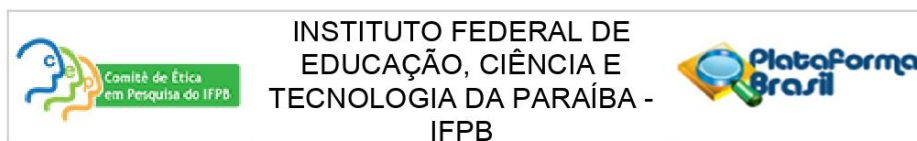
**CEP:** 58.015-020

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3612-9725

**E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.737.237

dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano" (GIL, 2008, p. 100). Quanto à entrevista, nesse estudo, optou-se por fazer uso da individual e semiestruturada com um roteiro pré-definido, todavia com abertura para opinião e discussão sobre o tema abordado. Optou-se por esse tipo de coleta de dados porque o tamanho da amostra viabiliza tal método e por permitir analisar além das palavras que são ditas os atos comportamentais dos sujeitos durante o diálogo. Nesse estudo pretende-se realizar como estratégia para tratamento dos dados a análise do discurso (AD), pois nas entrevistas a serem realizadas para a pesquisa optou-se por uma interpretação qualitativa "estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia, buscando, assim, mais o sentido existente na fala do sujeito do que seu conteúdo".

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

- Contribuir com a formação humana das mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada na cidade de João Pessoa – PB, a partir do desenvolvimento de oficinas pautadas na aprendizagem dos direitos humanos.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos riscos:

A pesquisadora informa: "O risco para participar da pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento por parte da detenta para responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-los, os participantes serão informados sobre o procedimento da entrevista e sobre os objetivos da pesquisa - de forma a tranquilizá-los. Mais uma vez, ressaltamos o sigilo da identificação do participante a fim de diminuir ou impossibilitar que qualquer dano ou situação constrangedora ocorra de fato."

Quanto aos benefícios esperados:

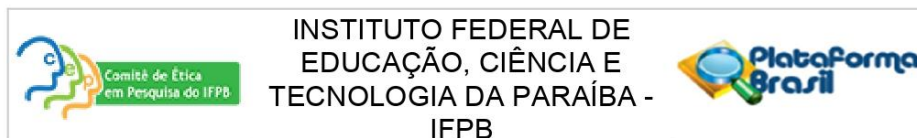
"Os benefícios da pesquisa serão de suma importância, uma vez que refere-se às ações que serão realizadas para cooperar com a formação autônoma e emancipatória dos educandos."

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisadora resume sua pesquisa com as seguintes informações:

"O sistema penitenciário brasileiro possui diversas áreas que merecem atenção e necessitam ser reformuladas, destaco a educação. Desse modo, é patente a necessidade de termos um olhar

<b>Endereço:</b> Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe	<b>CEP:</b> 58.015-020
<b>Bairro:</b> Jaguaribe	
<b>UF:</b> PB	<b>Município:</b> JOAO PESSOA
<b>Telefone:</b> (83)3612-9725	<b>E-mail:</b> eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.737.237

especial para o nosso sistema prisional, ainda mais se considerarmos que os cidadãos ali inseridos retornarão ao convívio social após o devido cumprimento da pena. Assim, a proposta educativa a ser elaborada pela presente pesquisa será pensada para “atuar” nesse contexto de mulheres que estão encarceradas no sistema penitenciário paraibano, que precisam retomar a vida em sociedade e necessitam entender não só quais são os seus direitos enquanto cidadãos, mas também respeitar os direitos dos outros. O estudo busca contribuir com a formação humana das mulheres em cumprimento de medida de privação da liberdade na penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão, localizada na cidade de João Pessoa – PB, a partir do desenvolvimento de oficinas pautadas na aprendizagem dos direitos humanos. A prática, nas oficinas educativas, busca imbuir nos sujeitos valores como ética, dignidade humana, solidariedade e respeito, visando inserí-los num contexto educativo, assim, ressignificando valores, promovendo autonomia e emancipação, melhorando, dessa forma, o desenvolvimento social como um todo. Várias pesquisas demonstram que a educação em direitos humanos apresenta resultados positivos, por isso pretende-se desenvolvê-la como forma de cooperação para formação humana das detentas. O sistema penitenciário carece de atenção, investimento (não apenas na parte física do sistema, mas também nos que nele se inserem como cumpridores da pena imposta pelo Estado), políticas públicas, humanização e etc.”

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

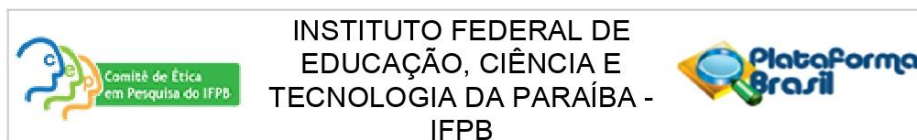
Quanto aos termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto devidamente preenchida e assinada pela pesquisadora responsável e pelo dirigente do IFPB Campus João Pessoa;
- Projeto detalhado apresentado;
- TCLE apresentado e ajustado após as recomendações do CEP;
- Instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevista) apresentado. Abordando arguições nas seguintes temáticas: 1) ANTES DO CÁRCERE: 2) EDUCAÇÃO E TRABALHO; 3) SOCIEDADE e 4) DIREITOS HUMANOS. Não foram observadas inadequações éticas.
- Termo de Anuência apresentado após a solicitação do CEP. O documento foi assinado pela Gerente Executiva de Ressocialização;
- Cronograma apresentado na Plataforma Brasil;
- Orçamento apresentado exíguo, mas compatível com o estudo.

#### **Recomendações:**

Não há novas recomendações.

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.737.237

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar o início da pesquisa, emito na condição de Coordenador o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).

2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.

3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

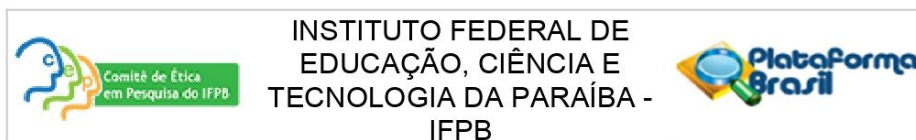
5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado, ao CEP, relatório final até 31/08/2020.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Observar as orientações constantes nas conclusões do parecer consubstanciado de aprovação.

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.737.237

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1409545.pdf	26/11/2019 16:03:06		Aceito
Outros	declaracaoentrevistanaorealizadah.pdf	26/11/2019 16:01:56	VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Outros	cartarespostaceph.pdf	26/11/2019 16:00:54	VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	cronogramah.pdf	26/11/2019 16:00:12	VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLCorrigido.odt	27/10/2019 21:15:04	VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhapdfass.pdf	12/08/2019 15:56:28	VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoq.odt	11/08/2019 21:33:49	VIRGINIA MAIA DE ARAUJO OLIVEIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 01 de Dezembro de 2019

Assinado por:

**Vilson Lacerda Brasileiro Junior**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

**Bairro:** Jaguaribe

**CEP:** 58.015-020

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3612-9725

**E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br